

UMinho |
2021

Ana Clara Luquett Pereira Ferreira

O Patrimônio Cultural em Conflitos Armados e as Dinâmicas de
Segurança que o Atravessam: um Processo de Securitização em Curso?



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Ana Clara Luquett Pereira Ferreira

**O Patrimônio Cultural em Conflitos Armados e as
Dinâmicas de Segurança que o Atravessam: um Processo
de Securitização em Curso?**

setembro de 2021



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Ana Clara Luquett Pereira Ferreira

O Patrimônio Cultural em Conflitos Armados e as Dinâmicas de Segurança que o Atravessam: um Processo de Securitização em Curso?

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Relações Internacionais

Trabalho efetuado sob orientação da
Professora Doutora Maria do Céu Pinto

setembro de 2021

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença [abaixo](#) indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição
CC BY

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

AGRADECIMENTOS

O poema “Ítaca” me ensinou sobre a importância dos caminhos. Nem sempre o mais importante é onde se chega, mas sim como e com quem caminhamos.

Aos meus pais, Mônica e Fernando, que me sempre deram a mão, mas também soltaram quando precisei voar. Agradeço por todos os ensinamentos, um deles foi sobre a importância da valorização da cultura, especialmente a cultura tradicional, como forma de existência e resistência e isso inclui o patrimônio cultural.

Às minhas avós Marly, Hermínia e meu avô Milton, que sempre me apoiaram e rezaram por mim, à Odeth (*in memoriam*), que sempre torceu por mim e tenho certeza que estaria comemorando mais essa etapa comigo.

À minha família de sangue e de coração que sempre esteve presente em todos os momentos me motivando e vibrando com cada passo.

Aos meus amigos e amigas, que ao longo destes dois anos estiveram ao meu lado, mesmo com um Oceano de distância entre nós, muito obrigada. Agradeço também à Thayssa, que foi não só uma grande amiga, mas a minha família no Porto, com quem compartilhei as dificuldades e as alegrias.

Aos colegas de mestrado, especialmente Ana Rita e Giuliano, que ajudaram nos momentos de estudo, deixaram a caminhada mais leve e foram uma parte muito importante da minha vida, que sempre levarei comigo.

Agradeço à Universidade do Minho, à Escola de Economia e Gestão, aos seus professores e professoras, que engradeceram meu conhecimento, me ensinaram muito sobre as Relações Internacionais e me abriram portas e novos caminhos de estudo. Um agradecimento especial à minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Maria do Céu Pinto Arena, que me apoiou e me guiou na escrita da dissertação.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho acadêmico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

O Patrimônio Cultural em Conflitos Armados e as Dinâmicas de Segurança que o Atravessam: um Processo de Securitização em Curso?

Resumo

A destruição de patrimônios culturais passou a fazer parte da agenda terrorista, principalmente, a partir do início do século XXI com a destruição dos Budas de Bamiã, no Afeganistão. Acompanhando a destruição, observa-se a espetacularização desses eventos, especialmente, dos que são protagonizados pelo Estado Islâmico quando atacam a cidade de Palmira, na Síria, a partir de 2015. Esse fenômeno tem chamado atenção de Organizações Internacionais, não só da área da cultura, mas também da área da segurança, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). A partir desse contexto, a presente dissertação é guiada a partir da seguinte pergunta: como se desenvolve o processo de securitização do patrimônio cultural, ou seja, o contexto, as justificativas nas quais os atores securitizadores se apoiam para desenhar a crescente ligação entre patrimônio e segurança e também a audiência desses discursos? Para tal, a pesquisa será feita à luz da teoria da securitização desenvolvida pela Escola de Copenhague e também da abordagem de Thierry Balzacq para a mesma teoria. Dessa forma, a presente dissertação tem como objetivo compreender o que é patrimônio cultural e seu quadro legislativo de proteção, analisando o processo de securitização do mesmo com base no caso da destruição de Palmira orquestrada pelo Estado Islâmico, examinando os discursos sobre a destruição do patrimônio cultural nessa cidade a fim de identificar os elementos que fazem parte desse processo de securitização: o contexto, os atores securitizadores que ditam os rumos deste processo, juntamente com a audiência que recebe e interage com os discursos. Para que a pesquisa seja desenvolvida, far-se-á uma pesquisa qualitativa e uma análise de discurso a partir da leitura de documentos primários, por exemplo, relatórios da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), resoluções do CSNU tal como a Resolução 2347 e declarações da ex-diretora-geral da UNESCO, Irina Bokova, cujo mandato foi importante para o debate sobre a proteção desses patrimônios.

Palavras-chave: patrimônio cultural; securitização; Palmira; segurança; terrorismo.

Cultural Heritage in Armed Conflicts and the Security Dynamics Across It: an Ongoing Securitization Process?

Abstract

The destruction of cultural heritage became part of the terrorist agenda, especially from the beginning of the 21st century with the destruction of the Buddhas of Bamiyan, in Afghanistan. Accompanying the destruction, there is a spectacularization of these events, especially those that were carried out by the Islamic State against the city of Palmyra, in Syria, from 2015 onwards. This phenomenon has drawn the attention of International Organizations, not only in the cultural scope, but also in the security one, such as the United Nations Security Council (UNSC). From this context, this dissertation is guided by the following question: how is the process of securitization of cultural heritage developed, that is, which is the context and the justifications on which securitizing actors rely to draw the growing connection between heritage and security and also the audience of these speeches? To this end, this research will be based on the securitization theory developed by the Copenhagen School and also Thierry Balzacq's approach to the same theory. Thus, this dissertation aims to understand what cultural heritage is and its legislative framework of protection, analysing its securitization process based on the case of the destruction of Palmyra orchestrated by the Islamic State, examining the discourses on the destruction of cultural heritage in this city in order to identify the elements that are part of this securitization process: the context, the securitizing actors who dictate the direction of this process, along with the audience that receives and interacts with the discourses. For the research to be developed, a qualitative research will be carried, as well as discourse analysis on the basis of primary documents, for example, reports from the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) on cultural heritage, UNSC resolutions, such as Resolution 2347, and statements by former UNESCO Director-General, Irina Bokova, who played a crucial role in the debate on the protection of cultural heritage.

Keywords: cultural heritage; securitization; Palmyra; security; terrorism.

Índice

<i>Introdução</i>	9
<i>1. Teoria da Securitização: discursos que ressignificam a urgência de espaços e objetos?</i> 17	
1.1. Construtivismo.....	17
1.2. Teoria da Securitização.....	22
1.3. Análise de Discurso.....	29
<i>2. Patrimônio cultural</i>	35
2.1. Cultura e Identidade.....	36
2.2. Definições e debates sobre patrimônio cultural.....	40
2.3. A proteção do patrimônio cultural.....	49
<i>3. A securitização dos patrimônios culturais: o caso de Palmira</i>	61
3.1. A Síria e sua Primavera desabrochada em guerra.....	62
3.2. Filhos da guerra: o Estado Islâmico e a destruição do patrimônio cultural.....	67
3.3. O processo de securitização do patrimônio cultural.....	77
<i>Conclusão</i>	92
<i>Referências Bibliográficas</i>	100

Glossário

ALIPH – Alliance Internationale pour la Protection du Patrimoine dans les Zones de Conflit.

AQI – al-Qaeda no Iraque.

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas.

DGAM – Direção-Geral de Antiguidades e Museus da Síria.

EI – Estado Islâmico.

EIIL – Estado Islâmico do Iraque e Levante.

ICCROM – International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of cultural Property.

ICOM – Conselho Internacional de Museus.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

MINUSMA – United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali.

ONU – Organização das Nações Unidas,

OSDH – Observatório Sírio para os Direitos Humanos.

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte.

OWHC – Organização das Cidades do Patrimônio Mundial.

R2P – Responsabilidade de Proteger.

TPI – Tribunal Penal Internacional.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime.

WCO – Organização Mundial das Alfândegas.

“Os seres humanos são parte de um todo,
Na criação de uma única essência e alma.
Se um membro sofre dor,
Outros membros permanecerão inquietos.
Se você não tiver respeito pela dor humana,
Você não pode ser considerado humano.”

Saadi Shirazi.

“Only those who know the past have a future.”

Wilhelm von Humboldt

Introdução

As identidades individuais e coletivas são construídas a partir de diversos fatores culturais e um deles é o patrimônio, que pode ser objeto, paisagem, monumento e valores que possuem um significado para determinado povo ou pessoa. A definição do que é patrimônio é alvo de debates, porque geralmente parte de concepções ocidentalizadas, que não levam em consideração as visões daqueles que vivenciam aquela herança no seu cotidiano. Porém, existe uma definição da Organização Internacional voltada para a cultura, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, na sigla em inglês) que aponta para o patrimônio como algo recebido do passado, que se vive no presente e deve ser transmitido para gerações futuras (UNESCO, 2012).

Essa herança pode ser imaterial, como valores, tradições, ou danças, por exemplo, e também material cultural, como a cidade do Rio de Janeiro, ou material natural, como o Complexo de Áreas Protegidas da Amazônia Central. O patrimônio ainda pode existir como uma combinação entre essas duas características. A presente dissertação tem como foco os patrimônios culturais materiais, os quais ao longo da história sempre sofreram danos e atualmente são alvo de ataques terroristas, como os conhecidos casos da cidade Palmira, na Síria e dos Budas de Bamiã, no Afeganistão.

Harrison (2010) afirma que o patrimônio é um processo dinâmico, que envolve uma competição sobre qual versão do passado encontrará representatividade oficial no presente, o que acarreta nas políticas para conservação e gestão dessa herança. Ainda em

2010, o autor afirmava que a segurança e identidade dos indivíduos dependem do conhecimento que se tem sobre a história (social e de cada um), da língua e dos costumes. Esses elementos dependem de uma continuidade entre passado e presente. Entretanto, Harrison (2010) ressalta que o ritmo de mudança no presente pode ser tão radical a ponto de ser compreendido como uma ameaça de ruptura com as vidas passadas. Essa reflexão mostra a importância dos patrimônios para a construção da identidade pessoal e coletiva e como elo de continuidade entre presente, passado e até mesmo, o futuro.

Sabendo dessa relevância, a principal Organização Internacional voltada para a cultura, a UNESCO, lançou, em 1972, a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural e Mundial e, em 1994, a Lista do Patrimônio Mundial Representativa, Equilibrada e Credível. Irina Bokova, diretora-geral da UNESCO entre 2009 e 2017, afirma que a organização nasceu a partir da reflexão de que a defesa da paz deve ser construída na mente humana, já que é neste mesmo lugar onde a guerra começa (Bokova, 2017). Por isso, a cultura seria elemento fundamental para a paz.

Além disso, em 2015, o patrimônio cultural foi reconhecido pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) como um dos princípios de desenvolvimento sustentável na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) (Higgins, 2020). O assunto também é tratado em outros ambientes, como no Conselho Internacional de Museus (ICOM, na sigla em inglês), no Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS, na sigla em inglês) e na Organização das Cidades do Patrimônio Mundial (OWHC, na sigla em inglês). Essas são apenas algumas das manifestações que indicam a importância desse elemento pra todos e todas.

Por causa de sua importância, o patrimônio deve ser protegido e para isso existe um quadro internacional composto por diversos tratados, como a já citada Convenção de 1972 da UNESCO, a Convenção de Haia de 1954, ou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu Artigo 27, afirma que:

“1. Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de desfrutar das artes e de participar do processo científico e de seus benefícios. 2. Todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.” (UNESCO, 2018)

Ou seja, a cultura é um direito humano, conseqüentemente o patrimônio cultural e o acesso a ele também são.

Assim, a UNESCO e outros organismos internacionais constroem uma agenda global para a área da cultura a partir da formulação de instrumentos internacionais e recomendações de caráter universal (Vieira, 2009). Nesse sentido, a UNESCO tem criado e narrado valores para a cultura e pode ser considerada uma rede transnacional de conhecimentos formada por atores sociopolíticos que possuem a função de produzir e disseminar informação e formular normas e regras (Vieira, 2009).

Depois de entender o que é o patrimônio, faz-se necessário compreender a sua importância para os indivíduos e para os povos e assim perceber sua relevância dentro das Relações Internacionais. A cultura é essencial para a identidade dos indivíduos e das sociedades, porque ajuda a criar uma sensação de pertencimento. Nesse sentido, o patrimônio cultural é representativo de algum traço dessa identidade e por isso é tão importante. Em torno do patrimônio, por exemplo, criam-se narrativas nacionais, mas também locais e muitas vezes, os patrimônios podem ter o efeito de romper com essas estruturas, promovendo “(...) valores e virtudes do humanismo e do compromisso com a solidariedade global.” (Holtorf, 2011 apud Molina, 2019, p. 121).

Porém, apesar de sua relevância, essas heranças sofrem danos não somente pela ação do tempo, mas também por causa dos conflitos armados seja de forma intencional ou não. Esse tipo de estrago existe desde as batalhas na Mesopotâmia, por volta de 3.500 a.C., passando pela II Guerra Mundial e, a partir da Guerra Fria, esses ataques também acontecem em tempos de paz na forma de saque e tráfico internacional (Nemeth, 2007). Além disso, essa destruição passou a fazer parte da agenda do terrorismo: “As campanhas de limpeza étnica e religiosa empregam destruição deliberada e pilhagem seletiva de monumentos históricos e artefatos culturais para apagar a memória do ‘outro’.” (Nemeth, 2007, p. 22).

De acordo com Weiss e Connelly (2017), a UNESCO identifica quatro causas para a destruição de patrimônios em conflitos armados: dano intencional; dano colateral; negligência forçada; e pilhagem organizada e tráfico ilícito. Danos intencionais resultam de ataques aos patrimônios para que se consiga vantagem no conflito e isso se faz pelo valor que aquele patrimônio tem para a população. Esses podem ser considerados limpeza cultural estratégica e possuem duas categorias: ataques às instituições culturais, um indicativo de genocídio ou limpeza étnica; ou ataques às antiguidades, que são uma forma de apagar a cultura. Já os danos colaterais, ocorrem quando os conflitos armados acontecem perto de patrimônios imóveis e, atualmente, isso tem sido cada vez mais grave

por causa do poder de fogo dos armamentos. Já a negligência forçada, acontece quando a população local é obrigada a deixar a região, ou quando não consegue acessar o patrimônio, ou então porque o orçamento não consegue cobrir sua proteção. Por fim, a pilhagem e o tráfico servem para financiar grupos que estão nos conflitos e os principais alvos são sítios arqueológicos.

Segundo Bokova (2017), os patrimônios são alvos desses ataques porque sua destruição priva as comunidades da sua própria identidade, o que gera um enfraquecimento da capacidade que um povo tem de resistir e de se manter coeso. Todas essas dinâmicas possuem consequências para a segurança internacional e o presente trabalho se desenvolverá a partir disso. De acordo com Giusti e Russo (2019), as Organizações Internacionais, para além daquelas que tratam diretamente da cultura, têm reconhecido, cada vez mais, o significado do patrimônio cultural. Um dos motivos para isso, segundo as autoras, é que, hoje em dia, observa-se um aumento no número de ações terroristas contra patrimônios utilizada como propaganda a partir de uma distribuição global de imagens de violência contra essas heranças. O que chama atenção nesses casos é o aumento no número de danos, pois a taxa de destruição teria ido de 34%, em 2014, para 66% em 2015 (Ghorashi 2015 apud Russo e Giusti, 2019). Apesar dos ataques a essas heranças ser, de certa forma, criminalizado há 50 anos por dispositivos da UNESCO e outros documentos, a associação entre patrimônio cultural e ameaças não tradicionais é algo recente (Russo e Giusti, 2019).

De acordo com Giusti e Russo (2019), as Organizações Internacionais, para além daquelas que tratam diretamente sobre cultura, têm reconhecido, cada vez mais, o significado do patrimônio cultural. Ainda de acordo com as autoras, a destruição dos patrimônios organizada por grupos terroristas se faz baseada na espetacularização e na midiaticização da violência e tem chamado atenção dessas organizações.

Como forma de resposta a esses contextos de violência contra as heranças, Giusti e Russo (2019) identificam o desenvolvimento de um processo de securitização, ou seja, o enquadramento da proteção do patrimônio como uma questão de segurança. Uma das evidências dessa possível securitização é o envolvimento do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) nesses assuntos através de resoluções, como a Resolução 2347 adotada em 2017. Ou seja, uma organização que não exerce funções na área de cultura passa a incluir objetos e espaços culturais dentro do seu escopo. Weiss e Connelly (2017)

afirmam que desde 2013, o CSNU aprovou quatro resoluções que tratam da proteção do patrimônio e vinculam essa herança à manutenção da paz e da segurança.

Portanto, o presente trabalho será desenvolvido através de uma pesquisa sobre as dinâmicas de segurança existentes por trás do movimento de proteção do patrimônio. A partir do exposto, o problema de pesquisa que impulsiona a presente dissertação é o seguinte: como se desenvolve o processo de securitização do patrimônio cultural, ou seja, qual é o contexto, as justificativas nas quais os atores securitizadores se apoiam para desenhar a crescente ligação entre patrimônio e segurança e também a audiência desses discursos.

Dentro desse contexto, destaca-se a destruição da cidade de Palmira, na Síria, que é Patrimônio Mundial da UNESCO desde 1980 e sofreu inúmeros ataques desde que o Estado Islâmico (EI) conquistou a região, em 2015 durante a Guerra na Síria. A cidade carrega a história de diversos impérios, pois está localizada no berço das mais antigas civilizações que deram origem às culturas europeias e árabes. Por causa de sua relevância histórica, cultural e religiosa os danos à Palmira foram amplamente divulgados pelos terroristas através das mídias tradicionais e digitais e isso chamou ainda mais atenção da comunidade internacional para o caso. Desde então, o assunto passou a percorrer cada vez mais os pronunciamentos e documentos de organizações culturais, de segurança, bem como de representantes de governos. Por diversas razões, como propaganda, financiamento, dentre outras, o Estado Islâmico atacou espaços culturais e templos religiosos que representassem valores diferentes daqueles propagados por eles com base em uma leitura extremista da religião islâmica. O Estado Islâmico emerge no contexto da guerra da Síria com o objetivo da instituição de um Califado e, para isso, pretendem apagar qualquer traço cultural e identitário que seja diferente do que o grupo impõe.

Dessa forma, a presente dissertação tem como objetivo a descrever o processo de securitização, compreender o que é patrimônio cultural e seu quadro legislativo de proteção, examinar o caso da destruição de Palmira orquestrada do Estado Islâmico e analisar discursos sobre a destruição do patrimônio cultural em Palmira a fim de identificar os elementos que fazem parte desse processo de securitização, tais como o contexto, os atores securitizadores e a audiência.

Esse estudo torna-se cada vez mais relevante, pois observa-se o envolvimento de atores do campo da segurança, como o CSNU, no desenvolvimento de documentos para a proteção do patrimônio cultural, que impactam a abordagem utilizada no tratamento

dessas heranças e, conseqüentemente, das comunidades que se identificam com elas. Esses patrimônios, por sua vez, são essenciais para a existência e resistência de povos e são um direito humano. Além disso, a crescente relevância desse tema em Organizações Internacionais voltadas para a Segurança é significativa, pois mostra que a proteção do patrimônio cultural não é mais somente um assunto para instituições da área cultural.

A literatura sobre patrimônio dentro das Relações Internacionais é relativamente nova e os trabalhos se aproximam mais da disciplina quando estudam documentos a nível internacional sobre a definição e a gestão de patrimônios em conflitos, como fazem Soares e Piagentini (2017), Ahmad (2006), Weiss e Connelly (2015). Mas, também existem outras abordagens sobre como entender o patrimônio como problemática da política internacional, conseqüentemente, dentro das Relações Internacionais enquanto disciplina. Um exemplo disso é a abordagem da construção da paz a partir do patrimônio expressa no livro “Heritage and Peacebuilding”, publicado em 2017 e organizado por Diana Walters, Daniel Laven e Peter Davis. A ideia central é que o patrimônio pode prover soluções e que existe um esforço no cenário internacional para resolver problemáticas utilizando o patrimônio como recurso, ao invés de problematizá-lo, como fazem os estudos críticos sobre patrimônio.

Isso é feito por Nemeth (2007), por exemplo. De acordo com o autor, existe a necessidade de um campo interdisciplinar, que ele chama de segurança cultural, para refletir sobre a degradação de patrimônios e propriedades culturais. Hayashi (2016) também reflete sobre a segurança e o papel da comunidade internacional e de agentes nacionais, mas com foco em museus e analisando casos específicos como do Iraque e do Camboja. Russo e Giusti (2019) contribuem com o debate introduzindo a teoria da securitização no caso dos patrimônios culturais. As autoras discutem o processo de securitização do patrimônio com o objetivo de entender o quanto ele é desejável em contexto de guerra e analisando os atores envolvidos nesse processo. Esses são alguns exemplos de textos que estudam a relação dos patrimônios culturais nos conflitos em uma perspectiva dos estudos de segurança.

A partir do exposto, pode-se perceber que já existe uma literatura que aborda o patrimônio e suas problemáticas no âmbito internacional. Parte dos textos tratam da violência à essas heranças que são parte da identidade de um povo, por isso sua destruição é tão significativa. De acordo com Harrison (2010), a segurança e identidade de um indivíduo depende do conhecimento que se tem sobre sua história, por isso o

patrimônio deve ser protegido por órgãos não só nacionais, mas internacionais, já que a segurança humana é essencial para a segurança internacional (Hampson, 2008).

Muitos trabalhos sobre a destruição do patrimônio cultural, inclusive de Palmira, foram desenvolvidos nas áreas de estudo da arqueologia ou até mesmo do patrimônio e refletem sobre os danos causados por grupos terroristas. Alguns deles buscam analisar o papel da mídia nesse processo, como Cardoso (2017), outros pretendem compreender os motivos que levam um grupo terrorista, a destruir uma herança, como Pfaeffinger (2021). Elcheikh (2019), por outro lado, busca compreender as consequências da destruição em Palmira.

A partir dessa breve reflexão sobre a literatura acerca do patrimônio cultural e sua destruição, pode-se perceber que ainda existe espaço na literatura, principalmente na língua portuguesa, para a compreensão sobre como a proteção do patrimônio tornou-se uma questão de segurança, a partir da combinação dos discursos de atores do campo da cultura e da segurança e assim, compreender em quais justificativas esses discursos se apoiam e quais são os possíveis efeitos de uma securitização do patrimônio cultural. A presente dissertação busca preencher parte dessa lacuna.

A fim de que esses objetivos propostos para esta dissertação sejam cumpridos e a pergunta de investigação seja respondida, a metodologia empregada foi qualitativa e orientada pelo estudo de caso da destruição da cidade de Palmira, na Síria, perpetrada pelo Estado Islâmico, Assim, em um primeiro momento, foi necessário recorrer à literatura especializada sobre o tema, ou seja, um estudo de fontes secundárias, como artigos, livros e teses. A análise desses materiais proporciona reflexões acerca da teoria da securitização, patrimônio cultural e o quadro legal para sua proteção, destruição dessas heranças, guerra da Síria e desenvolvimento do Estado Islâmico, a destruição de Palmira por parte deste grupo e outras temáticas a serem abordadas.

Além disso, em um segundo momento, a parte da investigação voltada para o estudo do processo de securitização em curso utilizou uma metodologia de análise de discurso, a ser explorada no primeiro capítulo, a qual terá como referência fontes primárias, como documentos oficiais da UNESCO, do CSNU e outras organizações, bem como notas à imprensa, comunicados, reportagens, e outros tipos de manifestações ao público por parte dos atores envolvidos no processo, sejam eles alguma Organização Internacional da área da cultura, segurança, economia, ou representantes governamentais. O estudo desses documentos permite a identificação de palavras,

expressões, associações e outros tipo de representações que buscam relacionar patrimônio cultural e segurança, assim como possibilita a compreensão sobre o contexto no qual o discurso securitizador é construído.

A fim de compreender o desenvolvimento ou não de um processo de securitização, faz-se necessário entender a teoria da securitização, a qual surge dentro da Escola de Copenhagen, na década de 1980. O que é essencial para a securitização é a designação de uma ameaça existencial que requer uma ação emergencial ou medidas especiais e a aceitação dessa designação por um público significativo (Buzan et al. 1998). Quando um tema é securitizado, ele sai da esfera da política normal e passa para a esfera da política emergencial, caracterizada pela confidencialidade e pela desconsideração dos mecanismos institucionais normais – o que costuma legitimar, por exemplo, o uso da força (Duque, 2008). Essa reflexão será baseada em uma epistemologia construtivista, pois considera que “(...) as ameaças à segurança são socialmente construídas, enquanto os tradicionalistas vinculam o estudo da segurança à existência de ameaças objetivas.” (Duque, 2008, p. 37).

A fim de que seja cumprido o que foi proposto como estudo, a presente dissertação está organizada em três capítulos, para além desta introdução e da conclusão. O primeiro está dividido em duas partes, na qual a primeira é dedicada à explanação sobre a teoria da securitização uma de suas principais críticas, desenvolvidas por Thierry Balzacq, e a segunda parte volta-se para a metodologia de pesquisa utilizada na investigação, a análise de discurso.

Já o segundo capítulo, está organizado em três partes. Na primeira delas, busca-se uma reflexão sobre cultura e identidade, que servirá de base para a segunda parte, na qual é busca-se compreender as definições sobre patrimônio cultural e os principais debates que cercam esta temática. Por último, na parte final aponta-se para quais são e como se desenvolveram os mecanismos internacionais mais relevantes sobre a proteção dessas heranças.

Por fim, o terceiro capítulo da dissertação dedica-se ao entendimento sobre o processo de securitização desenvolvido a partir da destruição do patrimônio cultural na Síria e está dividido em três seções. A primeira é dedicada à compreensão sobre a Síria e a guerra, ou seja, o contexto conflituoso no qual ocorre a destruição em estudo. Já na segunda seção, procura-se entender as condições promotoras da destruição da herança síria, especificamente em Palmira, o que inclui o processo de surgimento do Estado

Islâmico, principal responsável pelos atos destrutivos. Por fim, a última seção trata das análises dos discursos sobre a destruição do patrimônio cultural, para que se compreenda o processo de securitização sobre o tema, ou seja, como o assunto é tratado em tom emergencial e associado ao campo da segurança.

1. Teoria da Securitização: discursos que ressignificam a urgência de espaços e objetos?

A teoria da securitização nasceu a partir dos estudos do *Centre for Peace and Conflict Research*, que hoje é o *Conflict and Peace Research Institute (COPRI)*, também chamado de Escola de Copenhague, criada em 1985. O intuito dessa nova escola era repensar a forma de inserção da Europa no mundo, em um contexto de pós-Guerra Fria (Duque, 2008). Os primeiros teóricos de maior destaque foram Ole Wæver e Barry Buzan, que mesmo antes de compor os estudos da Escola de Copenhague, já os influenciavam.

Thierry Balzacq é outro autor que também escreve sobre a teoria da securitização, mas levanta críticas sobre o que foi proposto pelos teóricos de Copenhague. Segundo o autor, a Escola de Copenhague tem um viés filosófico que valoriza muito o ato de fala, como se esse elemento, em si, tivesse a capacidade de securitizar. Além disso, de acordo com ele, esses teóricos dariam pouco espaço para análise sobre a audiência e o contexto do processo de securitização. Nessa visão filosófica, a audiência é uma categoria pré-determinada, a qual está em posição de receptividade e passividade. Porém, ainda de acordo com o autor, de um ponto de vista sociológico, existiria uma constituição mútua entre os atores securitizadores e a audiência. Acrescenta-se que, segundo McDonald (2008), a segurança é um espaço de negociação e contestação e, por isso, torna-se mais interessante entender como se faz segurança e como esse fazer se imprime nas práticas políticas, do que defini-la.

Portanto, a teoria de securitização é um caminho interessante para que se compreenda se e quais dinâmicas de segurança foram desenvolvidas na proteção do patrimônio cultural a partir de discursos e da sinalização de ameaças existenciais em relação a esses objetos, práticas e espaços históricos e identitários.

1.1. Construtivismo

A teoria da securitização apresenta muitos elementos da teoria construtivista, que apesar de não ser, necessariamente, uma inspiração cronológica, ajuda na compreensão dos fenômenos da segurança. O construtivismo é uma abordagem que surgiu nas Relações Internacionais na década de 1980 (McDonald, 2008). Essa é uma teoria social elaborada para que se compreenda o desenvolvimento da construção social da política internacional, da realidade e do conhecimento e está focada no papel de fatores ideacionais (normas, identidades e ideias) nesse processo de concepção do mundo (McDonald, 2008; Nogueira e Messari, 2005; Duque, 2008).

Em 1989, Nicholas Onuf publicou o livro *“World of Our Making”* e em 1992, Alexander Wendt publicou o artigo *“Anarchy is what states make of it”*, duas obras que são consideradas inaugurais da teoria construtivista. Os dois trabalhos são os primeiros a defenderem que os indivíduos são os principais protagonistas do mundo onde vivem e que este é um produto de suas escolhas (Nogueira e Messari, 2005). O primeiro texto, de Onuf, é considerado o que introduziu a teoria construtivista nas Relações Internacionais, mas esta apresenta três ondas até mesmo fora da disciplina: a primeira entre as décadas de 1950 e 1970, que falava sobre imagem e percepção do construtivismo moderno; a segunda entre 1980 e 1990, a qual está alocada no último grande debate das Relações Internacionais e responsável pela introdução da teoria na disciplina; e a terceira onda, apontada no final dos anos 1990, é marcada por trabalhos racionalistas e por uma ontologia anti-essencialista (Buzan e Hansen, 2009).

A partir do exposto sobre as três ondas da teoria, faz sentido entender que a literatura não considera que exista um só construtivismo, mas sim diversas correntes dentro deste pensamento. Nesse sentido, Buzan e Hansen (2009) apresentam algumas diferenças entre as vertentes, a partir de uma reflexão voltada para os Estudos de Segurança Internacional. Eles afirmam que ao longo da década de 1990, os construtivistas se dividem em duas tendências: críticos e convencionais. O construtivismo convencional seria menos radical e abrangente e se foca no estudo dos assuntos *hard* da segurança, ou seja, segurança nacional, militar e estadocêntrica, mas de forma ideacional, não material, como o realismo. Além disso, os convencionais são tradicionalistas, porque aceitam um conceito de segurança estatal-militar e levantam uma agenda de pesquisa sobre comportamento estatal, guiados pelo trabalho de Alexander Wendt. Os estudos desses pesquisadores foram importantes para incluir trabalhos sobre a teoria na revista *International Security*, o que legitimou a perspectiva construtivista nos Estudos de

Segurança Internacional e permitiu que a revista fosse ligeiramente mais inclusiva. Porém, essa corrente construtivista foi criticada pelos realistas por não conseguir dar conta dos casos *hard* dos estudos internacionais e, por outro lado, foi criticada pelas teorias mais abrangentes por ser só mais uma forma de estudar o Estado e assuntos militares (Buzan e Hansen, 2009).

Os construtivistas críticos, por sua vez, se ramificam na segunda metade da década de 1990, momento da terceira onda. Esses teóricos tecem críticas sobre o foco dos construtivistas convencionais no Estado e sua abertura para uma epistemologia positivista. As duas vertentes existem porque um grupo baseia-se na teoria social e na sociologia histórica para suas análises, enquanto o outro, baseia-se em teorias linguísticas dos estudos da paz e do pós-estruturalismo para produzir suas análises, desenvolvendo um estudo mais aprofundado e discursivo sobre identidade e segurança. Os últimos, analisam a linguagem e as narrativas através de uma perspectiva lógica, não empírica, afirmam que Estados são atores, não sujeitos discursivamente construídos e estabelecem identidades com base em palavras e conceitos encontrados em textos. Esses dois pontos diferenciam os construtivistas críticos, da corrente teórica pós-estruturalista. (Buzan e Hansen, 2009).

Em suma, os construtivistas convencionais propõem uma nova forma de estudar assuntos já conhecidos nos estudos de segurança, através de um viés ideacional, ao invés de material. Por um lado, isso abriu espaço para seus debates em ambientes importantes. Por outro lado, continuou limitando a agenda de estudo, o que não permitiu, naquele momento, que os debates alcançassem novos temas que são relevantes para a disciplina. Já os construtivistas críticos, possuem uma postura crítica em relação aos construtivistas primeiros, principalmente, em relação à agenda de pesquisa limitada às questões *hard* das Relações Internacionais e dos Estudos de Segurança Internacional. Além disso, os últimos desenvolvem seus estudos centrados em teorias linguísticas e pós-estruturalistas e acreditam na construção textual de identidades. Portanto, o presente trabalho se aproxima mais das ideias do construtivismo crítico, apresentado por Buzan e Hansen (2009).

Para uma análise mais específica sobre o construtivismo, Onuf (2013) é um autor interessante, pois reúne alguns conceitos importantes para a teoria: regras, práticas, agentes, estrutura, ato de fala, dentre outras. Ele afirma que o construtivismo é uma teoria para estudar qualquer relação social, sendo ela um sistema de conceitos e proposições.

Uma ideia fundamental para o construtivismo de Onuf é que os seres humanos são seres sociais, por isso, não existem sem relações sociais, as quais constroem os indivíduos e, ao mesmo tempo, através delas, os indivíduos fazem o mundo como ele é. Para o autor, esse fazer é dizer, ou seja, falar é a forma mais relevante através da qual se faz o mundo, então o objetivo de dizer algo é fazer alguma coisa acontecer. Aqui, Onuf introduz a ideia de ato de fala. O autor afirma que, essa é uma forma através da qual declara-se, a quem estiver ouvindo, que alguma coisa existe de alguma forma e que algo pode ser alcançado. Se repetidos, os atos de fala tornam-se convenções.

Para estudar essas relações na perspectiva construtivista, Onuf (2013) propõe um terceiro elemento: as regras. Elas conseguem tornar o processo de constituição entre pessoas e sociedade recíproco e contínuo, transformando os seres humanos em agentes. Essas regras são encaixadas em três categorias: assertivas; diretivas; e de compromisso (Onuf, 2013), as mesmas dos atos de fala. As primeiras são as que informam sobre o mundo e as consequências de não as seguir. As diretivas são imperativas, ou seja, informam sobre o que deve ser feito e as consequências de não fazer. Por fim, as regras de compromisso são promessas aceitas pelos ouvintes, que se transformam em regras quando os ouvintes respondem.

Adler (1999) é outro teórico construtivista que também possui suas particularidades. O autor afirma que o construtivismo é um meio termo entre teorias racionalistas, como o realismo e o institucionalismo neoliberal e as teorias interpretativistas, como o pós-modernismo e pós-estruturalismo. Ele define a teoria como "(...) a perspectiva segundo a qual o modo pelo qual o mundo material forma a, e é formado pela, ação e interação humana depende de interpretações normativas e epistêmicas dinâmicas do mundo material." (Adler, 1999, p. 205). Adler (1999) alega que, de um ponto de vista epistemológico, o construtivismo é considerado uma teoria mediativista, seus teóricos acreditam que existe um mundo real socialmente emergente e acreditam que a identidade e os interesses "(...) dos agentes políticos são socialmente construídos por significados, interpretações e pressupostos coletivos sobre o mundo (Adler, 1999, p. 209). Nessa construção da política, da realidade e do conhecimento, de acordo com Nogueira e Messari (2005), não existe antecedência ontológica nem do agente, nem da estrutura, na verdade, esses são coconstituídos, seguindo o pensamento do sociólogo Anthony Giddens.

Apesar das diferentes linhas construtivistas apresentadas acima, Nogueira e Messari (2005) apresentam três premissas gerais: 1) o mundo é socialmente construído

de acordo com a interação e comunicação entre agentes; 2) construtivistas negam a antecedência ontológica entre agente e estrutura; 3) as ideias construtivistas possuem um papel essencial no desenvolvimento de conhecimento sobre o mundo, não são só para influenciar a política. Ainda de acordo com os autores, a questão da intersubjetividade da linguagem e do discurso também é relevante, principalmente para a metodologia construtivista.

Alguns construtivistas argumentam que essa teoria permite um entendimento mais sofisticado sobre dinâmicas associadas à teoria realista das Relações Internacionais, como, por exemplo, dilema de segurança e balança de poder (McDonald, 2008). Para alguns deles, o poder tem papel importante na construção social e é entendido como o acesso aos recursos para impor visões e autoridade para determinar os significados compartilhados que constituem identidades, interesses e práticas (Adler, 1999). Nesse mesmo sentido, Leander (2005) afirma que o poder é determinante para impor significados e funções à objetos que não o possuem. Assim, quem possuir mais recursos e autoridade impõe significados e funções, construindo a realidade.

Sobre segurança, ao dizer que essa é resultado de uma construção social, os construtivistas têm a intenção de afirmar que ela pode mudar, porque as questões que definem a segurança serão alteradas de acordo com as interações intersubjetivas entre os agentes. Consequentemente, as definições de ameaça não podem ser universais, porque dependem da definição de cada agente, o que está atrelado à sua identidade. Essa lógica, leva ao ponto de que as dimensões materiais do mundo não são centrais para a construção da segurança, mas as normas, sim, são dimensões não-materiais essenciais para essa construção. As normas são expectativas compartilhadas sobre comportamentos legitimados por atores com identidades particulares e tais expectativas, por sua vez, são importantes para a construção de uma ameaça. (McDonald, 2008).

Nessa construção sobre segurança, o papel das elites políticas é essencial e alguns autores, como McDonald (2008), diriam até ser centrais, pois detêm poder, elemento que já foi apontada acima como relevante. Porém, Macdonald (2008) também sublinha a importância de outros atores, como as mídias e a cultura de massa, que produzem e contestam narrativas sobre a segurança. De forma resumida, o autor identifica alguns elementos essenciais para as teorias construtivistas: construção social da realidade; negociação; contestação; identidades; normas; agentes; e estrutura, o que vai de encontro com o que foi apresentado por Onuf (2013) e por Buzan e Hansen (2009).

Portanto, a teoria construtivista foi desenvolvida, principalmente a partir da década de 1980 dentro da disciplina de Relações Internacionais, como alternativa às teorias tradicionais, por exemplo, a realista. Porém, o construtivismo não se configurou como uma teoria nitidamente delimitada e, por isso, existem algumas vertentes. Apesar dos diferentes construtivismos, alguns pontos perpassam todas as correntes, como a ideia de que a realidade é socialmente construída, que essa construção é feita de forma ideacional através de um processo de coconstituição entre agente e estrutura, que esse processo desenvolve-se a partir de embates na linguagem discursiva e que essas relações são regidas por normas, ou regras. A principal diferença entre as correntes seria em torno da agenda, pois algumas ainda se preocupariam com questões *hard* das Relações Internacionais e dos Estudos de Segurança Internacional, enquanto outras abrem sua agenda de pesquisa para assuntos diferentes. A partir da compreensão sobre a teoria construtivista, é possível partir para uma interpretação das suas ideias que seja mais voltada para a segurança, observada na teoria da securitização.

1.2. Teoria da Securitização

Todas as ideias acima apresentadas, sobre como a realidade social e a política internacional são construídas a partir de um processo de interação intersubjetiva do qual participam agente e estrutura, são base para a teoria da securitização, a qual se apropria desse mesmo entendimento para estudar segurança e dinâmicas de construção de ameaças. Essa teoria foi desenvolvida na Escola de Copenhague, por Barry Buzan, Jaap de Wilde e Ole Wæver, mas também conta com a contribuição de outros autores, como Thierry Balzacq, que busca tecer críticas e solucionar as problemáticas que ele mesmo aponta sobre a abordagem de Copenhague.

Os três principais conceitos da Escola de Copenhague são: complexos regionais de segurança, setores de segurança e a securitização. O conceito de complexos regionais de segurança busca padrões de conectividade de segurança (Buzan et al, 1998) e foi desenvolvido a partir do período pós-Guerra Fria, no qual observa-se um alto nível de regionalização. A questão que guia essa abordagem é como amarrar os atores e objetos de referência na segurança regional e como analisar de forma dinâmica as questões de segurança.

Já os setores de segurança, são subdivisões a partir das quais se compreendem objetos de referências e suas ameaças existenciais. Segundo Buzan et al. (1998), a segurança tradicionalmente compreendida é sobre sobreviver às ameaças, as quais só podem ser entendidas em relação ao objeto de referência, o qual irá mudar dependendo do setor de segurança a ser analisado. Ainda de acordo com os autores existem os seguintes setores: militar; político; econômico; social; e ambiental. No primeiro setor, o objeto de referência é o Estado ou outras entidades políticas. No setor político, as ameaças são definidas em termos dos princípios que constituem o Estado. Já no setor econômico, o objeto de referência podem ser empresas ou a própria economia nacional. No setor social, o objeto de referência são as identidades coletivas. Por fim, no setor ambiental existem diversas possibilidades de objetos de referência, como a sobrevivência de espécies, ou a manutenção das condições climáticas.

Já no conceito da securitização, encontra-se na Escola de Copenhague a maior influência das ideias construtivistas, principalmente no entendimento de que a realidade é socialmente construída através de processos intersubjetivos. De acordo com McDonald (2008), essa teoria diz sobre a construção discursiva de ameaças. Baseada nessa ideia, a Escola de Copenhague define que as ameaças à segurança são processos socialmente construídos através de práticas e discursos dos agentes securitizadores, os quais buscam dar atenção à um assunto específico pautado em suas agendas (Buzan et al., 1998).

O que é essencial no processo de securitização é a designação de uma ameaça existencial por parte de um agente securitizador, a qual requer uma ação emergencial para contê-la, ou seja, a suspensão da normalidade e esse processo se conclui com a aceitação por parte de um público (Buzan et al., 1998) também chamado de audiência. A articulação das ameaças pode ser observada nos atos de fala (McDonald, 2008), aqui o enunciado é a ação, assim como para Onuf (2013). Balzacq (2010; 2011) discorda, justamente, dessa ideia, como será exposto adiante. De acordo com McDonald (2008), a aceitação por parte da audiência depende de condições facilitadoras, por exemplo, a forma do ato de fala, a posição de poder do ator securitizador e as condições históricas que são associadas àquela ameaça, ou seja, o contexto, como argumenta Balzacq (2010; 2011).

A partir disso, percebe-se a importância do discurso nessa dinâmica. De acordo com Duque (2008), o agente securitizador constrói um discurso no qual faz referência à necessidade de sobrevivência do objeto a ser protegido e também à prioridade de uma

ação para conter uma ameaça a esse objeto, mas sem usar, necessariamente, a palavra segurança. O pensamento de Tanno (2003) pode ser acrescentado à essa ideia, porque afirma que o sucesso da securitização só pode ser medido com o reconhecimento social da ameaça. Ou seja, não basta somente um discurso securitizador para que exista um processo de securitização.

Segundo Buzan et al. (1998), existem três unidades de segurança nesse processo, o que mostra uma contraposição à abordagem tradicionalista de segurança, que tem o Estado como único objeto de análise (Tanno, 2003): objetos referentes, atores funcionais e atores securitizadores. Os objetos referentes são as unidades tratadas como ameaçadas, em torno das quais será criada uma atmosfera de proteção e podem ser indivíduos, grupos pequenos, Estados, ou outras questões. Porém, o Estado ainda é privilegiado nos debates, por ser historicamente, o responsável pela segurança (Duque, 2000). Essa ideia, entretanto, é considerada ultrapassada por alguns teóricos e o próprio construtivismo busca desconstruí-la. Abrahamsen e William (2007), por exemplo, ao estudar a governança da segurança, discorrem sobre novas dinâmicas da segurança na prática e sobre como o Estado não está mais no centro desses processos, mas sim divide holofotes com empresas privadas, instituições e outros atores. O próprio objeto de estudo do presente trabalho não tem relação com um Estado em si, mas sim com a destruição de patrimônios, histórias, identidades e culturas, sobre a qual a problemática está no fato de que esses elementos são representativos de uma pluralidade.

Já os atores securitizadores são aqueles que determinam quais são os processos de securitização, um indivíduo, grupo ou uma instituição que performa o ato de fala, utilizando-o para securitizar os objetos referentes de acordo com as suas agendas políticas. Esses atores costumam ser políticos, burocratas, representantes governamentais, ou seja, atores ligados às estruturas estatais, mas não se limitam a isso. Por fim, os atores funcionais podem ser entendidos como aqueles que afetam as dinâmicas dos setores de segurança e influenciam de forma significativa o campo da segurança, mas não são nem os objetos referentes, nem os atores securitizadores. Esses são atores que surgem em paralelo às dinâmicas centrais do Estado, mas podem até criar atos de fala, tamanha a sua influência. (Duque, 2008).

Portanto, segundo a teoria da securitização desenvolvida pela Escola de Copenhague, o processo de securitização seria aquele no qual um ator securitizador (nesta perspectiva, Estados e suas estruturas) constrói, através de um ato de fala, a

imagem de uma ameaça emergencial, a qual coloca um objeto referente (Estados, indivíduos ou outros) em perigo. A fim de combater essa ameaça, o ator securitizador proporia ações políticas fora da normalidade. Assim, todo esse discurso, desde a construção da ameaça até a solução emergencial extraordinária, deve ser aceito por uma audiência para que o processo de securitização tenha sido bem-sucedido. Os principais pontos criticados são o foco no ato de fala (e na sua capacidade de fazer acontecer), que ignora outras facetas desse processo, como o contexto no qual o discurso é produzido e enunciado, e a ideia de passividade da audiência.

A partir de uma teoria já consolidada em torno de seus conceitos e metodologias, alguns autores passaram a tecer críticas, o que é o caso de Balzacq (2010, 2011). O autor aponta para uma certa inconsistência ontológica e epistemológica. Balzacq (2011) afirma que o estudo da construção da ameaça não precisa ter um compromisso com o pós-estruturalismo, algo que ele enxerga na Escola de Copenhague. Ele explica, que alegar que a segurança é um ato de fala, pode ser uma afirmação que tem força, mas que é teoricamente restrita. Além disso, Balzacq (2010) afirma que Buzan e Wæver costumam defender que a teoria da securitização é totalmente construtivista, mas o autor alerta para o fato de que existem muitos construtivismos, como apontado anteriormente, e, por isso, faz-se necessário saber a partir de qual deles a teoria da securitização foi desenvolvida. Ainda segundo Balzacq (2010), isso vai depender de como a ontologia e a epistemologia serão associadas, o que irá resultar em diferentes compromissos metodológicos. Porém, essa questão não será minuciosamente desenvolvida, pois é um debate que exige uma profundidade escusável para as finalidades do presente trabalho.

Balzacq (2011) define a securitização como uma combinação de práticas através das quais artefatos heurísticos, como metáforas, ferramentas políticas e outros, são mobilizados dentro de um contexto por um agente securitizador, que procura induzir uma audiência a construir sentimentos, sensações e pensamentos sobre a vulnerabilidade existencial de um objeto referente e que concorde com as escolhas e ações sobre uma política personalizada que deve ser adotada imediatamente para cessar o desenvolvimento da ameaça.

Ainda segundo o autor, esse processo possui três atos: locucionário, enunciado verbal ou escrito de uma expressão que contém um determinado sentido; ilocucionário, realizado ao se articular uma locução, que captura o caráter performativo do enunciado; e perlocucionário, o qual se refere aos efeitos causados pelo discurso, como sentimentos,

crenças, pensamentos e ações na audiência (Austin, 1962 *apud* Balzacq, 2011). Balzacq (2010) considera que a perlocução é central, porque em qualquer processo intersubjetivo o objetivo é ter uma resposta relevante do outro, se não o processo não ocorre de fato. O autor resume isso, respectivamente, como o ato de dizer algo, o comportamento com o qual se diz e a produção dos resultados desse ato de dizer. Portanto, umas das maiores contribuições de Balzacq para a teoria da securitização é a ideia de que a performatividade não está somente no discurso, mas também na sua construção e na audiência, que é quem recebe esse discurso e interage com ele. Por isso, igualmente importante é o contexto no qual ele é desenvolvido e proferido. Dessa forma, deve haver uma distinção entre os efeitos causados pelo discurso e a articulação da locução, ou seja, sua performatividade.

A partir de suas críticas à Escola de Copenhague, Balzacq (2010) propõe uma abordagem sociológica para a securitização, diferente do que ele chama de abordagem filosófica desenvolvida na Dinamarca, França e Reino Unido. Na abordagem filosófica, ao combinar a teoria do ato de fala com o pós-estruturalismo de Derrida¹, Balzacq (2010) afirma que a Escola de Copenhague não consegue valorizar a contribuição distinta de cada abordagem para a análise de discurso. Para o autor, essa problemática é relevante, pois a forma como a securitização é entendida vai depender de duas escolhas. A primeira é entre um foco em atos perlocucionários ou ilocucionários e, nesse caso, a Escola de Copenhague faz uma escolha que tira o foco da audiência. Já a segunda, é entre o emprego de uma análise textual ou uma análise prática e os teóricos de Copenhague escolhem o uso de uma análise textual, o que dificulta a explicação do impacto de um contexto no processo de securitização.

A fim de superar essa dificuldade apontada, Balzacq (2010) propõe um modelo pragmático fundamentado em uma abordagem sociológica sobre o processo de securitização, que se baseia no uso simbólico da linguagem, trabalhado por Pierre Bourdieu. De acordo com Balzacq (2010), enquanto o ato de fala produz efeitos ao seguir regras, se preocupando com princípios e regras subjacentes à ação comunicativa, a análise de argumentos proposta por ele, defende que para um processo discursivo ser bem-sucedido, ele precisa de uma estratégia de raciocínio e persuasão. De acordo com as ideias

¹ Na visão de Balzacq (2010), Derrida considera que os atributos intrínsecos de um enunciado (iterabilidade e reprodutibilidade) são cruciais para performances, não o contexto ou intenção de quem enuncia. Assim, os enunciados poderiam ser tirados de seus contextos e colocados em outros (Balzacq, 2010). Porém, segundo o autor, a fala pode ser a mesma, mas sua repercussão, a consequência que ela irá produzir, será outra.

de Balzacq (2010), na prática, o processo de securitização dá atenção ao contexto no qual se desenvolve e leva em consideração o status dos falantes, algo que McDonald (2008) também aponta. Além disso, o autor se atenta ao efeito que o enunciado causa na audiência, mas que não significa necessariamente a adoção de medidas emergenciais.

No estudo da securitização faz-se necessário especificar quais serão as unidades e níveis de análise (Balzacq, 2011). Como já referido, a Escola de Copenhague apresenta três níveis: atores securitizadores; objetos de referência; e atores funcionais. Nesse ponto, mais uma vez, Balzacq (2011) levanta a crítica sobre a falta da audiência e do contexto e também afirma que essas três categorias compõem, essencialmente, somente um nível de análise, o agente. A partir disso, em sua abordagem pragmática, Balzacq (2010, 2011) afirma que a segurança pode ser observada em três níveis: agente; ato; e contexto.

O nível do agente é composto por atores e suas relações, que estruturam o processo a ser analisado. Aqui, Balzacq (2011) identifica quatro facetas: os que desenham as questões de segurança (atores securitizadores, audiências e atores funcionais); as posições ou relações de poder desses atores; sua identidade social, que constrange ou permite determinados comportamentos; e o objeto referente que está sendo ameaçado e o que ameaça. Já no nível do ato estão as práticas discursivas e não discursivas, as quais asseguram o processo de securitização em estudo. Nesse nível, o objetivo é abrir as políticas e métodos que criam a segurança e para isso existem quatro lados: o tipo de ação, ou seja, a linguagem, regras gramaticais usada para performar; a estratégia, portanto, os artefatos heurísticos utilizados para facilitar a mobilização da uma audiência; as ferramentas da securitização; e as políticas geradas pela securitização. Por fim, o nível do contexto existe, porque os discursos não acontecem em um vácuo, ele é sempre constrangido ou permitido por um contexto. Esse, por sua vez, pode próximo ou distal (Balzacq, 2011 apud Wetherell's, 2001). O primeiro são interações episódicas e o segundo fala sobre a inserção sociocultural do texto analisado, ou seja, classe, etnia, instituições, locais, etc.

Para além das críticas construtivas tecida por Balzacq (2010, 2011) e de suas soluções para as problemáticas que encontra, o autor chama atenção para outro ponto, que é interessante para o presente trabalho: sobre qual ameaça se fala. O autor afirma que faz-se necessário considerar as distinções entre ameaças institucionais e brutais, pois a Escola de Copenhague, na tentativa de seguir uma abordagem radical à segurança defendendo que ameaças são institucionais, ou seja, produto das relações entre agentes,

negligenciou as ameaças brutais, ou seja, ameaças que não dependem da linguagem para ser o que são: riscos à vida humana. Ao afirmar isso, Balzacq (2011) defende que, em última análise, a linguagem molda a nossa percepção sobre a realidade, não cria a realidade, portanto, nem sempre as ameaças são institucionais. Dessa forma, segundo o autor, as análises sobre segurança deveriam buscar compreender como os contextos externos afetam a securitização.

Essa visão sobre a ameaça apresentada por Balzacq (2011) é essencial para o presente trabalho, porque a ameaça aos patrimônios culturais realmente existe, os patrimônios são, de fato, destruídos dentro dos conflitos. Por isso, o mais interessante não é analisar a construção dessa ameaça, mas sim entender como a realidade dessa ameaça é apresentada em discursos para que determinadas ações emergenciais, fora na normalidade, sejam tomadas.

A partir disso, entende-se que, tanto a abordagem da Escola de Copenhague, quanto a abordagem pragmática sociológica de Balzacq (2011) são proveitosas para o presente trabalho. Por isso, no estudo da destruição de patrimônios culturais, estes são os objetos referentes, assim construídos por não só um, mas alguns atores securitizadores, que seriam a UNESCO, como instituição e sua ex-diretora geral, Irina Bokova, e alguns Estados, como Itália e França. As audiências para as quais esses atores falam, são especialistas tanto em patrimônio, como a própria academia, quanto em segurança, como o CSNU. O CSNU, por sua vez, pode ser compreendido como audiência e como ator funcional nesse processo. Essa dualidade é possível para o conceito de audiência empoderada, a qual pode dar seguimento ao movimento securitizador (Balzacq, 2011), diferentemente de uma audiência passiva. Por fim, todo o processo se constrói em um contexto de extremismo do Estado Islâmico e outros grupos terroristas, os quais usam a destruição do patrimônio para alcançar seus objetivos. Assim, nos termos de Balzacq (2011), serão analisados, em certa medida, todos os níveis de análise apresentados por Balzacq (2010, 2011): agente; ato; e contexto.

De acordo com McDonald (2008), Wæver acredita que o Estado ainda é o ator chave na segurança e esse é um dos pontos levantados pelos críticos da teoria. Hansen (2000), por exemplo, critica o fato de que a Escola de Copenhague ainda foca nas vozes dominantes e contribuir para o silenciamento de vozes marginalizadas, por isso, ela sugere que o foco dos estudos seja o processo de dessecuritização, ou seja, a remoção de determinados assuntos da agenda de segurança (McDonald, 2008). Portanto, os teóricos

críticos emancipatórios defendem que o progresso pode ser alcançado por meio da segurança, não fora dela, porque esse espaço não precisa ser necessariamente sobre sigilo, urgência e política de pânico (McDonald, 2008), ou seja, ressignificar a segurança. Isso pode ser feito em um sentido mais positivo, com o foco na promoção da sensação de segurança, ao invés da preocupação com a ausência de segurança².

Portanto, o principal questionamento levantado por Balzacq (2010, 2011) diz sobre a pouca relevância do contexto e do papel da audiência dada pela Escola de Copenhague. Esse ofuscamento existiria por causa de uma valorização do ato de fala, o qual, não teria como ser o único componente desse processo de construção discursiva de ameaça e de objeto referente, porque, de acordo com a teoria construtivista, todo processo de construção social é resultado das interações intersubjetivas entre agente e estrutura. Em outras palavras, esse processo é formado por vias de mão dupla entre quem tem a agência e o contexto social, econômico, político, cultural, institucional no qual está inserido. O presente trabalho faz uso das categorias apresentadas pela Escola de Copenhague, como o ator securitizador, o objeto referente, os atores funcionais, mas também valoriza a audiência e contexto no qual o processo de securitização é desenvolvido. A partir dessa definição, faz-se necessário o uso de determinadas metodologias, que se encaixem de forma adequada com o que se pretende investigar.

1.3. Análise de Discurso

Conforme já apontado anteriormente, uma das correntes construtivistas valoriza o entendimento sobre a construção social da realidade e da política internacional. A partir dessa ideia, Campos (2015) aponta para o papel da linguagem dentro da teoria construtivista, porque essa construção é feita e só faz sentido através da linguagem e isso gera práticas discursivas que constituem tanto a identidade, quanto os interesses dos agentes. O movimento que abarca essa ideia chama-se virada linguística, a qual busca o distanciamento da noção de que a linguagem é somente uma representação da realidade, porque alguns atos só se concretizam através dela (Campos, 2015). Um construtivismo crítico, que se contrapõe ao convencional de Alexander Wendt, aproxima-se nas ideias do

² Trecho baseado no curso “International Security Management” da Erasmus University Rotterdam.

poder do discurso e da linguagem e do papel desses fatores na construção da realidade e de significados (Fizzera, 2013).

Onuf é um construtivista reflexivista que faz parte dessa virada linguística e tem uma concepção sobre os atos de fala, os quais se encontram dentro da discussão sobre a linguagem. De acordo com Onuf, conforme já apontado anteriormente, os atos de fala criam o mundo, pois o dizer é o fazer, assim é ato de falar que leva alguém a agir. Esses atos de fala podem ser assertivos, diretivos e de compromisso (Onuf, 2013). De acordo com Campos (2015), os atos de fala são produzidos no discurso e a partir disso criam regras que são seguidas na prática e criam normas que legitimam o discurso e os atos de fala, tornando-os princípios e/ou convenções. Assim, fica claro o processo de construção discursiva de uma necessidade, que será repetida através de atos de fala até se tornar uma convenção (Campos, 2015). Então, o processo de constituição dessas regras passa pela linguagem, por isso, o discurso é importante e a análise de discurso seria uma ferramenta útil para as Relações Internacionais (Campos, 2015), incluindo a segurança.

A análise de discurso está presente na disciplina desde o final da década de 1980. O conhecimento que se produz sobre segurança em instituições ligadas ao tema é poderoso na articulação das ameaças, porque falar ou escrever esses conhecimentos pode construir problemas de segurança, isso será visto no estudo para entender se e como a UNESCO constrói esse discurso que será concretizado pelo CSNU. Nesse processo de securitização os atos de fala são importantes, porque são o ponto de partida, o ator que começou esse processo utiliza a linguagem para articular uma questão em termos de segurança. Por isso, estudar a securitização é estudar discursos e suas contestações. (Fizzera, 2013),

Portanto, considerando que todo processo de securitização tem como base a construção discursiva sobre a segurança, ou seja, a construção de ameaças e objetos referentes como ameaçados de maneira existencial, as metodologias que analisam os discursos são convenientes. O presente trabalho fará a utilização da análise de discurso e, por vezes, da análise de conteúdo para estudar textos que estejam relacionados ao possível processo de securitização de patrimônios culturais, como documentos da UNESCO, falas de Irina Bokova, ex-diretora-geral da UNESCO e de outros políticos e documentos do CSNU.

A análise de discurso, de acordo com Rocha e Deusdará (2005), foi desenvolvida nos anos 1960 para suprir as lacunas deixadas por uma análise textual conteudista.

Utilizando a abordagem de análise de conteúdo, o pesquisador tem como objetivo a compreensão de uma realidade dada a priori pelo locutor, que é quem enuncia no ato da produção do texto (Rocha e Deusdará, 2005). Essa ferramenta foi desenvolvida no início do século XX para dar objetividade à prática da análise textual (Rocha e Deusdará, 2005). Na tentativa de alcançar essa objetividade, a análise de conteúdo é baseada na ideia de que, se efetuada de forma neutra, teria resultados mais precisos e poderia ser sustentada como ciência (Rocha e Deusdará, 2005).

Essa objetividade e tecnicidade garantiriam a descoberta do verdadeiro significado do texto analisado, um resgate do seu sentido original. Assim, chega-se à principal questão sobre os objetivos da análise de conteúdo, que são a ultrapassar a incerteza e o enriquecer a leitura. Isso é feito através da descoberta de estruturas que confirmam o que se busca demonstrar, ou pelo esclarecimento de elementos que conduzem uma descrição de mecanismos que não eram compreendidos anteriormente. Portanto, percebe-se que a pesquisa a partir da análise de conteúdo está mais preocupada com a descoberta de resultados do que com a construção de uma análise. (Rocha e Deusdará, 2005).

Sobre a análise de conteúdo, Balzacq (2011) afirma que não é uma metodologia muito utilizada para o estudo da securitização, porque é compreendida como positivista. Segundo o autor, o objetivo do uso dessa ferramenta é chamar atenção para a forma como os agentes usam ou manipulam símbolos e investem na comunicação com significado, o que se assemelha à análise de discurso. As ideias de Balzacq (2011) vão de encontro ao que Rocha e Deusdará (2005) apontam ao dizer que a principal diferença em relação à análise de discurso está no fato de a análise de conteúdo entender que os textos são independentes do contexto social e, por isso, as informações coletadas serão sempre as mesmas, ou seja, o texto possui um significado fixo, que se for bem codificado pode ser recuperado e replicado por outros pesquisadores. "Colocando de forma precisa, a análise de conteúdo procede dedutivamente, enquanto a análise do discurso opera indutivamente." (Balzacq, 2011, p. 51).

Ainda segundo Balzacq (2011), o método pode ser qualitativo se o pesquisador procurar pela ausência ou presença de estruturas de securitização nos textos, ou quantitativo, se o pesquisador procura quantificar o que encontra, por exemplo, entender o grau em que a estrutura de securitização afeta a confiança no governo. Um outro ponto de diferenciação é que, de acordo com Neuendorf (2002 *apud* Balzacq, 2011), a análise de

conteúdo, geralmente, não estuda um texto inteiro, mas sim unidades que seriam mais gerenciáveis, como palavras, frases, parágrafos ou temas, extraídos dos materiais dos quais o pesquisador dispõe.

Por outro lado, a análise de discurso pretende compreender um plano do discurso que articula a linguagem e a sociedade, as quais estão interpostas pelo contexto (Rocha e Deusdará, 2005). Essa é a metodologia promovida pela Escola de Copenhague e mais comum nos estudos de securitização. Percebe-se que, para esse tipo de análise, o contexto é de extrema relevância, assim como apontado por Balzacq (2011). Ao contrário do que propõe a análise de conteúdo, “(...) uma abordagem discursiva como a que adotamos não pode negligenciar a espessura que entremeia a relação entre o texto e seu entorno (...)” (Rocha e Deusdará, 200, p. 315). Para quem faz uso da análise de discurso, a linguagem não é reflexo de algo exterior, portanto, constitui-se “(...) como produtora do encontro entre um eu e um outro, segundo formas de interação situadas historicamente.” (Rocha e Deusdará, 2005, p. 317).

Na abordagem da análise de discurso, o texto não pode estar descolado das situações nas quais são produzidos, porque os enunciados são espaços de embate, que nos levam à produção de diferentes imagens discursivas, portanto, o discurso é o palco desses embates (Rocha e Deusdará, 2005). Assim, através de embates, que produzem imagens discursivas, são produzidos os movimentos securitizadores. Rocha e Deusdará (2005) ainda acrescentam que a linguagem não pode só representar algo já dado, porque é parte de uma construção social que rompe com a ideia de limites entre o linguístico e o extralinguístico.

Balzacq (2011) apresenta uma postura suavemente crítica à análise de discurso ao afirmar que a Escola de Copenhague restringe essa análise à enunciados falados ou escritos. De fato, os textos não existem somente nesse formato e a securitização pode ser estudada a partir de outras formas discursivas, como Möller (2007) e Hansen (2011) o fazem através de imagens. De acordo com Balzacq (2001), os pesquisadores de securitização utilizam a análise de discurso, porque ela contribui para mapear o surgimento e desenvolvimento de padrões representativos que constituem a imagem de uma ameaça. Diferente do que foi exposto por Rocha e Deusdará (2005), Balzacq (2011) acredita que a análise de discurso é um veículo de significado que não é tão evidente, mas que precisa ser mapeado.

A fim de explicar o que são os discursos a serem analisados, Balzacq (2011) se apoia em Hardy et. al (2004). Então, os discursos seriam textos que carregam ideias, objetos e práticas, sendo, ao mesmo tempo, recurso e prática. No primeiro sentido, os textos são abordados como recursos socioculturais utilizados por pessoas que pretendem construir significados sobre o mundo. Já no segundo sentido, os discursos são estruturas de significados que estão em uso. Os textos são a materialização dos discursos, pois eles são criados e contestados através da produção, disseminação e consumo desses textos. Conforme já apontado, o texto não é constituído somente por palavras escritas e faladas, mas também são formados por símbolos, imagens e outras formas de comunicação, que possuam a capacidade de transmitir significados dentro de determinados conceitos. A partir dessas reflexões, Balzacq (2011) afirma que o objetivo da análise de discurso é estabelecer o significado de textos, os quais são moldados por contextos distintos, que ativarão ou restringirão padrões de representação incorporados pelo discurso.

Para além das explicações propostas por Rocha e Deusdará (2005), torna-se interessante notar as observações de Balzacq (2011) sobre as duas formas de abordar a análise de discurso: por um viés filosófico ou sociológico. De acordo com o que já foi apresentado sobre as ideias defendidas pelo autor, percebe-se que ele possui mais críticas ao viés filosófico. Desse ponto de vista, a análise de discurso se limita exclusivamente ao texto, sem fazer considerações em relação ao contexto e as relações de poder existentes (Balzacq, 2011). A crítica refere-se a esse ponto, porque apesar do viés filosófico contribuir para a compreensão sobre produção de identidades e normas, deixa de lado elementos importantes com o contexto e as relações de poder. Essa é chamada de abordagem linguística, pois seu objetivo é analisar a construção textual e os fundamentos discursivos nos quais a realidade social se localiza (Balzacq, 2011).

Do ponto de visto sociológico apresentado por Balzacq (2011), a análise de discurso é o que se chama de análise crítica do discurso, que se aproxima das ideias de Foucault sobre como os discursos estruturam o espaço social dentro do qual os atores agem. Nessa abordagem, de acordo com Balzacq (2011), o foco está na luta presente nos diálogos. Essa luta refere-se às relações de poder, as quais silenciam ou dão palco para determinadas vozes. As fontes para a análise crítica do discurso podem ser entrevistas, observação participante, arquivos, capas de jornais e outras (Balzacq, 2011). Essas fontes oferecem uma descrição densa sobre as práticas associadas à construção da imagem de uma ameaça, o que pode ajudar a compreender que as práticas (burocracia, tecnologias,

normas profissionais e outras) são tão importantes quanto os discursos, algo que Balzacq (2011) sublinha algumas vezes.

O primeiro passo para uma análise de discurso, especialmente se utilizada para estudar a securitização, é a busca e análise de textos escritos, que posteriormente são triangulados com textos falados e em outros formatos (Balzacq, 2011). Apesar de Balzacq (2011) considerar isso determinista, será um bom ponto de partida para o presente trabalho. O segundo passo, segundo o autor, é dar sentido aos dados coletados e isso se faz observando dois pontos: a intratextualidade e a intertextualidade. O primeiro é a ideia de averiguar a coerência interna do texto, ou seja, suas dimensões performativas, nas quais aparecem os movimentos securitizadores. De acordo com Balzacq (2011), para essa averiguação é interessante pensar em algumas questões: o tipo de ação que o texto busca alcançar (assertiva, expressiva, diretiva, declarativa, de compromisso); as representações que seriam criadas a partir dessa ação; os artefatos heurísticos escolhidos (metáforas, emoções, analogias, ou outros); e quais tipos de interações são geradas a partir do texto e com qual significado.

O segundo ponto, a intertextualidade, é a avaliação das relações entre diferentes textos, o que é necessário porque os padrões de representações sobre determinada ameaça são alcançados de maneira diferente, a depender do texto. Para que se compreenda esses padrões, eles devem ser entendidos de acordo com as suas relações com outros padrões em diferentes textos, em termos de gênero, temporalidade e localidade. Os padrões recorrentes consolidados pela intertextualidade são chamados de enredos, narrativas que permitem que os atores recorram à várias categorias discursivas para dar significado aos fenômenos. Eles possuem três funções: estabelecer uma ligação entre características que determinam um fenômeno como ameaçador; adquirir sua própria capacidade de ação ao contribuir para uma rotinização cognitiva, quando materializado o enredo; e criar coalizões rivais em torno de conjuntos de entendimento comuns. Assim, os enredos dão uma coerência geral aos diferentes textos. Portanto, a intertextualidade ajuda a mapear o que varia ou não de um texto para um outro. (Balzacq, 2011).

Em suma, a análise de conteúdo acredita que existe uma realidade pré-existente ao discurso, que está pronta para ser recuperada através de uma análise de conteúdo do texto, ou seja, a linguagem é reflexo de algo externo ao texto. Por outro lado, a abordagem da análise de discurso acredita que essa realidade não é pré-existente, mas sim construída

através das interações entre a linguagem e a sociedade, que são perpassadas pelo contexto, ou seja, não simplesmente representa algo que existe, mas é parte de uma construção social.

A partir do exposto, a metodologia mais interessante para o presente trabalho é a análise de discurso de viés sociológico, pois a partir dessa ferramenta é possível compreender o discurso como um todo, desde a sua construção, passando pela sua performatividade até a sua recepção por uma audiência e todo o contexto social e relações de poder onde esse processo decorre. A análise de conteúdo também se mostra interessante para análises pontuais de fragmentos textuais. Vale ressaltar que, ao longo da presente pesquisa, em alinhamento às ideias apresentadas por Balzacq (2011), texto é considerado tudo aquilo que carrega significado, independente do formato estar em palavras, símbolos, imagens, sons. As fontes disponíveis são, em sua maioria, documentos, pronunciamentos, reportagens, mas fotografias da destruição do patrimônio e seu uso também serão materiais interessantes.

Através da análise dessas formas de discurso, busca-se compreender se foi construída a imagem do patrimônio como algo ameaçado e qual seria essa ameaça, e também como isso foi feito, ou seja, se existiu o movimento securitizador de construção e replicação das representações de ameaças através dos documentos oficiais da UNESCO, das falas da ex-diretora-geral, Irina Bokova, das imagens de destruição, de reportagens sobre o assunto e como isso culminou em medidas excepcionais.

2. Patrimônio cultural

Cultura e identidade são dois conceitos complexos para se definir e que sempre foram alvo de debates, mas se relacionam de diferentes formas e uma delas culmina na noção de patrimônio, que pode ser material, imaterial, cultural ou natural. O patrimônio cultural será o objeto de análise neste capítulo, pois o processo de securitização a ser analisado na presente dissertação diz respeito a esse tipo de herança.

O patrimônio cultural, por sua vez, também pode ser compreendido a partir de diversas perspectivas. Porém, uma ideia que, de certa forma, se mantém presente nessa noção é a que essa herança tem sido identificada como um elemento essencial na construção de identidades individuais e coletivas, o que fortalece a coesão social e fortalece a resistência dos povos, algo essencial para a estabilidade e paz. As diferenças

de abordagens geralmente dizem respeito ao alcance dessa herança. Assim, o patrimônio cultural torna-se alvo de debates sobre quem representa à nível local ou global e também sobre onde deve estar, para o caso daqueles que são móveis.

Seja qual for a resposta dessa disputa, fato é que o patrimônio cultural, ao longo dos anos, tem sofrido danos diretos ou indiretos, especialmente, por causa de conflitos armados. Por isso, desde o início do século XX, os Estados têm unido esforços com o objetivo de desenvolver mecanismos legais de proteção para essas heranças a fim de evitar mais danos ao patrimônio cultural e, por causa desses dispositivos, torna-se possível, por exemplo, julgar casos de destruição.

2.1. Cultura e Identidade

Antes de definir e compreender o que é um patrimônio cultural, é interessante analisar alguns conceitos que estão na base dessa concepção, como cultura e identidade. A noção de cultura é uma das mais complexas das Ciências Humanas e Sociais e pode ser pensada a partir de diferentes disciplinas, como Etnologia, Antropologia, História, dentre outras, o que leva a conclusões variadas sobre o termo. Por isso, nesta seção pretende-se compreender, de um modo geral, a evolução do conceito de cultura, a fim de se chegar a uma definição que seja razoável para o entendimento sobre patrimônio cultural.

Segundo Cuche (1999), a noção de cultura é necessária para uma análise sobre a diversidade humana que ultrapasse as questões colocadas pela biologia, as quais levaram, muitas vezes, ao desenvolvimento de conclusões racistas e preconceituosas. O autor defende que a hominização permitiu que trocássemos a adaptação genética pela adaptação cultural, que é imaginada e controlada pelo homem. Nessa mesma linha de pensamento, Laraia (2008) aponta que Confúcio, quatro séculos antes de Cristo, já havia dito que a natureza dos seres humanos é a mesma, são seus hábitos que os mantêm separados. Além disso, todas as populações humanas possuem a mesma carga genética, são as escolhas culturais que as diferenciam a partir das suas soluções para os problemas e necessidades fisiológicas (Cuche, 1999; Laraia, 2008). Ademais, "(...) importa entender que a humanidade é uma só e que as suas diferenças são um fator de enriquecimento geral." (Martins, 2009, p. 35). Portanto, cultura é aquilo que separa o ser humano de outras espécies e o que os diferencia entre si. Além disso, a cultura ajuda o ser humano a responder aos fenômenos naturais presentes internamente ou externamente ao corpo.

O desenvolvimento semântico da palavra cultura aconteceu na língua francesa, na qual, em 1700, era derivada do latim *cultura*, que significa o cuidado com o campo ou com o gado. Porém, na França, entre os séculos XVI e XVIII, “cultura” foi desenvolvendo-se em um sentido figurado referindo-se, cada vez mais, aos progressos individuais, aproximando-se do termo “civilização”, que fazia referência aos progressos coletivos. Essa visão evolucionista baseada em “progresso” e “civilidade” refletia muitos preconceitos. Por outro lado, na Alemanha do século XVIII surgiu o termo *Kultur*, como tradução do francês “*culture*”, mas que evoluiu em outro sentido. Assim, tudo que contribuía para o intelecto e o espírito era considerado oriundo da cultura e tudo que era superficial pertencia à civilização. Já no século XIX, a noção de cultura alemã sai do uso restrito da burguesia para ser usada pela nação inteira. Então, eles desenvolvem uma noção particularista de cultura, em oposição à noção universalista francesa, de cultura como civilização. (Cuche, 1999; Laraia, 2008).

Já no século XIX, a noção de cultura estava cada vez mais ligada à ideia de nação, mas na França ficou marcada pela imagem de unidade da humanidade (Cuche, 1999). Então, ao longo do desenvolvimento do conceito por etnólogos durante o século XIX, a maior dificuldade era pensar a diversidade cultural dentro da unidade e dois caminhos foram seguidos: um que privilegiava a unidade e minimizava a diversidade; e outro que valorizava a diversidade tentando demonstrar que ela não precisa ser contraditória em relação à unidade, a qual seria fundamental para a humanidade (Cuche, 1999). “A cultura deve, assim, buscar os fatores unificadores e universalizantes nas diferenças, uma vez que só assim se poderá começar a regular o dilema entre liberdade e diferença (...)” (Martins, 2009, p. 17). Em suma, esse debate se resume à uma discussão entre uma visão universalista (francesa) e uma visão particularista (alemã) e percebe-se que esse debate ainda existe na questão dos patrimônios culturais, como será apontado adiante.

Franz Boas (1858-1949) defendia que cada cultura possui seu caminho por causa dos diferentes eventos históricos experimentados por elas. Boas, em seus trabalhos, defendia que toda cultura era digna e exaltava a tolerância e o respeito entre os diferentes, pois cada cultura exprime um modo de ser e tem direito à estima e proteção, caso seja ameaçada. Percebe-se que, nesse momento, já existia algum tipo de reflexão sobre a possibilidade de ameaças à cultura e a necessidade de protegê-las. (Cuche, 1999; Laraia, 2008).

O aprofundamento teórico sobre cultura aconteceu de forma notável nos Estados Unidos, onde existiram três grandes correntes. A primeira, herdeira de Boas, encara a cultura sob o ângulo da história cultural. A segunda busca analisar as relações entre cultura coletiva e personalidade. Por fim, a terceira corrente considera a cultura como um sistema de comunicação entre indivíduos. Um exemplo disso são as ideias de Sapir, segundo o qual, uma cultura é um conjunto de significações que são comunicadas pelos indivíduos de um grupo através de interações duráveis em uma pluralidade de contextos, o que explica a pluralidade e instabilidade de todas as culturas. (Cuche, 1999).

Ruth Benedict, por outro lado, descreveu a cultura com uma lente através da qual o ser humano consegue ver o mundo. Porém, essa lente pode fazer com que um grupo considere o seu modo de vida mais correto ou tente transferi-lo para outro sistema e isso pode levar à um etnocentrismo, que é a base de muitos conflitos sociais. (Laraia, 2008).

Acrescenta-se a ideia de que a cultura não é um dado passado de geração em geração, mas sim dinâmica e Cuche (1999) afirma que a cultura é uma produção histórica. Nessa construção, o que vem primeiro são as culturas localizadas, que ligam indivíduos em interação imediata, não a cultura global. A dinamicidade da cultura também pode ser vista no momento do contato cultural, um processo de construção, desconstrução e reconstrução permanente. Pode-se somar a essa consideração, o fato de que não existem culturas puras, ou seja, todas, em algum grau, são misturas feitas de continuidades e descontinuidades. Ao mesmo tempo que é dinâmica, a cultura é cumulativa, ou seja, toda experiência é transmitida, depositada e acumulada (Cuche, 1999; Laraia, 2008).

A noção de cultura, independentemente da abordagem utilizada, está muitas vezes atrelada a outro termo que também é complexo: identidade. A questão colocada por Cuche (1999) é que a cultura pode existir sem a consciência de uma identidade e as estratégias de identidade podem manipular e até mesmo modificar uma cultura. Em consonância com essa ideia, Hall (2001) aponta para o que chama de identidade do sujeito pós-moderno, que enxerga o sujeito como fragmentado, composto por várias identidades. Assim, não há uma identidade fixa, mas sim uma que é "(...) formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987 apud Hall, 2011). Outra visão sobre identidade, também de Hall (2011), é a do sujeito sociológico, a qual apresenta a ideia de que o núcleo interior de um indivíduo não é autônomo e autossuficiente, ele, na verdade, é produzido na relação com outras pessoas. Portanto, essa é uma concepção interativa da identidade, a qual seria

formada pela interação do sujeito com a sociedade. Então, a identidade, ainda de acordo com o autor, “costura e estrutura” o sujeito.

Assim, a identidade só faz sentido se for aberta a trocas, ou seja, dar e receber informações para que garanta a permanência de um diálogo entre a tradição e a modernidade, que é o que se agrega à herança em todo momento. A cultura seria um ponto de encontro e saída, não confrontando a natureza, mas existindo de forma complementar. (Martins, 2009).

Cuche (1999) usa Simon (1979) para dizer que as identidades são como bonecas russas, mas que apesar de ser multidimensional, não perde a unidade. Essa última ideia é importante para o entendimento dessa unidade como fator crucial para a o respeito e construção de uma sociedade mais pacífica, que será abordada adiante. Acrescenta-se, ainda que, o que separa dois grupos não é, necessariamente a diferença etno-cultural, mas sim a vontade de se diferenciar e o uso de traços como marcadores de uma identidade específica (Cuche, 1999).

Por fim, uma definição esclarecedora sobre o que é a cultura e que consegue reunir todos os pontos abordados é a que o Mestre Zé Pio apresenta em uma entrevista: “(...) a gente se manifesta fazendo a própria cultura com a mão da gente.”³ A partir disso, pode-se refletir que a cultura é aquilo que o indivíduo produz diretamente com o próprio corpo para expressar a sua identidade, aquilo que se é em sua essência. Essa expressão pode acontecer em diferentes formatos, como música, dança, artes visuais, conhecimento e materializa quem aquela pessoa ou aquela comunidade são. Essas produções daquilo que se é, ao longo do tempo, tornam-se patrimônios.

Portanto, cultura são os mecanismos materiais ou imateriais que o ser humano utiliza para responder à natureza e aos fenômenos sociais e ela resulta de um processo de aprendizado e acumulação que acaba sendo diferente para cada grupo, pois os contextos naturais e sociais nas quais estão inseridos são diferentes. A cultura é o que diferencia o ser humano do resto da natureza e também o que os diferencia entre si, porque esses mecanismos que partem dos corpos e que são produzidos com as mãos de cada um serão referentes ao contexto vivenciado. Então, cultura é a reprodução das vivências, memórias, ou seja, da identidade de um indivíduo e essa mesma cultura, proporcionando trocas e interações entre indivíduos de um mesmo grupo, ou de grupos diferentes, também

³ Zé Pio é Mestre da Cultura e Tesouro Vivo do estado do Ceará, no Brasil. Ele é mestre de Bumba Meu Boi, manifestação da cultura popular brasileira. O trecho apresentado é retirado de uma entrevista de Zé Pio ao Governo do Ceará e encontra-se em um vídeo disponível em <https://www.instagram.com/tv/CKZ7CeMndM2/>.

constrói identidades. Ao mesmo que tempo existem diferentes culturas, ela também une o ser humano, no sentido de que é algo que temos em comum.

O patrimônio cultural é mais uma das formas de expressão da cultura e também de manutenção e valorização dela. Portanto, a partir do que foi discorrido sobre a cultura, faz-se necessário compreender o que são esses patrimônios, essas heranças, que podem ser compreendidos como algo entre a cultura e a identidade, pois alimenta e é alimentado por ambas.

2.2. Definições e debates sobre patrimônio cultural

A definição do que são patrimônios é alvo de debates nesse campo de estudos, mas existe uma definição da UNESCO: “(...) a herança que recebemos do passado, aquilo com que vivemos no presente, que é fonte de inspiração de encantamento e de prazer, e que transmitimos às gerações futuras.” (UNESCO, 2012). Ou seja, são elementos do passado, que queremos conservar e desfrutar de seu valor no presente para transmitir, em bom estado, às gerações futuras e eles são conscientemente reconhecidos pelas gerações passadas, mas continuam sendo recriados no presente. Essa ligação entre gerações do passado, presente e futuro torna esse patrimônio uma realidade viva. (Molina, 2019; Blake, 2015; Martins, 2009). Por meio do patrimônio cultural

“Existe a possibilidade de se conectar com povos há muito perdidos ou distantes, e experimentar suas culturas - por meio de viagens a locais culturais, visitando um museu ou lendo textos primários - é uma maneira comprovada de fazer isso. Quando perdemos cultura, perdemos esta oportunidade.” (Weiss e Connelly, 2017, p. 13).

Essa herança pode existir de formas diferentes, um patrimônio pode ser material ou imaterial. O patrimônio material pode ser natural, por exemplo, o Complexo de Áreas Protegidas da Amazônia Central ou cultural, como a cidade do Rio de Janeiro, no Brasil. De modo geral são partes da natureza, paisagens, prédios, monumentos, objetos, ou ainda uma combinação dos dois. Já os patrimônios imateriais, de acordo com a UNESCO, são práticas, representações, artefatos, conhecimentos e técnicas que, junto com instrumentos e lugares associados, são reconhecidos como patrimônios pelas suas comunidades e, por causa da sua interação com o ambiente, gera um sentimento de identidade (Alves, 2010). O patrimônio arqueológico deixa explícito o entrelaço da

tangibilidade e da intangibilidade, porque a primeira impressão de um objeto é seu aspecto material, mas, para os cientistas, o ponto mais importante da materialidade é o que ela diz sobre as formas de organização no passado, por isso, o aspecto intangível é essencial (Blake, 2015). Ou seja, essas características de tangibilidade ou intangibilidade são indissociáveis.

Apesar do patrimônio ser reconhecido como algo importante por gerações passadas e de existir durante um tempo considerável, ele não é estático, assim como a cultura, pois pode ser modificado por práticas da comunidade onde está inserido. Além disso, é uma produção de cultura no presente que utiliza recursos do passado e, por causa dessa dinâmica, é possível construir pontes entre os tempos e os espaços. (Molina, 2019; Viejo-Rose e Sørensen, 2015).

Essa dinamicidade do patrimônio foi reconhecida em documento, pela primeira vez, na Convenção-Quadro do Conselho da Europa sobre Patrimônio Cultural, assinada em outubro de 2005, em Faro, Portugal.

“Basta olharmos os grandes marcos da presença humana ao longo do tempo para percebermos que há sempre uma simbiose de diversas influências, de diversas épocas, ligando Patrimônio material e imaterial, herança e criação.” (Martins, 2009, p. 7).

Entender o patrimônio como fator de inovação, criatividade, paz e democracia é o mesmo que aprender com a diferença, aprender com o outro. Uma cultura de paz só poder ser construída com base no conhecimento e na compreensão a partir da educação, da cultura, da ciência e da comunicação. (Martins, 2009).

Até a década de 1980, o patrimônio cultural era visto em termos de monumentos que deveriam ser preservados como evidências de origens culturais, mas hoje em dia é cada vez mais entendido que o patrimônio deve servir às pessoas. Portanto, o valor desse elemento não está mais somente na sua existência física, mas também nos seus significados e interpretações. Por causa disso, o patrimônio pode exercer algumas funções para as sociedades e para a humanidade. Algumas delas são a promoção de justiça e coesão social e de um senso de responsabilidade e respeito, pois a necessidade de cuidado para com os patrimônio por si só cria uma coesão social, pela forma que os grupos precisam lidar com ele. O patrimônio também possui uma função econômica, pois pode suavizar os impactos da economia global à nível local. Outro papel é de promotor de

valores e virtudes derivados do humanismo e de uma solidariedade global. (Holtorf, 2011).

Sobre a importância da coesão social a partir do patrimônio, Martins (2009) destaca que,

“É evidente que não podemos dispensar os factores materiais, mas eles tornam-se fálveis (...) se não houver coesão e vontade (...). Como poderemos entender a coesão e a comunicação se não cuidarmos do bom uso dos factores de união, como a história, a língua e as línguas (...) ou se não cuidarmos da herança e da criação da cultura? Salvar uma identidade viva, preservá-la para o futuro é, assim, procurar os elementos de coesão, raízes comuns, os valores que unem e mobilizam.” (Martins, 2009, p. 114).

Portanto, a coesão é importante para uma sociedade e não podemos compreendê-la sem o cuidado com o que elementos de união, como os patrimônios.

A fim de localizar e compreender, de modo geral, os estudos sobre patrimônio sublinhar-se-á alguns dos principais debates dentro dessa área, os quais atravessam diferentes reflexões acerca dessas heranças. Nos estudos sobre patrimônio cultural, assim como na área da cultura, também é relevante o debate entre particularidade e universalidade. Assim, alguns autores defendem que o patrimônio é importante à nível local e outros chamam atenção para seu papel e valor à nível global. Esses diferentes pontos de vista implicam em diferentes formas de gestão e proteção dos elementos patrimoniais.

A noção sobre patrimônio cultural foi originada e desenvolvida no contexto de emergência de Estados-nação durante o século XIX (Holtorf, 2011; Viejo-Rose e Sørensen, 2015). Portanto, nasce em um contexto de construção de identidades nacionais, o que tende à uma visão mais particularista sobre o patrimônio cultural. A função dessas heranças era apoiar a elaboração de uma identidade coletiva (Holtorf, 2011), assim, as nações construíram essas identidades ligando momentos históricos considerados memoráveis, ou seja, construindo patrimônios (Wu e Hou, 2015). Harrison (2009) afirma que, também nas sociedades contemporâneas, quem constrói o patrimônio pode reescrever o passado de modo que facilite ações e pensamentos de seu interesse no presente. Assim, o patrimônio seria uma prática discursiva (Wu e Hou, 2015).

De acordo com Gnecco (2015), apesar de o patrimônio ter sido definido na experiência de Estado-nação, essa noção muda quando este é substituído pela ideia de

Estado multiculturalmente heterogêneo. Sendo o patrimônio nacional um símbolo da nação, Gnecco (2015) questiona o que patrimônio multicultural representaria, já que não pode ser um símbolo das sociedades pós-nacionais. A resposta que o autor dá ao seu próprio questionamento é o humanismo, ou seja, o pertencimento do patrimônio à toda humanidade. Assim, cria-se uma identidade humanística universal que transcende as contradições do multiculturalismo e que é transmitida por agências multinacionais. Esse valor do patrimônio foi reconhecido, pela primeira vez, na adoção da Convenção do Patrimônio Mundial, em 1972 (Harrison, 2009).

Porém, essa ideia é questionada e apontada como uniformizadora e construída a partir de um discurso que vêm de um lugar de poder, ou seja, do Ocidente e Norte global. A maior parte dessa crítica é baseada no trabalho de Smith sobre o “discurso autorizado sobre patrimônio”, que marginalizaria o “Outro” (Wu e Hou, 2015). Uma forma de ultrapassar essa problemática seria contar com a participação de povos locais na identificação, produção e gestão desse patrimônio. Ademais, essa ideia de patrimônio mundial não precisa ser uniformizadora, mas sim uma visão que chame atenção para a importância da representação de certas culturas, para a materialização de certas identidades que foram importantes para a construção da humanidade e também é importante para o conhecimento sobre o outro.

O pensamento sobre um patrimônio puramente nacional também pode ser limitador, na medida em que existem patrimônios culturais à nível local que fazem parte de grupos excluídos da ideia de nação. Além disso, a importância desses objetos, práticas ou monumentos para determinada comunidade, ou para a humanidade, pode ser comprovada através de estudos e seu valor científico histórico pode existir independentemente do discurso que é construído a partir do poder. A problemática da construção discursiva seria mais relevante no assinalamento de um patrimônio como mais valioso, ou na sua preferência em detrimento de outros, ou seja, no momento de voltar esforços para a proteção e cuidado do patrimônio. Os discursos geram consequências materiais e moldam a construção, identificação, valorização, gestão e uso do patrimônio (Wu e Hou, 2015).

Outro foco de estudo são as questões coloniais e pós-coloniais. Os territórios que foram colonizados podem usar uma visão mais particularista do patrimônio cultural para forjarem novas identidades nacionais nos processos de descolonização. A crítica do pós-colonialismo argumenta que os patrimônios dos colonizadores nas sociedades colonizadas

precisavam ser predatórios, o que significa que deveriam apagar ou tornar inferior as memórias da ocupação indígena que existia anteriormente para, assim, justificar sua própria ocupação. Em sociedades como a estadunidense e a australiana, a arqueologia acaba marginalizando os povos indígenas e distanciam esses grupos da gestão da sua própria herança. (Harrison e Hughes, 2009).

Para reverter esse processo, o patrimônio deveria ser entendido como empoderamento, algo que pode dar voz a narrativas reprimidas e, ao fazer isso, cria e reforça espaços seguros, nos quais “(...) membros de diferentes grupos culturais podem experimentar, aprender, desafiar e concordar livremente com ‘o outro’ em ambientes não violentos e produtivos.” (Hammani e Laven, 2017, p. 146). Molina (2019) aponta que Wollentz (2014) segue essa mesma linha de pensamento ao afirmar que é necessário pluralizar o passado, ou seja, encontrar outras vozes e deixá-las falar. Hammani e Laven (2017) apontam para a existência de um potencial de desenvolvimento do patrimônio para criação de interesses compartilhados entre grupos culturais diferentes, assim, explora-se o potencial do patrimônio para o reconhecimento de grupos subalternos, minorias, oprimidos, desafiando discursos de que o inimigo deve ser destruído.

Além disso, ainda acerca dessa problemática colonial, muitos objetos históricos e patrimônios são deslocados da sua origem para serem expostos em grandes museus ocidentais (van den Dungen, 2017; Howlitt-Martin, 2017), o que seria justificado dentro de uma visão universalista do patrimônio. Porém, o conhecimento sobre uma determinada cultura seria mais adequado *in situ*, por isso, existiria um grau de inautenticidade em objetos e artefatos africanos, por exemplo, em um museu ocidental (Howlitt-Martin, 2017). Por outro lado, van den Dungen (2017) aponta que os museus têm um papel importante na vida educacional e cultural de muitos países. Portanto, é importante pensar em soluções que mantenham as histórias marcadas por essas heranças, sem a necessidade de tirá-las dos seus locais.

Uma outra linha de estudos sobre patrimônio é a relação com o turismo, a partir de uma comoditização do patrimônio, por trás da qual existe uma indústria multimilionária, que intervém para moldar as políticas patrimoniais no mundo (Gnecco, 2015). Além disso, de acordo com Gnecco (2015), a promoção e proteção do patrimônio são, geralmente, mostradas em função do desenvolvimento econômico. Gnecco (2015) aponta que a preocupação das instituições é com os patrimônios em si, não com as comunidades que os cercam e os vivenciam. Porém, como já foi demonstrado, o

patrimônio é um elemento social, porque só faz sentido na sua relação com seu contexto, por isso esse discurso sobre patrimônio deve ser criticado, mas não sua relevância.

Portanto, existem diversas linhas de estudo acerca do patrimônio, seu valor, sua universalidade ou particularidade. Depois de entender o que é o patrimônio e as principais discussões teóricas da área, faz-se necessário compreender a sua importância para os indivíduos e para os povos e assim perceber sua relevância dentro das relações internacionais. Conforme já foi apontado, a cultura é essencial para a identidade dos indivíduos e das sociedades, porque ajuda a criar uma sensação de pertencimento. Nesse sentido, o patrimônio cultural é representativo de algum traço dessa identidade e em torno dele, por exemplo, criam-se narrativas nacionais, mas também locais e muitas vezes, os patrimônios podem ter o efeito de romper com essas estruturas, promovendo “(...) valores e virtudes do humanismo e do compromisso com a solidariedade global.” (Holtorf, 2011 apud Molina, 2019, p. 121).

De acordo com Mouly e Giménez, (2017) “(...) a cultura como espinha dorsal da identidade comum das sociedades humanas, pode ser um instrumento para construir a paz em territórios onde ocorreram conflitos armados” (p. 283 apud Molina, 2019, p. 119). O patrimônio cultural pode ser usado para apresentar diversos pontos de vista sobre o mundo e por isso torna-se importante para a promoção da tolerância entre diferentes culturas (Bakker e Müller, 2010 apud Molina, 2019).

A literatura sobre o assunto se aproxima mais da disciplina de RI quando, por exemplo, em abordagens da construção da paz a partir do patrimônio, expressa no livro “*Heritage and Peacebuilding*”, publicado em 2017 e organizado por Diana Walters, Daniel Laven e Peter Davis. No livro, os autores expõem reflexões sobre a importância dos patrimônios para o *peacebuilding* a partir de artigos e entrevistas. Outros debates que podem surgir são os reflexos da desigualdade internacional na gestão do patrimônio, por causa dos discursos. Porém, para o presente trabalho interessa entender as ameaças a esses patrimônios, para que então, seja analisada a estrutura internacional para sua proteção e, por fim, o processo de securitização.

Portanto, o patrimônio, a nível local ou global, tem um papel de identificador ou fomentador de um senso de pertencimento, é também um contador de histórias do passado e promotor de coesão e responsabilidade social e, por fim, gerador de valores humanos. Essas funções podem gerar uma visão particular, universal ou de meio termo, como aqui colocado. Então, existem objetos, monumentos e práticas patrimoniais que são

importantes para a humanidade devido à sua dimensão, mas algumas são muito características do seu local.

As ameaças ao patrimônio cultural não são marcos da modernidade e existem há muito tempo, a partir de diversas fontes. Elas podem ser naturais, como desastres e mudança climática, ou podem ser relativas à conflitos e guerras. Uma ameaça, por exemplo, é que a UNESCO, em 1989, reconheceu a fragilidade da cultura tradicional e a possibilidade de sua extinção, por ser difundida pela oralidade e a organização considera que cada povo tem direitos sobre sua cultura e que a adesão a ela pode ser comprometida por causa de uma cultura industrializada difundida pelos meios de comunicação em massa (Alves, 2010).

Quando estão inseridos em contexto de conflito, os patrimônios são foco de disputa em relação à terra, direitos humanos, expressões culturais, paisagens e políticas de exclusão (Walters, Laven e Davis, 2017). Mesmo essas ameaças relativas aos conflitos não são novidade. Ao longo do período das Cruzadas, entre 1202 e 1204, em Constantinopla, os saques de Bagdá, em 1258, a conquista do México e de outros países da América, no século XVI, o saque ao Palácio de Pequim, em 1860, as Guerras Napoleônicas, entre 1803 e 1815, as intervenções britânicas no século XIX, representam ocasiões de saques e pilhagem de bens que, hoje são expostos em museus. “O Estado tornou-se o guardião de último recurso para a arte saqueada” (Howlitt-Martin, 2017, p. 29). Esse vandalismo também já era uma forma de destruir, simbolicamente, o inimigo (Amineddoleh, 2015). Durante o período colonial, os europeus usavam todo o tipo de violência em territórios como Benim, Etiópia e Congo para coletar objetos e um exemplo disso foi a expedição francesa em Dakar-Djibouti na década de 1930 (Howlitt-Martin, 2017). Os missionários britânicos também removiam e destruíam artefactos de comunidades indígenas na tentativa de fazer com que elas abandonassem suas crenças (Howlitt-Martin, 2017). Esse tipo de destruição atravessa o debate pós-colonial apresentado anteriormente.

Além disso, recentemente, o Oriente Médio, que é berço de civilizações orientais e ocidentais, tem sido palco de atrocidades que contribuem para a supressão das manifestações históricas e culturais dos seus sobreviventes, que levam manifestações concretas dessas civilizações milenares às ruínas (Soares e Piagentini, 2017). De acordo com Bokova (2017), esses atos não são apenas a destruição de um artefato artístico, mas o enfraquecimento da capacidade de resistência e coesão de uma sociedade. Ademais, são tentativas deliberadas de negar a identidade e história de outros povos e nações e em

quase todos os conflitos é comum observar-se ataques a museus e outras instituições culturais, a exemplo do Mali, Tunísia, Egito e Síria (Hayashi, 2016). Portanto, essas ameaças aos patrimônios podem privar para sempre as comunidades dos seus elementos culturais que estão relacionados à sua história e identidade, quebrando os laços que as mantêm unidas. (Hayashi, 2016).

Um grande exemplo da ameaça de destruição do patrimônio cultural em situação de conflito é a destruição dos Budas de Bamiã, no Afeganistão, pelos Talibã em 2001. A região foi ocupada, pela primeira vez, no século III A.C., quando a cultura budista estava em seu auge na Ásia central e a região de Bamiã tornou-se um centro do budismo. O Talibã, que tomou o poder no país em 1996, destruiu as estátuas em 2001, quando foram derrubados do poder, afirmando que ícones religiosos eram proibidos pela lei islâmica e que poderiam ser usados, novamente, pelos “descrentes” no futuro. Alguns especialistas chamam atenção para o fato de que, apesar das críticas ao Talibã, existem poucas críticas às forças dos Estados Unidos e Reino Unido, que destruíram sítios arqueológicos no Iraque entre 2003 e 2008. (Harrison, 2009).

Em parte como resposta à destruição no Afeganistão, a UNESCO elaborou a *Declaration Concerning the International Destruction of cultural Heritage*, em 2003, que explicitamente reconheceu que o patrimônio tinha o potencial de se tornar um alvo deliberado de agressão e não só um dano colateral (Viejo-Rose e Sørensen, 2015), o que pode ser visto como um ponto de virada. Outros exemplos são os casos da destruição da Ponte de Mostar, em 1993, das mesquitas e mausoléus em Timbukutu, em 2012, e dos bombardeamentos realizados pela Arábia Saudita no contexto da guerra no Iêmen. Esses casos são chamados de “limpeza cultural” por Irina Bokova (Weiss e Connelly, 2017). Mais recentemente, o Estado Islâmico também fez ataques no Iraque com a justificativa de que os elementos destruídos representavam ídolos e os seis Patrimônios Mundiais sírios estão diariamente ameaçados por causa do conflito (Hayashi, 2016).

Em situação de conflito, exércitos irão atacar prédios, lugares e artefatos que são parte da cultura identidade, poder civil e militar do inimigo e isso não deve ser interpretado como um vandalismo sem sentido, pois muitas vezes é estratégico (Dolff-Bonekämper, 2018). Além disso, muitos grupos terroristas usam saques para se financiarem (Amineddoleh, 2015). Assim, Nemeth (2007) chama atenção para o fato de que os atos de violência contra o patrimônio cultural podem ter impactos intangíveis para

os povos, como o que foi apontado até então, mas também tangíveis, como o tráfico desses objetos culturais.

O fato de o patrimônio ter sido usado para definir limites de pertencimento é um divisor de águas em termos de uso de patrimônio em conflitos, assim, construir esse patrimônio como significador de identidade nacional o faz um alvo potencial, porque o significado simbólico de um patrimônio torna-se quase tão importante quanto seu valor material. A história da destruição e proteção de patrimônio é uma história de resposta à eventos e criação de medidas preventivas (Viejo-Rose e Sørensen, 2015).

De acordo com Weiss e Connelly (2017), a UNESCO identifica quatro causas para a destruição de patrimônios em conflitos armados: dano intencional; dano colateral; negligência forçada; e pilhagem organizada e tráfico ilícito. Danos intencionais resultam de ataques aos patrimônios como arma de guerra, ou seja, um ataque para que se consiga vantagem no conflito e isso se faz pelo valor que aquele patrimônio tem para a população. Esses podem ser considerados limpeza cultural estratégica e possuem duas categorias: ataques às instituições culturais, o que é um indicativo de genocídio ou limpeza étnica; ou ataques às antiguidades, que são uma forma de apagar a cultura, normalmente ao serviço de uma outra narrativa histórica. Já os danos colaterais, ocorrem quando os conflitos armados acontecem perto de patrimônios imóveis e, atualmente, isso tem sido cada vez mais grave por causa do poder de fogo dos armamentos. Já a negligência forçada, acontece quando a população local é obrigada a deixar a região ou o acesso ao patrimônio torna-se impossibilitado por causa do conflito ou porque o orçamento não consegue cobrir sua proteção, o que seria um dano indireto. Por fim, a pilhagem e o tráfico servem para financiar grupos que estão nos conflitos e os principais alvos, nesses casos, são sítios arqueológicos.

De acordo com Viejo-Rose e Sørensen (2015), os patrimônios podem ser ‘armados’, para promover divisões, excluir e intimidar, como aconteceu em Ruanda, Kosovo, Sri Lanka e Caxemira e também pode ser como uma bomba-relógio, acumulando tensões ao relembrar injustiças passadas, como na Iugoslávia e na Espanha.

“Em resposta, precisamos encontrar maneiras de focar consistentemente a natureza plural do patrimônio, resistindo à tentação da singularidade interpretativa e revelando as formas abusivas em que o patrimônio é usado; dessa forma, pode ser possível tornar as pessoas menos vulneráveis à sua manipulação belicosa. Somente pelo reconhecimento das dimensões

multifocais do patrimônio pode ser um recurso construtivo de recuperação pós-conflito.”
(Viejo-Rose e Sørensen, 2015, p. 292).

Nesse sentido, as autoras chamam atenção para o desarmamento do patrimônio. Essa ideia caminha na direção contrária da securitização.

Apesar dos custos humanos dessas ações não serem tão aparentes, eles possuem consequências. A destruição dos patrimônios é prejudicial à identidade social e, conseqüentemente à coesão social, porque edifícios, museus e outros monumentos ou objetos ajudam a organizar e definir um povo, conforme já apontado. Além disso, a destruição pode prejudicar a recuperação econômica com a perda de atrações turísticas, oportunidades de investimento e empregos. Por fim, a destruição em períodos de guerra, aprofunda as feridas e intensifica animosidades. Soma-se à essas questões locais, a ideia de que existe um custo dessa destruição para toda a humanidade, partindo do pressuposto de que todos compartilham a mesma cultura no tempo e espaço. (Weiss e Connelly, 2017).

A partir do entendimento das diversas lentes para se compreender o patrimônio, conclui-se que é interessante ter uma visão sobre patrimônio que não seja exatamente nacionalista, porque essa visão é limitadora, mas que também não seja demasiadamente universalista, a ponto de homogeneizar e padronizar símbolos que representem toda a humanidade e silenciar outros. Por isso, propõe-se aqui, uma noção sobre patrimônio que exista no caminho entre essas duas, que seja universal, mas não uniformizadora, e que sublinhe a relevância do patrimônio como elemento de interseção entre os povos, o qual tem capacidade para gerar identificação e reconhecimento. Esse não é somente um elemento passivo de definições e títulos, mas também um elemento ativo, que pode servir como ferramenta de reconhecimento de grupos e indivíduos e que conta histórias. Por causa dessa importância, o patrimônio deve ser protegido e para isso existem algumas possibilidades, as quais serão abordadas na próxima seção.

2.3. A proteção do patrimônio cultural

A partir do entendimento sobre cultura, identidade, patrimônio cultural e suas ameaças, torna-se interessante observar como isso é compreendido do ponto de vista do direito, ou seja, quais são os instrumentos legais existentes à nível internacional. O direito

à cultural e do patrimônio se misturam, porque o patrimônio também é um dos elementos da cultura. Esses instrumentos existem em diferentes formatos há mais de um século e ao longo dos anos foram sendo modificados para que atendessem às necessidades do contexto no qual estavam sendo utilizados. Portanto, para defender, proteger ou preservar o patrimônio, “(...) temos de considerar não só o valor histórico e patrimonial, mas também a relação que a sociedade tem com esse elemento.” (Martins, 2009, p. 30).

Interessante notar a preferência pelo termo salvaguarda, na maioria dos documentos sobre patrimônio, ao invés de proteção. De acordo com Blake (2015), salvaguarda é um termo mais utilizado quando se trata de leis sobre propriedade intelectual e passa uma ideia mais ampla em um sentido de ações positivas que contribuem para sobrevivência dos patrimônios. O termo foi especificamente definido na Convenção de 2003 em cinco dimensões: identificação, conservação, preservação, disseminação e proteção. Desse ponto de vista, “proteção” teria um sentido negativo de “proteger contra” ameaças diretas, enquanto “salvaguardar” implica em ações positivas para também promover o patrimônio, quem os detêm e seu contexto. O presente trabalho utiliza “proteger” e seus derivados, porque analisa a proteção do patrimônio contra ameaças em situação de conflito.

Nesse âmbito, assim como nas discussões teóricas, também existe a dicotomia entre particular e universal, que Soares e Piagentini (2017) chamam de nacionalista e cosmopolita. A concepção nacionalista entende que os bens culturais são atributos de uma única nação, onde devem estar retidos esses bens, um pensamento comum em países que possuem grandes acervos. A outra concepção, cosmopolita, entende que os bens culturais são primordialmente patrimônios da humanidade, defende um acesso amplo a eles e promove a sua circulação a nível internacional. Porém, apesar dessa divisão, pode-se compreender o patrimônio a partir dessas duas visões que não são, necessariamente, conflitantes. Martins (2009) sublinha a importância do diálogo entre culturas a partir da “(...) tensão entre diversidade e universalismo, entre especificidade e busca de valores comuns, (...) que partindo da diversidade de pertencas, obriga a um pensamento sem fronteiras.” (Martins, 2009, p. 42).

Em instrumentos internacionais a concepção cosmopolita é mais comum e determina o valor universal do patrimônio cultural de cada nação, além de fomentar a cooperação internacional entre os Estados para protegê-lo. Essa concepção é mais favorável à preservação dos bens culturais no contexto de conflitos, porque ações

conduzidas em conjunto por diversos países garantem o desenvolvimento de um direito costumeiro internacional. Em contrapartida, faz-se necessário assegurar os interesses dos países originários, de forma que as medidas de cooperação internacional para preservação não sejam utilizadas para apropriação de seus bens. (Soares e Piagentini, 2017).

Outra forma de se entender o patrimônio dentro das ferramentas jurídicas é através dos valores atribuídos, podendo existir uma abordagem utilitarista ou um valor intrínseco aos próprios bens. Do primeiro ponto de vista, o patrimônio seria um meio de satisfazer os interesses humanos e a proteção desses bens seria subsidiária. A outra abordagem sublinha a importância inerente do patrimônio, seja ela histórica, artística ou arqueológica, o que já justificaria sua preservação, independentemente da sua relevância para qualquer comunidade. Essas duas visões diferenciam a forma de penalização dos atos contra bens culturais em tempos de guerra, sendo uma abordagem orientada pelo humanitarismo e outra voltada para o valor cultural do bem. Tratados internacionais, como a Convenção de Haia de 1907, as Convenções de Genebra de 1949 e o Estatuto do Tribunal Penal de Haia utilizam a concepção utilitarista, considerada falha para alguns autores, pois o propósito da proteção é material, antropocêntrico e de identidade nacional. Geralmente, as duas concepções são válidas e complementares, mas, às vezes, uma pode se sobressair em relação à outra. (Soares e Piagentini, 2017).

Por fim, o patrimônio pode ser entendido em termos de patrimônio cultural ou bem cultural. O patrimônio cultural abrange uma realidade mais ampla, portanto, o bem cultural faria parte disso (Soares e Piagentini, 2017; Blake 2015a). Porém, não existe uma definição universalmente aceita para nenhum dos dois conceitos, porque cada documento internacional acerca do tema coloca suas próprias definições e critérios.

Alguns dos primeiros exemplos de legislação para bens culturais são uma lei promulgada pelo Papa Pius II, em 1462, uma lei do Rei Gustavo Adolphus da Suécia, em 1648 e algumas leis turco-otomanas (Blake, 2015). Porém, os primeiros direitos culturais surgem no contexto dos movimentos revolucionários na Inglaterra de 1688 e na França de 1789, pois a partir deles nasceram as primeiras leis de proteção sobre o patrimônio histórico e artístico e os primeiros museus, bibliotecas, teatros e arquivos nacionais (Brant, 2009). A função dessas instituições era materializar valores como nação, povo e Estado para constituir uma coesão social em torno desses símbolos (Brant, 2009), conforme já foi apontado anteriormente. Em termos de reconhecimento internacional, o

primeiro direito cultural foi o autoral, na Convenção de Berna para a Proteção de Obras Literárias e Artísticas, em 1866 (Brant, 2009).

O Congresso de Viena, em 1814, procurou tratar do retorno de pilhagem de guerra e introduziu a ideia de um patrimônio comum da humanidade (Viejo-Rose e Sørensen, 2015). O século entre o fim das Guerras Napoleônicas e a Primeira Guerra Mundial foi marcado por tentativas de codificar a relação entre a guerra e objetos e lugares culturais, como o *Lieber Code* do Exército dos EUA, em 1863, e as Convenções de Haia de 1899 e 1907 (Viejo-Rose e Sørensen, 2015). Os princípios de conservação do patrimônio foram desenvolvidos a partir da metade do século XX e esses primeiros guias eram adotados por Organizações Internacionais, como a UNESCO e ICOMOS, para proteger a propriedade cultural contra diversas ameaças (Ahmad, 2006). A Carta de Veneza, de 1964 foi a mais relevante nesse sentido, porque ajudou a ampliar conceitos e a aplicar tecnologia de conservação, além de contribuir para a cooperação internacional e fornecer um conjunto de princípios para a proteção de patrimônios (Ahmad, 2006).

Apesar dos esforços já existentes para a regulamentação do patrimônio cultural, especialmente, em caso de conflitos, esse processo foi acelerado no pós-Segunda Guerra Mundial e expressa a noção cosmopolita para basilar a cooperação internacional (Blake, 2015). Em 1948, a ONU preparou um novo documento a ser assinado por seus Estados-membros, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que introduz o direito do acesso à cultura, em seu Artigo 27, afirmando que

“1. Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de desfrutar das artes e de participar do processo científico e de seus benefícios. 2. Todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.” (United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. 1998.)

Ou seja, a cultura é um direito humano, conseqüentemente o patrimônio cultural e o acesso a ele são um direito humano também.

No âmbito do Direito Internacional, a primeira norma sobre o patrimônio cultural foi elaborada em 1954, com a Convenção para a Proteção de Bens Culturais em caso de Conflito Armado, ou Convenção de Haia, assinada pelos Estados-membros da ONU. O documento propõe o respeito aos bens culturais em territórios e países adversários e a proteção dos seus próprios bens. A Convenção almeja evitar a eclosão de um conflito

armado e minimizar os danos aos patrimônios culturais nesses casos. Além disso, segue uma abordagem cosmopolita ao reconhecer que os bens culturais estavam em perigo nos conflitos armados e que o dano à um bem cultural significa um dano ao patrimônio da humanidade, porque cada indivíduo contribui para a cultura do mundo e carrega a ideia do valor intrínseco do patrimônio. A Convenção estabelece a proteção especial e determina que refúgios para bens móveis ou imóveis sejam objeto de medidas de proteção diferenciadas, quando não forem usados para fins militares. Ademais, os Estados signatários também devem conduzir análises de risco e planos de emergência para responder a qualquer tipo de ameaça. (Blake, 2015; Brant, 2009; Soares e Piagentini, 2017; Viejo-Rose e Sørnesen, 2015).

Ademais, a Convenção de Haia definiu uma sinalização, que seria um escudo azul e branco fixado às paredes exteriores de importantes bens culturais com a intenção de atrair a atenção dos militares, que deveriam respeitar o sinal e evitar que aquele espaço sofresse danos durante conflitos armados. Porém, o que aconteceu foi justamente o oposto, porque muitos bens que carregavam esse símbolo tornaram-se alvos. (Dolff-Bonekämper, 2018).

Na década de 1970, a ideia de herança e a manutenção do debate sobre a proteção da cultura no âmbito internacional ganharam força e significado com o movimento ecológico, que apresenta conceitos importantes, como a equidade intergeracional e o dever de geração presente proteger elementos, sejam eles culturais ou naturais, para as próximas gerações, porque esses recursos, naturais ou culturais, não são renováveis. Assim, ao considerar a possibilidade de deterioração e desaparecimento de um bem cultural, a UNESCO aprovou, em 1972, a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural e também o Fundo do Patrimônio Mundial, destinado à proteção e conservação dos bens que estão na Lista do Patrimônio Mundial. (Blake, 2015; Brant, 2009).

Nessa Convenção, os conceitos de propriedade cultural móvel e imóvel foram repensados e o documento passou a utilizar em seu lugar, os termos naturais ou cultural. O documento “(...) toma como ponto de partida a ideia de que alguns aspectos do patrimônio cultural são de tal importância que devem ser preservados para o benefício e o gozo de toda a humanidade (...)” (Blake, 2015, p. 15). A Convenção gerou resultados diretos e ajudou a salvar alguns patrimônios, como os templos Angkor Wat, no Camboja, a cidade polonesa, Dubrovnik, e a arte rupestre da era do gelo, no Vale do Côa, em

Portugal. Assim, a aplicação desse conceito de patrimônio global pode ter resultados positivos importantes para a salvaguarda seja diante de ameaças em tempos de guerra ou da deterioração devido à negligência estatal (Ahmad, 2006; Blake 2015a).

Alguns anos depois, em 1982, a Declaração do México introduziu mais um elemento no direto à cultura, que era a ampla participação dos indivíduos e da sociedade no processo de tomada de decisão sobre a sua vida cultural. Para isso, a Declaração recomendava que o contato entre a população e seus órgãos de cultura fosse ampliado. O documento também recomendou que fossem restituídos aos países de origem os objetos que foram roubadas em períodos de ocupações coloniais. Esse princípio já havia sido incorporado pela UNESCO, em 1978, com o Comitê Intergovernamental para Fomentar o Retorno dos Bens Culturais aos seus Países de Origem ou sua Restituição em caso de Apropriação Ilícita, um órgão consultivo que recebe solicitação de países e media diálogos bilaterais (Brant, 2009).

Em 1999, a fim de atualizar e aprofundar a Convenção de Haia para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, foi celebrado seu Segundo Protocolo. Uma das contribuições mais importantes desse documento foi a “proteção reforçada”, uma atualização da “proteção especial”, a qual diz que um bem poderá ser objeto de proteção reforçada se for um patrimônio cultural de grande importância para a humanidade, protegido por medidas domésticas que reconheçam seu valor excepcional e se não for utilizado para fins militares. Além disso, o Segundo Protocolo diz que as partes contratantes não devem incidir ataques contra e nem usar esses bens como apoio militar. No capítulo quatro há uma série de previsões acerca da criminalização e da responsabilidade penal de ofensas ao patrimônio e do estabelecimento de uma cooperação jurídica para investigações criminais. Assim, fica clara a abordagem cosmopolita, na medida em que incentiva um diálogo entre os países para encontrar soluções e considera a existência de um valor intrínseco aos patrimônios. (Soares e Piagentini, 2017).

No início dos anos 2000, como resposta à crescente homogeneização cultural, que aprofundava assimetrias e foi potencializada pelo crescimento dos mercados culturais, alguns Estados e instituições transnacionais defenderam a elaboração e implementação de políticas públicas da cultura. A UNESCO coordenou algumas ações que tiveram como resultado documentos como, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003, e a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das

Expressões Culturais, de 2005. Essas expressões culturais são demarcadoras de identidade e guardam e produzem a diversidade cultural, considerada o grande patrimônio da humanidade (Alves, 2010).

Esse tipo de documento, de acordo com Brant (2009), mostra-se como resistência ao imperialismo dos Estados Unidos. A Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, por exemplo, foi aprovada com 151 votos a favor e apenas dois contra, sendo eles dos Estados Unidos e de Israel, os quais alegavam que o texto poderia incentivar algumas formas de nacionalismo e fundamentalismo étnico-religioso. Uma convenção possui força de lei, pois cria compromisso de cumprimento, difusão e promoção dos assuntos abordados no texto, diferente de declarações e recomendações. Assim, os Estados mostram seu comprometimento com o estabelecimento de políticas para a preservação e promoção da diversidade cultural (Brant, 2009; Alves, 2010).

Uma reflexão interessante acerca dessa oposição entre universalismo e particularismo em relação à cultura é que a valorização de elementos culturais que são considerados importantes para a humanidade, não diminui, necessariamente, ou interfere na valorização da diversidade também existente. A questão a ser destacada é que o discurso de valorização do universalismo não deve ser imperialista e impositivo, a exemplo do estadunidense, o qual propõe uma homogeneidade, uma padronização cultural aos seus moldes. Assim, é possível que haja a convivência entre o que é comum e universal e o que é diferente e específico, uma característica não precisa anular a outra.

Outro documento relevante é a Convenção-Quadro do Conselho da Europa sobre Patrimônio Cultural, assinada em 2005, que considera o patrimônio como um valor e um recurso que pode servir ao desenvolvimento humano. O patrimônio surge como primeiro artifício democrático em prol da dignidade da pessoa humana e do desenvolvimento. Esse patrimônio envolve monumentos, tradições e criação contemporânea. Ainda de acordo com o documento, a diversidade cultural e o pluralismo devem prevalecer em relação à homogeneização e a harmonização. Assim, a Convenção-Quadro não cria direitos executórios, mas inicia um processo de cooperação entre os Estados europeus. Apesar de ser um documento localizado geograficamente, inova ao entender o patrimônio como fator de aproximação, compreensão e diálogo (Martins, 2009).

Recentemente, em 2016, os Emirados Árabes Unidos e a França assinaram uma declaração durante a Conferência Internacional de Abu Dhabi sobre a Proteção do

Patrimônio Cultural em Perigo, que busca estabelecer, a partir do contexto dos conflitos e do terrorismo, a delimitação de algumas medidas eficazes para combater a destruição do patrimônio cultural e a devastação das culturas dos povos afetados. O documento aponta para a relevância do patrimônio cultural como espectro da criação humana, que relaciona o passado e o futuro de toda a humanidade. Além disso, se baseia em duas concepções sobre o patrimônio: de identidade nacional e sua relevância simbólica. Com esses pontos, fica claro que a declaração tem uma abordagem de valores culturais e cosmopolita sobre o patrimônio e sua proteção e preservação. (Soares e Piagentini, 2017).

A Declaração de Abu Dhabi apresenta duas propostas em prol da preservação do patrimônio. A primeira seria a constituição de um fundo internacional para o financiamento de medidas de prevenção e reparação, cuja institucionalização exigiria uma regulamentação pormenorizada. Já a segunda, seria a criação de uma rede internacional de refúgio para salvaguardar de forma temporária os bens culturais expostos, mas favorecendo a manutenção dos bens dentro de seu próprio território e, apenas em casos excepcionais, promovendo o deslocamento para locais distantes e sempre respeitando o contexto e as características regionais de sua origem. Porém, nessa rede é importante delimitar instrumentos que garantam o retorno dos bens (Soares e Piagentini, 2017).

Complementarmente ao Segundo Protocolo da Convenção de Haia, o CSNU lançou, em 2017, a Resolução 2347 como resposta às iniciativas da UNESCO a qual trouxe um reconhecimento expressivo em direção à perspectiva do valor intrínseco do patrimônio cultural. A Resolução 2347 adota pressupostos com referência nas convenções internacionais sobre a proteção do patrimônio cultural e inspira-se na coalizão “Unidos pelo Patrimônio” e outras iniciativas a fim de reforçar a ação da UNESCO para a proteção da cultura e promoção do pluralismo cultural e situação de conflito armado. Assim, o documento condena qualquer destruição do patrimônio cultural e afirma que ataques contra patrimônios pode constituir um crime de guerra, dessa forma, seus perpetradores estarão sujeitos à devida persecução na justiça. Esse enquadramento da destruição do patrimônio como crime de guerra é inédito e cristaliza a ideia do valor intrínseco carregado pelo patrimônio cultural, o qual legitima sua proteção (Soares e Piagentini, 2017).

Essa e outras resoluções do CSNU que mencionam a proteção dos patrimônios serão analisadas no último capítulo. Porém, Hayashi (2016) afirma que elas não

conseguem abordar uma questão: as diferentes formas de intervenção externa a fim de realizar operações técnicas para a salvaguarda do patrimônio cultural e da propriedade. A comunidade internacional de patrimônio tem-se apoiado em fontes locais de cooperação para obter informação através de monitoramento e apurações diárias e nesses casos de conflitos locais, o papel dos atores locais na salvaguarda pode ser muito importante durante e no pós-conflito (Hayashi, 2016).

Hayashi (2016) defende que uma documentação sistemática dos patrimônio é uma defesa primária contra os ataques. Segundo ele,

“(...) 25% das 1.490 instituições museológicas em 136 países não possuíam um registro de movimentação de objetos registrando o movimento temporário de itens para restauração, empréstimo e pesquisa; um registro de adesão (...); códigos de localização para unidades de armazenamento ou corredores; ou um catálogo principal (...)” (Hayashi, 2016, p. 59).

Em tempos de conflito, ou não, a ameaça de saque e tráfico ilícito de bens culturais existe e, por isso, o registro seria uma ferramenta interessante.

A UNESCO possui um papel importante na viabilização e implementação de programas preservacionistas e lançou um projeto importante na preservação do patrimônio cultural: a coalizão #Unite4Heritage⁴, ou Unidos pelo Patrimônio, em português. Essa é uma campanha para a proteção e preservação do patrimônio e também conscientizar as pessoas acerca de sua importância global. No âmbito dessa coalizão está a Estratégia para reforçar a ação da UNESCO, que tem dois objetivos principais: o fortalecimento da capacidade dos Estados-membros de prevenir, mitigar e recuperar a perda do seu patrimônio e diversidade e a incorporação da proteção da cultura dentro da ação humanitária. Esses objetivos expressam a abordagem cosmopolita sobre o patrimônio por parte da UNESCO. A Interpol é outra instituição que também possui um trabalho relevante na proteção do patrimônio e em conjunto com Ministérios das Relações Exteriores da Itália e da Jordânia, por exemplo, que atuam no combate ao roubo e tráfico de bens culturais e mantêm uma base de dados sobre esses bens (Soares e Piagentini, 2017).

⁴ A campanha #Unite4Heritage, lançada em 2015, busca mobilizar os Estados-membros da UNESCO e a comunidade internacional através do que se chama de “Social Media Newsroom”, onde pode-se compartilhar conteúdo sobre patrimônios culturais e sua destruição para garantir uma narrativa em torno do pluralismo cultural e da preservação do patrimônio que seja compreendida por todos (Site da campanha).

Apesar das críticas apontadas sobre uma visão ocidental/colonialista a partir da concepção universalista do patrimônio, Blake (2015) afirma que a UNESCO tem reconhecido cada vez mais as visões não-ocidentais sobre o patrimônio, o que é expresso, principalmente, nos documentos sobre patrimônios imateriais. “O que está no cerne desta e de outras disputas é a questão de quem tem o direito de reivindicar a propriedade e o controle do passado (e as evidências materiais disso) e a questão subjacente de saber se existe um passado único” (Blake, 2015, p. 21).

Outra questão importante no âmbito dos mecanismos legais de salvaguarda do patrimônio cultural é sua conexão com os direitos humanos, a qual já pode ser observada na Declaração de 1948 da UNESCO, mas ainda podem ser observados outros pontos de encontro e compartilhamento de objetivos e características. De acordo com Blake (2015),

“Um relatório sobre o direito de acesso e gozo do patrimônio cultural, aprovado pelo Conselho de Direitos Humanos em março de 2011, forneceu, pela primeira vez, um endosso oficial à noção de que o patrimônio cultural é um sujeito adequado para os direitos humanos.” (Blake, 2015, p. 273).

Na relação entre direitos humanos e patrimônio cultural uma das questões centrais é o papel do patrimônio na construção da identidade cultural, seja ela local, regional ou global, que é o direito de escolher sua identidade de forma individual ou em comunidade e o direito de preservar, desenvolver e manter a própria cultura (Blake, 2015).

Nesse sentido, uma associação comum e válida é entre o patrimônio cultural e a dignidade humana. Em 1968, a UNESCO lançou a Recomendação sobre Bens Culturais Ameaçados por Obras Públicas, que descreve os bens culturais como essenciais para a personalidade dos povos e que, por isso, deve ser preservado como um meio para que todos tenham consciência da sua dignidade, que, por sua vez, é uma questão fundamental para os direitos humanos (Blake, 2015). Além disso, Declaração de 1948 reconhece a dignidade inerente e direitos inalienáveis de todos os indivíduos e identifica a paz mundial e a liberdade do medo como aspirações, assim, compreender e desarmar o patrimônio contribuirá para algumas das aspirações mais fundamentais, como as expressas acima (Viejo-Rose e Sønneresen, 2015).

Outra consideração que deixa poucas dúvidas sobre a relação entre cultura e direitos humanos é da UNESCO, que, em 1968, falou sobre a cultura como a essência do

ser humano e considera as múltiplas heranças através das quais os indivíduos ou grupos expressão sua humanidade e dão sentido à sua existência. Novamente, o conceito-chave é a dignidade humana (Blake, 2015). O mesmo autor afirma que, apesar disso, o direito internacional sobre patrimônio não responde plenamente aos requisitos dos direitos humanos e um elemento importante para reverter isso tem sido o maior envolvimento de comunidades na identificação, gestão, conservação e salvaguarda dos patrimônios (Blake, 2015, p. 274).

Apesar da Assembleia Geral das Nações Unidas ter rejeitado a inclusão do “genocídio cultural” na Carta dos Direitos Humanos de 1948, Blake (2015) considera que esse é um termo importante a ser levado em consideração quando se trata de preservação do patrimônio cultural.

“Às vezes, várias comunidades culturais ou religiosas podem reivindicar o mesmo local como ‘pertencente’ ao seu patrimônio, o que pode levar à negação do direito de acesso a certos grupos aos locais de patrimônio. (...) Um excelente exemplo disso diz respeito aos locais sagrados em Jerusalém (...), que contêm alguns dos locais mais sagrados de judeus, cristãos e muçulmanos. Essas três comunidades religiosas foram todas excluídas em algum momento ou outro de suas comunidades e locais sagrados e conflitos intercomunitários irrompem periodicamente por causa deles.” (Blake, 2015, p. 284).

No último capítulo será mostrado que Irina Bokova segue essa mesma linha de raciocínio.

Por fim, Blake (2015) também chama atenção para o fato de, muitas vezes, os direitos humanos poderem ser um caminho para comunidades e indivíduos protegerem e salvaguardarem seus patrimônios culturais, bem como o fato do patrimônio contribuir para os direitos humanos ao desempenhar um papel na constituição de identidades e ser um componente da diversidade.

Um outro âmbito no qual existem ferramentas de direito é na apropriação e devolução de bens culturais de outros países. Interessante notar que os doze Estados que apoiaram a primeira resolução da Assembleia Geral da ONU sobre a restituição de trabalhos artísticos para países vítimas de expropriação eram todos africanos. Esses países periféricos, berços de antigas civilizações, voltaram-se para a importância da memória coletiva e do patrimônio cultural quando emergiram no Sistema Internacional. Então, passaram a pressionar museus, revendedores e colecionadores para terem seus bens devolvidos. Para isso, alguns países desenvolveram uma base jurídica na qual podem

se apoiar para exigir o retorno dessas peças. Egito, México, Peru, Irã, Iraque, Nigéria e Camboja possuem uma legislação significativa nesse sentido (Howlitt-Martin, 2017).

O caso da destruição de Timbuktu, no Mali, apresenta dois grandes desdobramentos em relação ao julgamento da destruição do patrimônio. Em primeiro lugar, em julho de 2012, o Tribunal Penal Internacional (TPI) advertiu que a destruição de santuários era crime de guerra e que poderia ser processado. Assim, o governo malês pediu que a Corte observasse a situação, incluindo a destruição dos sítios históricos. O segundo foi que o CSNU aprovou uma resolução, em 2013, para uma missão de estabilização da ONU no Mali, a *United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali* (MINUSMA), que incluía no artigo 16 a menção ao apoio à preservação cultural e no artigo 32 para operar com consciência dos sítios históricos e culturais. Apesar do Estatuto de Roma do TPI considerar a destruição do patrimônio um crime de guerra, não conta com a assinatura de Líbia, que tem cinco patrimônios na Lista da UNESCO, nem da Síria (Viejo-Rose e Sørensen, 2015).

Portanto, existem algumas ferramentas legais sobre patrimônio cultural em forma de convenções de declarações, em sua maioria, mas que ainda não estão estruturadas em uma rede e a literatura sobre o assunto aponta suas falhas. Um dos caminhos que pode ser observado nesse sentido são as Resoluções do CSNU, ou seja, os mecanismos não se resumem mais somente ao âmbito da cultura e às instituições da cultura, mas a salvaguarda, ou proteção dos patrimônios alcançou órgãos de segurança. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) também possui documentos acerca do assunto. Essas dinâmicas no âmbito da segurança serão analisadas no próximo capítulo para o entendimento sobre um possível processo de securitização.

A cultura é aquilo que nos diferencia de outros seres da natureza e também dentro da própria espécie humana. Ela é uma produção diária, construída pela identidade de cada um e do grupo, a partir dos corpos. Assim, a cultura é mecanismo através do qual solucionam-se as problemáticas sociais, biológicas e individuais ao longo da história e considera-se essencial a compreensão das diferentes culturas para que exista tolerância e respeito por parte de todas.

O patrimônio cultural é uma das expressões da cultura e seria importante para o conhecimento e isso já seria um fator relevante para seu valor. A grande discussão em torno da cultura e do patrimônio é o caráter local/particular ou universal. Por um lado, um elemento patrimonial é referência para uma cultura específica, mas por outro lado,

cada cultura local contribui para a cultura da humanidade. Por isso, o patrimônio seria interesse e responsabilidade de todos.

A partir desse entendimento universal, global ou cosmopolita desenvolveu-se uma estrutura de ferramentas legais para a preservação, salvaguarda e proteção dos patrimônios culturais. Esse quadro legal possui mecanismos tanto para tempos de paz, quanto para tempos de conflitos, quando os patrimônios são mais ameaçados pela destruição total ou parcial, seja ela intencional ou não. Ademais, é importante destacar que a ameaça e a destruição acabam sendo um risco para os povos que os cercam.

Alguns desses mecanismos não são mais gerados não por convenções ou tratados na área da cultura, mas por organizações no campo da segurança, como o CSNU, o qual desenvolveu resoluções acerca dessa temática. Portanto, no último capítulo interessa entender esses documentos para que se compreenda como os discursos são produzidos dentro do âmbito da segurança para que se entenda o possível processo de securitização do patrimônio cultural.

3. A securitização dos patrimônios culturais: o caso de Palmira

O que hoje entende-se como Síria foi berço das civilizações europeias e árabes. Esse país, ao longo dos séculos, foi ocupado por diferentes povos, o que gerou uma grande diversidade de heranças e, por causa dessa riqueza cultural, a cidade de Palmira, por exemplo, hoje é Patrimônio Mundial da UNESCO.

Porém, esse patrimônio tem sido uma das vítimas da guerra da Síria, que destrói o país há 10 anos, desde a Primavera Árabe. No contexto desse conflito nasceu o Estado Islâmico, um dos protagonistas da destruição do patrimônio cultural no país, que o faz por diversos motivos que vão desde o financiamento do grupo até a tentativa de apagamento de uma memória que não interessa à narrativa deles sobre o mundo.

As imagens de destruição da cidade de Palmira circularam o mundo chocando a população, governantes e Organizações Internacionais, como a UNESCO e o CSNU. Portanto, essa questão deixou de ocupar os espaços culturais para também estar presente nos debates sobre segurança, passando a ser inclusive tema da Resolução 2347 do CSNU, o primeiro documento do órgão inteiramente dedicado ao patrimônio cultural. Até chegar nesse ponto, as heranças sírias foram elementos centrais de discursos de governantes e representantes de organizações, como Irina Bokova, ex-diretora-geral da UNESCO. Esse

processo pode ser compreendido como a securitização da temática que envolve o patrimônio cultural e possui consequências para eles, as comunidades que os cercam e as abordagens de Estados e organizações sobre o assunto.

3.1. A Síria e sua Primavera desabrochada em guerra

A região do Oriente Médio e essa denominação são produtos de uma pressão externa, criado no início do século XX, como estratégia imperial das potências ocidentais (Halliday, 2005). Portanto, o Oriente Médio é uma construção realizada pelo Ocidente e será estabelecido, em parte, a partir dos interesses de quem o define. Bligin (2004), por exemplo, aponta para uma visão *top-down* securitária sobre a região, que abre espaço para que os Estados ocidentais definam ameaças e, por isso, é base de uma política securitizadora. Apesar das intervenções estrangeiras, o Oriente Médio possui uma cultura muito forte e resistente, “Dos quatro Estados do mundo que podem reivindicar continuidade ao longo de três milênios - China, Pérsia, Egito e Iêmen - três estão no Oriente Médio.” (Halliday, 2005, p. 77).

Nessa região, a Síria é um dos países mais novos, com a conquista de sua independência no ano de 1946, mas é também a casa de duas das cidades mais antigas do mundo: Damasco e Aleppo (Phillips, 2016). O país tem sua história ligada à expansão das civilizações antigas e modernas e por ser localizada no Mediterrâneo Oriental

(...) em função da presença de grandes rios com terras agricultáveis, a posição geográfica da Síria foi um ponto importante para a conexão entre as potências ocidentais e seus domínios na Ásia. (Zahreddine, 2013, p. 7).

O país é herdeiro do primeiro império árabe baseado em Damasco, os Omíadas (Halliday, 2015).

Na década de 1920, com o fim da Primeira Guerra Mundial, o território sírio foi criado e regido pela França, pois a região do então findado Império Turco-Otomano foi dividida entre França e Reino Unido. Assim como em outras localidades colonizadas por europeus, as linhas desenhadas pelas duas potências não levaram em consideração as dinâmicas sociais e políticas já existentes. Isso fez com que o país tivesse um certo grau de dificuldade para construir uma identidade nacional, o que gerou um sentimento de insegurança e popularidade de ideologias transnacionais, como o nacionalismo árabe e o

Islã Político. Já no fim da Segunda Guerra Mundial, a França não cumpriu a promessa de dar total independência à Síria, o que provocou uma revolta e fez com que a ONU exigisse a retirada das tropas francesas. Então, em 17 de abril de 1946 foi declarada a independência na Síria. Mesmo independente, o resultado desse processo foi um parlamentarismo fraco herdado da França e um país fragilizado e instável, o que pode ser observado através do histórico de golpes de Estado que aconteceram entre 1949 e 1970 (Brancoli, 2017; Phillips, 2016; Termos, 2019; Van Dam, 2017; Zahreddine, 2013).

No contexto de secularismo e nacionalismo adentrando a sociedade síria, emergiu o movimento *Baath*, que significa renascimento ou ressurreição, o qual divulgava ideias sobre nacionalismo árabe. As principais pautas eram unidade, liberdade e socialismo, oriundas dos movimentos nacionalistas do final da Primeira Guerra e de correntes secularistas contra o uso político do islã, que ganhavam força na luta contra o colonialismo. O movimento se fundou como partido em 1946 e, alguns anos depois, em 1963, o *Baath* tomou o poder e, até 1970, a Síria passou por mais uma série de golpes. O último deles levou o Ministro da Defesa, Hafez al-Assad, ao poder, onde permaneceu até sua morte, em 2000. Hafez não mudou estrutura de poder do regime, garantindo cargos importantes aos alauitas, mas controlou a economia, gerou empregos, investiu em infraestrutura e reestruturou as forças de segurança (Oliveira, 2017; Phillips, 2016; Termos, 2019; van Dam, 2017; Zahreddine, 2013).

Quando Hafez morreu, seu filho Bashar al-Assad assumiu o poder. Diferente do que se esperava, ele manteve as alianças locais, as práticas de seu pai, como o culto à imagem, e aprofundou o baathismo. As transformações foram pequenas e aconteceram nos estágios iniciais do governo, como mais acesso à informação, menor isolamento internacional, perdão à antigos dissidentes, mais liberdade religiosa e a implementação de um modelo econômico híbrido, o que permitiu um certo grau de liberalização financeira, mas sob controle estatal. Além disso, Bashar tentou promover uma modernização industrial, que acabou restrita às elites (Brancoli, 2017; Oliveira, 2017; Zahreddine, 2013; van Dam, 2017).

Portanto, a Síria é um país que apresenta grande complexidade social e política. A região possui longas raízes históricas, o que pôde contribuir para um certo grau de identificação entre seu povo. Porém, apesar de ter convivido relativamente bem ao longo dos anos, a malha social ainda é diversa e viveu um grande período de instabilidade política. Nos últimos 30 anos, a população vive sob uma ditadura que respeita a

diversidade religiosa, em comparação com outras regiões, mas favorece seus iguais. Todas essas características são essenciais para compreender os eventos que aconteceram a partir de 2011.

Em março de 2021, a Síria completou o trágico marco de 10 anos em guerra. Ao longo dessa década, o país e o mundo viram e viveram as perdas humanas, econômicas, materiais e culturais. Desde 2020, a intensidade do conflito tem diminuído, principalmente, por causa de um cessar-fogo no norte da Síria (G1, 2021). De acordo com o Observatório Sírio para os Direitos Humanos (OSDH), a guerra deixou quase 500 mil mortos (G1, 2021). Além disso, o conflito também gerou a maior crise de refugiados do mundo desde a Segunda Guerra Mundial. No contexto da guerra na Síria, emerge o principal ator da destruição do patrimônio cultural no país, o Estado Islâmico. Portanto, é interessante compreender o que originou esse conflito e como foram criadas as condições para o crescimento do EI.

No final de 2010, iniciaram-se protestos na Tunísia, que logo se espalharam pelos países vizinhos, primeiro na Argélia, depois na Jordânia, Omã, Sudão, Egito e outros. As manifestações, no geral, eram contra os governos autoritários que estavam no poder e além de tomarem as ruas, também ocuparam lugares de destaque na mídia tradicional e nas redes sociais, destacando-se o papel da rede de televisão al-Jazeera.

Naquele ano, 30% da população síria vivia abaixo da linha da pobreza e 11% abaixo do nível de subsistência. As reformas de Assad enriqueceram ainda mais os ricos, principalmente as famílias alauitas, e existiam muitos casos de corrupção (Phillips, 2016). Além disso, as linhas divisórias de classe eram agravadas pela composição étnica do país. Os alauitas, uma minoria de 12%, foram historicamente perseguidos pela maioria sunita, que representa 65% da população. Ao perceber os privilégios alauitas, sunitas apoiaram a revolta da Irmandade Muçulmana no fim da década de 1970, "(...) que implantou uma retórica sectária antialauita." (Phillips, 2016, p. 47-48). O crescimento do salafismo conservador entre sunitas, agravou essa questão, favorecido pela prestação de serviços sociais por instituições de caridade islâmica. Porém, esse não era um ressentimento generalizado entre as duas comunidades, nem todos os alauitas estavam aliados ao regime e nem todos os sunitas se aliaram à oposição (Phillips, 2016).

Apesar disso, Bashar al-Assad não acreditava que os protestos atingiriam seu país, pois o regime estaria alinhado às crenças do povo sírio, que apesar das dificuldades econômicas, apoiavam sua postura de resistência em relação ao Ocidente (Phillips, 2016).

Porém, esse cenário mudou quando, em março de 2011, um grupo de adolescentes foi preso na cidade de Deraa, depois de grafitarem frases anti-regime, como “doutor, é a sua vez”, referindo-se à Bashar, e “abaixo ao regime”. A partir de denúncia de tortura e maus tratos aos jovens, a população local resolveu ir às ruas na cidade, o que foi duramente reprimido pelas forças de segurança e gerou mortes. Essas mortes, por sua vez, causaram mais revolta e outras pessoas se mobilizaram no país (Lynch, 2016).

Porém, aos poucos, os protestos tomaram uma forma cada vez mais ampla e incluíam demandas como melhorias dos serviços, abertura do governo, liberdade e eram contra a corrupção. A resposta violenta do governo de Assad aos protestos, inicialmente pacíficos, gerou ainda mais violência. O regime também tentou responder com novas medidas políticas, como a revisão da Constituição e realização de novas eleições parlamentares, ou seja, uma mistura de resposta militar e política. Há alguns anos essa violência passaria despercebida, mas com a ajuda das mídias sociais e canais de televisão, as imagens percorreram o mundo e causaram indignação. Depois da resposta sangrenta, os manifestantes passaram a pedir pela derrubada do regime de Bashar al-Assad. (Brancoli, 2017; Lynch, 2016; Phillips, 2016; van Dam, 2017).

Um ponto que não está sob discussão nesse conflito é a fragmentação do território, pois os habitantes não pretendem uma divisão entre drusos, alauitas, cristãos, ismaelitas, etc. (van Dam, 2017).

A identidade síria tornou-se bem incorporada hoje, independentemente de meio século de doutrinação ba'thista nacionalista árabe, afirmando que a identidade nacional árabe deve ser considerada como uma identidade de suprema importância, sendo de uma ordem superior à identidade síria.” (van Dam, 2017, p. 136).

Nesse contexto, a ideia de divisão poderia estar associada à limpeza étnica, por isso, foi vista como algo negativo pela maioria (van Dam, 2017).

Aos poucos os protestos da Primavera Árabe foram se tornando um conflito armado e foram tomados por radicais islâmicos, que enxergaram uma oportunidade de se lançarem como alternativas à estrutura vigente (van Dam, 2017). Dessa forma, o que começou como manifestações pacíficas por melhorias de vida, se desdobrou em protestos violentos, que pediam o fim o regime e passou a envolver inúmeros grupos armados (van Dam, 2017). Nesse contexto, as potências regionais e estrangeiras concluíram que seria necessário algum tipo de intervenção, mas não necessariamente direta através do envio

de suas Forças Armadas. A saída encontrada para alguns foi o financiamento de grupos armados da oposição e, para outros, o apoio ao governo sírio.

Portanto, ainda em 2011, a administração Obama impôs sanções contra o regime sírio e pressionava, junto com países como França e Alemanha, para que Bashar deixasse o poder. Naquele momento, os EUA iniciaram um programa de treinamento e auxílio para grupos rebeldes, que no ano seguinte passaram a tomar as cidades. Então, apesar de não intervirem diretamente, as potências ocidentais forneciam apoio através de armamento e treinamento de tropas locais, principalmente as ligadas ao Exército Livre da Síria. A Rússia, por sua vez, temia que movimentos armados islâmicos transbordassem por suas fronteiras através da Chechênia e, por isso, auxiliou o governo sírio com suporte logístico e político e, a partir de 2015, com tropas (Brancoli, 2017; Phillips, 2016; van Dam, 2017).

Por causa dessa conjuntura, parte da literatura considera que esse conflito é uma *proxy war*, ou guerra por procuração, na qual estariam lutando de um lado os Estados Unidos, países do Golfo e a Turquia, que financiavam os rebeldes e, do outro lado, a Rússia, Irã e grupos curdos e xiitas apoiando o governo de Bashar. Porém, essa divisão pode ser considerada simplificadora e não representa a complexidade do conflito, pois diferente de dois lados fixos, a Guerra da Síria é fluida, marcada por alianças que se modificam ao longo do tempo. Além disso, a *proxy war* se restringe à Estados, mas a guerra na Síria apresenta grupos não-estatais. Esse é um dos elementos que mostra a complexidade desse conflito (Brancoli, 2017; Lynch, 2016; van Dam, 2017).

A complexidade de atores no conflito pode ser vista no fato de que, em 2015, haviam pelo menos 150.000 insurgente na Síria representados por, aproximadamente, 1.500 grupos armados diferentes. A oposição entendeu que precisaria de organizar de forma institucional e surgiram atores como Conselhos de Coordenação Local, o Comitê de Coordenação Nacional, o Exército Sírio Livre e o Conselho Nacional Sírio. Outros atores eram as organizações islâmicas, como Ahrar al-Sham, o Jabhat al-Nusrah, o Yekîneyên Parastina Gel (YPG) e, mais tarde, o Estado Islâmico. Além da multiplicidade de interesses apresentados por cada um desses grupos, algumas vezes eles operavam na mesma localidade e precisavam cooperar por razões práticas. Assim, grupos que eram considerados moderados poderiam lutar ao lado de outros mais radicais, o que afetou a disposição dos ocidentais em oferecerem apoio militar. Além disso, geralmente, as alianças eram temporárias, dependendo das prioridades militares e políticas do momento (Brancoli, 2017; Lynch, 2016; van Dam, 2017).

Outro elemento essencial para a forma que a guerra civil tomaria na Síria é que cada uma das cidades e regiões possuía suas próprias reivindicações, consequência das diferentes formas com que eram tratadas pelo regime, de acordo com seus interesses políticos. Além disso, alguns grupos à princípio não se voltaram contra Assad, por exemplo, os cristãos, drusos, ismaelitas e xiitas, que tinham um certo grau de liberdade religiosa no regime secularista (Phillips, 2016).

Portanto, uma das grandes dificuldades de se chegar ao fim do conflito é essa multiplicidade de interesses envolvidos, pelo grande número de atores. Houve esforços diplomáticos para tentar dar fim ao conflito, mas falharam, pois, a oposição não acreditava que Assad pudesse cumprir qualquer acordo e o regime, por sua vez, considerava que poderia vencer a guerra e que os rebeldes fragmentados não poderiam cumprir um acordo. A diplomacia também falhou porque quando o conflito havia passado para a dinâmica de uma *proxy war*, as forças externas também não tinham interesse em uma solução negociada. O apoio a grupos rebeldes de forma desordenada encorajou a fragmentação, ao invés da consolidação da insurgência e a necessidade de demonstrar algum tipo de eficácia aos patrocinadores fez com que os atos militares fossem cada vez mais dramáticos (Lynch, 2016; Phillips, 2016; van Dam, 2017; Zahreddine, 2013).

Portanto, esse é o contexto complexo e caótico no qual ocorre a destruição do patrimônio cultural na Síria. O país, aproximadamente desde a metade do século, vive sob governos autoritários e, há 10 anos, é palco de uma guerra travada por milhares de atores não-estatais e também estatais, seja de forma direta ou não. O conflito prejudica algumas das mais importantes heranças culturais e religiosas, que estão guardadas na Síria, dado seu passado marcado pela passagem de diversos povos.

3.2. Filhos da guerra: o Estado Islâmico e a destruição do patrimônio cultural

No contexto caótico da Guerra da Síria emerge o grupo terrorista Estado Islâmico. O conflito não é o único fator para o surgimento do EI, mas é um elemento fundamental para seu rápido crescimento em termos de alcance político, poder de fogo e cobertura global, a partir de 2015. Nesse contexto, o grupo é um dos principais responsáveis pela destruição do patrimônio sírio durante a guerra e protagonista das principais imagens que circularam na mídia sobre esse fato. Assim, torna-se interessante compreender como surgiu e se desenvolveu um dos maiores grupos terroristas da atualidade.

Pode-se dizer que as raízes mais profundas do Estado Islâmico estão na virada do século, no Afeganistão, quando Abu Musab al-Zarqawi formou a Organização do Monoteísmo e Jihad, com apoio da al-Qaeda e, em 2004, passou a se chamar al-Qaeda no Iraque (AQI), quando ele se afiliou ao grupo. Em 2006, al-Zarqawi foi morto e Osama Bin Laden deu a liderança do grupo à Abu Hamza al-Muhajir, que jurava fidelidade tanto à ele, quanto à Abo Bakr al-Baghdadi, líder do Conselho da Shura dos Mujahedin, um encontro entre líderes dos grupos que operavam no Iraque. A parceria entre essas duas forças criou o Estado Islâmico do Iraque, a primeira versão do EI de hoje (Cardoso, 2017).

Em 2011, o grupo voltou a crescer com a nova liderança de al-Baghdadi no contexto da guerra na Síria. A estrutura que existe hoje foi formada em 2013, a partir da junção entre fundamentalistas sunitas sírios e a AQI, fundando o Estado Islâmico do Iraque e Levante (EIL), que em 2014, passou a ser Estado Islâmico (EI)⁵. al-Baghdadi proclamou-se o novo califa e al-Raqqah, na Síria, seria a capital do Califado, um Estado regido pela lei islâmica, a *sharia*. No mesmo ano, o grupo se separou oficialmente da al-Qaeda (Brancoli, 2017; Cardoso, 2017; Phillips, 2016; van Dam, 2017). O objetivo do Estado Islâmico, que é a formação do Califado, chocou a maior parte dos atores envolvidos na guerra da Síria, sendo esse o primeiro ator não-estatal islâmico com dimensão nacional e transnacional, capaz de mudar fronteiras que permaneceram relativamente estáveis ao longo do século XXI (Nasser, 2015; Phillips, 2016).

A partir do estabelecimento do Califado, grande parte do leste da Síria transformou-se em uma ditadura teocrática (Brancoli, 2017; Phillips, 2016; van Dam, 2017). Em escolas nas áreas controladas pelo Estado Islâmico, as crianças eram doutrinadas (Brancoli, 2017; van Dam, 2017). Os muçulmanos viveriam sob a interpretação do Islã feita pelo grupo e muitos morreram por serem considerados politeístas ou apóstatas (Cockburn, 2015). O EI acredita e carrega em suas batalhas a ideia de fim dos tempos e, por isso, precisam eliminar quem tem visões e símbolos contrários aos que se baseiam. (Brancoli, 2017; Phillips, 2016; van Dam, 2017). Portanto, é uma agenda totalitária e homogeneizante que luta contra a mesma dinâmica equalizadora ocidental (Cardoso, 2017; La Ragione, Luongo e Balzano, 2020).

A ideologia do EI é baseada em uma interpretação extremista do wahabismo, uma versão fundamentalista do Islã, a qual enxerga xiitas e sufistas como não muçulmanos que

⁵ Fora do califado, o Estado Islâmico recebeu o nome de Da'ish (Daesh), que pode ser associado ao verbo Da'asa, o que significa pisotear e, por isso, é rejeitado pelo grupo (Van Dam, 2017).

devem ser perseguidos. Os principais difusores do wahabismo são os governos da Arábia Saudita, do Catar e dos Emirados Árabes, aliados de países ocidentais. Especialmente por causa dos investimentos sauditas, o wahabismo foi se sobrepondo ao sunismo tradicional e, assim, disseminou-se uma tendência sectária entre sunitas e xiitas (Nasser, 2015; Cockburn, 2015).

Apesar de pregar uma leitura conservadora da religião islâmica, o EI apresentou um novo modelo para a jihad⁶, não mais escondendo-se às margens, mas tomando territórios e governando como um Estado, com sua própria burocracia, sistemas de educação e tributário e alguns serviços básicos (Lynch, 2016). Além disso, outra novidade foi o uso intensivo das redes sociais para divulgações de vídeos de recrutamento e de uma espetacularização da violência através da exibição de decapitações e execuções em massa e destruição de patrimônios, para arrecadar fundos, apoiadores, gerar medo e desmoralizar inimigos, como os xiitas (Cockburn, 2015; Lynch, 2016).

A constituição e rápido desenvolvimento do Estado Islâmico costuma ser relacionado à invasão no Iraque, em 2003, pelos Estados Unidos, a qual derrubou Saddam Hussein. Uma das consequências foi a marginalização dos sunitas, abrindo espaço para grupos como a AQI, que também aproveitaram um exército iraquiano enfraquecido, quando os EUA deixou o país, em 2011. Já a guerra na Síria, ajudou o EI a triunfar. O apoio do Ocidente aos opositores na Síria criou o cenário ideal para o tipo de combate utilizado pelo EI e facilitou a expansão do grupo (Nasser, 2015; Phillips, 2016; van Dam, 2017).

Além disso, destaca-se o papel de países ocidentais, como os Estados Unidos e potências regionais, como Turquia, Qatar e Arábia Saudita no financiamento do grupo, seja ele direto ou indireto. Arábia Saudita, Emirados Árabes, Turquia e Estados Unidos estavam determinados a tirar Assad do poder e destinaram milhões de dólares e armas para quem estivesse disposto a lutar contra o regime, como disse o então vice-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden. Ademais, a Turquia, através de sua fronteira, permitiu que combatentes estrangeiros, atraídos pelo EI, entrassem na Síria com facilidade. A Arábia Saudita wahabista, por sua vez, investia em propagandas sobre radicalismo. Além disso, o regime sírio também pode ter contribuído para o rápido desenvolvimento do EI, pois,

⁶ A palavra “jihad”, muitas vezes, é traduzida como “guerra santa”, mas de forma mais literal, ela significa luta ou esforço e religiosamente, possui diversos sentidos, podendo se referir aos esforços pessoais para ser um bom muçulmano, ou o trabalho de informar as pessoas sobre a religião. Por isso, é importante considerar a interpretação que os diferentes grupos islâmicos fazem desse conceito. O uso excessivo dos termos jihad ou jihadismo pode fazer com que se percam as especificidades de cada grupo que utilizam a jihad, o que pode também atribuir à religião um peso maior do que o que realmente possui nas ações violentas dos grupos terroristas. (Nasser, 2015).

como o grupo também estava lutando contra os opositores do regime, as forças de segurança síria poderiam focar seus esforços militares onde o EI não estivesse. (Nasser, 2015; Phillips, 2016; van Dam, 2017).

Além do financiamento direto por parte de Estados envolvidos na guerra, em junho de 2014, quando o EI já tinha seu próprio território, foram desenvolvidas outras formas de financiamento. Uma delas era exploração do petróleo, o EI “(...) produziu até 50.000 barris por dia (b/d) em meados de 2014, usados para seus próprios fins militares e também vendidos na Síria e para comerciantes turcos.” (Phillips, 2016, p. 198). Outra forma de financiamento é a venda de bens culturais saqueados de cidades históricas ou museus, o que é uma das formas de destruição do patrimônio cultural aqui. Além da venda direta, o Estado Islâmico criou um imposto sobre saques, ou seja, um financiamento indireto, no qual oferece licenças de escavação de sítios arqueológicos (Pfaeffinger, 2021; Russo e Giusti, 2017). De acordo com Cardoso (2017), essa era a segunda maior fonte de renda do grupo, depois do petróleo e esse tipo de negócio ficou conhecido como “*blood antiquities*” (em referência aos *blood Diamonds*) que, entre 2010 e 2014, chegou a render 3,5 milhões de dólares, tendo como principais destinos Estados Unidos, Suíça, Reino Unido e China.

O tráfico de bens culturais roubados dessas regiões é mais um fator que contribui para a dimensão transnacional da destruição do patrimônio pelo Estado Islâmico (La Ragione, Luongo e Balzano, 2020). Portanto, a destruição do patrimônio cultural está inserida na agenda do grupo para seu financiamento, mas não apenas para isso. As formas de destruição são diversas, assim como os motivos. Por isso, torna-se interessante compreendê-los para que se entenda como o discurso securitizador trata essa destruição a partir de suas motivações. Além disso, conhecer os motores da destruição pode ajudar a identificar as possíveis ações de prevenção desse tipo de ato (Pfaeffinger, 2021).

Segundo Cardoso (2017), a nova ordem do Estado Islâmico passa pelo confronto resultante da destruição do patrimônio, usada para afirmar autoridade e gerar medo através da midiaticização. Ao causar danos a essas heranças, o EI destrói o passado de minorias religiosas e étnicas e a história da região, assim com diferentes formas de interpretar a evolução dos povos (Cardoso, 2017). Esses, para além do financiamento de suas operações, são os principais motivos citados pela literatura e podem ser categorizados, de modo geral, como iconoclastia, propaganda, o que inclui a propagação do medo, estabelecimento de uma nova ordem, estratégia militar e provocação ao

Ocidente. Porém, apesar de existirem diversas motivações para qualquer forma de destruição do patrimônio cultural por parte do EI, nem sempre existirá uma clara distinção entre eles (Pfaeffinger, 2021).

A iconoclastia é uma das principais causas da destruição patrimonial e, provavelmente, a mais declarada pelo Estado Islâmico. Muitos dos alvos do grupo são locais representativos de culturas e religiões politeístas, que ocupavam a região antes do advento do islã, por isso são considerados hereges, sendo seu fim a destruição (Zarandona, Albarrán-Torres e Isakhan, 2017). Nos vídeos divulgados pelo EI, os homens que estão agindo contra os bens deixam a iconoclastia explícita em suas falas (Isakhan, 2018). O ato iconoclasta significa a destruição deliberada de todo tipo de representação divina e objetos que tenham uma simbologia espiritual e sagrada, que se refira à uma cultura diferente, ou de uma interpretação diferente de seu próprio credo (La Ragione, Luongo e Balzano, 2020; Pfaeffinger, 2021).

Outro motivo para a destruição é a propaganda. Um elemento chave para isso são os meios de comunicação, porque apesar da destruição do patrimônio não ser novidade, seu uso como propaganda através da mídia é uma inovação do Estado Islâmico (Cardos, 2017). A midiatização dos estragos causados pelo grupo coloca a destruição das heranças em holofotes mundiais através da mídia tradicional e das redes sociais (Pfaeffinger, 2021). O Estado Islâmico, sabendo do papel das novas mídias digitais, investiu em produções audiovisuais que mostram a violência e os campos de treinamento e sua divulgação nas redes sociais consegue atingir tanto um público a ser recrutado, como um público a ser atacado, causando medo (Isakhan, 2018; Pfaeffinger, 2021; Zarandona, Albarrán-Torres e Isakhan, 2017). Dessa forma, o grupo pode atingir diversas comunidades, desde apoiadores, passando por jornalistas, acadêmicos e até seus inimigos e, assim, criou uma máquina de propaganda para disseminar sua ideologia (Zarandona, Albarrán-Torres e Isakhan, 2017).

Para o Estado Islâmico, o processo de destruição é tão importante quanto o resultado. Por isso, eles registram os momentos antes da destruição, aumentando a tensão da narrativa, depois a destruição é dirigida por algum especialista, por fim, o local é registrado pós-estrago para documentar o impacto da guerra contra o patrimônio (Zarandona, Albarrán-Torres e Isakhan, 2017). Além disso, esse registro e disponibilização nas redes sociais faz com que a destruição seja permanentemente

acessada, ou seja, o patrimônio vai ser sempre destruído (Zarandona, Albarrán-Torres e Isakhan, 2017).

Cardoso e Brites (2017) chamam atenção para o fato de que a repercussão da destruição na mídia ocidental acaba reforçando a percepção de confronto com o mundo islâmico, generalizado como árabe, cada vez mais compreendido como o “Outro”, se aproximando do discurso binário do Estado Islâmico. A análise desses atos de destruição é interessante para mostrar que o objetivo do terrorismo não é a morte por ela mesma, mas sim passar uma mensagem (Cardoso, 2017). Assim, o patrimônio é instrumentalizado pelo Estado Islâmico, como um meio de transmissão de suas mensagens, bem como os ataques suicidas, bombas, sequestros, dentre outros.

A midiaticização, usada para propaganda, também impulsiona um outro motivo para a destruição, que é a afirmação do grupo e de sua autoridade e da nova ordem a partir dos alvos, ou seja, pode-se compreender as identidades que o Estado Islâmico busca construir, quando se observa o que está sendo destruído. A destruição do patrimônio passa a ser, então, parte essencial da doutrina do grupo. Já que o EI visa a implementação do Califado e da *sharia*, todos os muçulmanos deveriam deixar suas nacionalidades, considerada falsas, para se unirem em torno de uma só comunidade islâmica. Assim, para que as pessoas consigam visualizar esse paraíso de compartilhamento dos mesmos costumes e distante da opressão, é preciso criar uma comunidade imaginada. Portanto, a imposição da nova ordem conflita com o patrimônio cultural já existente e que está associado a outros valores, passando a ser indesejado, o que motiva uma limpeza étnica a partir desses atos para a purificação. Nesse sentido, a destruição do patrimônio cultural também é política (Cardoso, 2017; Cardoso e Brites, 2017).

Outro motivo para os atos destrutivos é a questão estratégico-militar. O uso de locais patrimoniais como fortaleza ou posição estratégica pode ser motivo de ataque para o inimigo, pois para grupos terroristas existe uma dimensão psicológica da guerra, desmotivando o lado opositor e induzindo à uma reação precipitada. Nesse quadro, os patrimônios também podem ser destruídos para evitar que lugares simbólicos sejam dominados pelo inimigo. Além disso, de acordo com Almkhitar (2016 *apud* Pfaeffinger, 2021), o EI tende à destruição patrimonial quando está sob pressão e inferioridade militar, pois essas heranças são alvos fáceis para demonstração de força e autoridade, o que é importante para sua manutenção. Ademais, a destruição pode servir para controle territorial. Esses atos também podem ser vistos como forma de recrutamento de novos

membros, o que também está diretamente ligado ao motivo da propaganda (Pfaeffinger, 2021).

Outro motor da destruição a ser abordado é a destruição do patrimônio cultural como forma de desafiar e provocar o Ocidente. Nesse sentido, a destruição do patrimônio seria uma reação à modernidade e aos desenvolvimentos, subdesenvolvimentos e valores liberais seculares defendidos por instituições como a UNESCO. Assim, a devastação dessas heranças pode ser vista como uma provocação à narrativa ocidental do patrimônio cultural como digno de preservação para o bem da humanidade e também às elites nacionais, que herdaram as estruturas dos colonizadores. Símbolos seculares, como estruturas estatais, bibliotecas e galerias de artes também foram destruídos, pois os museus sírios, por exemplo, são uma herança colonial e esses são espaços onde busca-se forjar a identidade nacional síria (Isakhan, 2018; Pfaeffinger, 2021).

Portanto, a motivação e o objetivo da destruição do patrimônio por parte do Estado Islâmico vão além do padrão das ações terroristas, que é provocar medo, pois o objetivo final é destruir a base cultural de povos e comunidades diferentes deles. Por isso, a destruição seletiva, ou seja, através do seu discurso escolhem aquilo que é válido, ou não, o que deve ser cuidado e preservado e o que não deve. Então, da mesma forma que Estados ocidentais e Organizações Internacionais julgam o que deve ser preservável, o Estado Islâmico também o faz de acordo com a sua ideologia. No fim, eles vencem essa guerra de narrativas em alguns casos, porque conseguem de fato causar a destruição. Portanto, os ataques ao patrimônio por parte do Estado Islâmico não são uma barbárie aleatória, mas sim uma performance planejada (Isakhan, 2018).

A partir do exposto, percebe-se que rápida expansão do Estado Islâmico foi fatal não só para pessoas, mas também para os patrimônios culturais (Ishakhan, Zarandona e Al-Deen, 2019). Boa parte dos locais alvo eram regiões ocupadas pela antiga Mesopotâmia, gregos, romanos e bizantinos, lugares islâmicos clássicos, ou seja, toda a diversidade que foi preservada ao longo dos séculos (Ishakhan, Zarandona e Al-Deen, 2019). Bokova (2017) chama atenção para o fato de que essa diversidade patrimonial na Síria mostra que as culturas se desenvolvem por influência uma das outras, sendo assim, provas vivas de liberdade e dignidade.

Independentemente dos objetivos, o fato é que a campanha de destruição patrimonial do Estado Islâmico apagou ou prejudicou boa parte dos patrimônios culturais mais importantes tanto local, quanto globalmente (Isakhan, 2018). Os ataques são feitos

através da destruição de objetos em museus, demolição de sítios arqueológicos, explosão de santuários, tumbas e outros locais sagrados e queima de bibliotecas e arquivos (Harmansah, 2015).

Entre as propagandas de maior sucesso em termos de visualizações e condenações estão os vídeos sobre de destruição dos patrimônios em Mosul, Palmira, Ninive e Nimrud (Zarandona, Albarrán-Torres e Isakhan, 2017). O patrimônio cultural dessa região narra milênios de história humana, das primeiras economias agrícolas à ascensão das primeiras civilizações, passando por impérios e origem de muitas religiões (Danit, 2015), inclusive das duas maiores do mundo: cristianismo e islamismo. Entre 2014 e 2015 foram contabilizados 646 incidentes com danos ao patrimônio sírio pelo ASOR (Danit, 2015). Formas de destruição: pilhagem, escavações ilegais, construção ilegal, dentre outros (Danit, 2015).

A destruição da cidade de Palmira, um oásis no deserto, como chamada por muitos, deve ser entendida dentro desse contexto maior. A cidade fica localizada à Nordeste da capital da Síria, Damasco, na província de Homs, ao lado da moderna Tadmur, e apresenta diversas ruínas e monumentos históricos. Em maio de 2015, o Estado Islâmico conquistou essa cidade e em julho, o grupo destruiu dezenas de estátuas dos períodos grego e romano, o que chamou a atenção de jornais pelo mundo, especialmente porque Palmira é considerada Patrimônio Mundial pela UNESCO (Cardoso, 2017).

Palmira fica em uma região que foi habitada pela antiga Mesopotâmia, considerada o berço das primeiras civilizações e também foi povoada pelos sumérios, assírios e babilônios, sendo suas primeiras ocupações datadas de 6 mil anos antes de Cristo (Pfaeffinger, 2021). Depois também foi parte do Império Persa, mais tarde do Império Romano, quando foi importante rota das caravanas, ligando Pérsia, Índia e China ao Império Romano e tinha sua própria cultura e divindades influenciada pelos Impérios Romano e Persa e também pelos gregos (Pfaeffinger, 2021; Zeybek e Arslan, 2017; Zarandona, Albarrán-Torres e Isakhan, 2017.). Isso significa que todas essas civilizações deixaram seus traços, o que faz dessa uma região com muitos sítios arqueológicos (Pfaeffinger, 2021). A cidade só ficou conhecida como Palmira, cidade das palmas, depois que foi incorporada pelo Império Romano (Zarandona, Albarrán-Torres e Isakhan, 2017).

Os primeiros habitantes da região foram os amorreus e, depois os arameus (Zeybek e Arslan, 2017). Durante o reinado de Zenobia, que se rebelou contra Roma e proclamou o Império de Palmira, a região chegou a ter 200.000 habitantes (Elcheikh,

2019; Zeybek e Arslan, 2017). Zenobia foi protagonistas de peças de teatro, música e séries de televisão e, apesar de seu Império não ter sido longo, a memória permaneceu e ela tem um papel importante na identidade nacional síria (Elcheikh, 2019). Depois, Palmira sofreu alguns danos e foi ocupada pelos Omíadas, passando pelas mãos dos mamelucos e, por fim, do Império Otomano (Elcheikh, 2019). Até o final do século III, os habitantes da cidade falavam um dialeto do aramaico e possuíam seu própria alfabeto, já com a conquista árabe, o latim, utilizado pelos mais ricos para as trocas comerciais, foi substituído pelo árabe (Zeybek e Arslan, 2017).

Essa diversidade cultural significou, na prática, uma diversidade religiosa, o que fez com que na modernidade a cidade apresentasse uma série locais e monumentos que expressam diferentes credos. Por isso, conforme já apontado, o caso de Palmira é um exemplo de quando se fala do motivo de destruição por propaganda e também é um exemplo da destruição para atacar o valor universal do patrimônio (Cardoso, 2017). Depois de uma série de combates entre o Estado Islâmico e as forças de Bashar al-Assad, em maio de 2015, o Estado Islâmico capturou a cidade. Assim que o ocupou, o EI passou a circular imagens da cidade, divulgadas no YouTube e em outros meios, que mostram a grandiosidade de Palmira e a presença do grupo para passar a mensagem de que o destino do lugar dependeria do Estado Islâmico. Essa exposição mostra uma das características da propaganda do EI, que é atingir um público global e gerar uma esfera de tensão. Entre junho e setembro destruíram sete monumentos funerários, que representam as famílias poderosas que moravam na cidade nos séculos I e II. Em comparação com outras situações, a destruição de Palmira foi objeto de grande cobertura midiática e sempre condenada.

A destruição não foi só diretamente ao patrimônio, mas também àqueles que cuidam dele, como o diretor do museu da cidade, Khaled al-Assad, que foi decapitado em praça pública (Cardoso, 2017). Em agosto de 2015, os templos de Bel e de Baal-Shamin, dedicado aos deuses pagãos, dois dos lugares mais preservados do mundo, sofreram danos, assim como mausoléus e estátuas do leão de al-Lat⁷, em junho de 2015, e também o Arco do Triunfo, em outubro de 2015, um monumento com 1.800 anos que emoldurava a entrada da cidade (Cardoso, 2017; Zarandona, Albarrán-Torres e Isakhan, 2017). Muitos destes monumentos são expressões do politeísmo, o que vai contra a leitura do Estado Islâmico sobre sua religião, conforme já apontado. Além disso, quando foram forçados a

⁷ Deusa-mãe de Palmira.

deixar a cidade, que estava sendo retomada pelo governo, o grupo atacou o Castelo de Palmira (Cardoso, 2017). Sobre a destruição do Templo de Baal-Shamin, o Estado Islâmico divulgou vídeos dos destroços do monumento e o mesmo sobre o Arco do Triunfo e anfiteatro romano foi palco de um vídeo onde 25 crianças e adolescentes mataram 25 soldados das forças de Bashar al-Assad (Elcheikh, 2019).

Os danos também vieram como efeitos colaterais de tiroteios, ocupações militares e bombardeios, além de serem causados por roubos que começaram na primavera de 2012 (Zeybek e Arslan, 2017), quando o Estado Islâmico ainda não existia. Além disso, ao longo de 2013, as forças sírias utilizavam o local para abrigar seus equipamentos e com essa ocupação foram sendo construídas estradas e uma estrutura defensiva (Zeybek e Arslan, 2017). Muitos relatórios sobre a destruição na cidade de Palmira são desenvolvidos pela Direção-Geral de Antiguidades e Museus da Síria (DGAM), um órgão do governo, criado em 1946, que faz a proteção e promoção de sítios arqueológicos, museus e patrimônios do país.

Antes de 2011, a noção de patrimônio na Síria era influenciada pelo Ocidente e arqueologia era considerada uma ferramenta da colonização ou do governo sírio para forjar uma identidade nacional e melhorar o turismo (Elcheikh, 2019). A cidade foi visitada por ocidentais, pela primeira vez, em outubro de 1691, que saíam de Aleppo em direção à Palmira e seus artefatos culturais passaram a ser itens de desejo de colecionadores (Elcheikh, 2019). As primeiras escavações foram organizadas por Otto Puchstein, em 1902, e Theodor Wiegand, em 1917, dois arqueólogos alemães, e, na década de 1920, a França também organizou escavações, o que fez com que os locais fossem transferidos para uma nova cidade, Tadmur, construída pelos franceses (Elcheikh, 2019).

O Museu Arqueológico de Palmira foi inaugurado em 1961 e um museu dedicado ao folclore e às tradições foi restaurado entre 1983 e 1992. Na cidade também aconteceu um Festival, que passou a ser realizado anualmente em maio, desde 1992, com apresentação de grupos culturais locais, regionais e internacionais em seu teatro romano. Palmira também apresenta outra faceta, a prisão de Tadmur, fechada em 2001, que ficou conhecida por ter sido um espaço de abusos dos direitos humanos, torturas e massacres, e reaberta em 2011 sofreu danos nas mãos do EI em 2015 (Elcheikh, 2019).

Em março de 2016, as forças sírias recapturaram a cidade de Palmira (Zeybek e Arslan, 2017). Em abril de 2016, a UNESCO organizou uma missão de avaliação, que confirmaram os danos que já haviam sido mapeados por imagens de satélite (Zeybek e

Arslan, 2017). Em maio de 2016, o maestro russo Valery Gergiev lidereou a Orquestra do Teatro de Mariinsky de São Petesburgo em um concerto chamado “Pray for Palmyra: Music Revives Ancient Ruins”, dedicado às vítimas do EI (Elcheikh, 2019).

Em janeiro de 2017, quando o Estado Islâmico recuperou o controle de Palmira, eles destruíram o Tetrapylon e partes do antigo teatro romano (Urbani, 2020). Em alguns casos, como esse dos ataques ao teatro, as imagens deram a impressão de um dano maior do que de fato aconteceu (Isakhan, 2018). De acordo com Isakhan (2018), o vídeo dessa destruição é um material audiovisual bem produzido que conta com narrações e música de suspense, no qual um homem segura uma metralhadora e olha para a câmera, enquanto nuvens de fumaça rodeiam o local depois da explosão. Assim, o vídeo torna-se uma importante ferramenta de propaganda, mas a destruição só aconteceu de fato alguns meses depois do lançamento do vídeo, algo que pode ter se repetido, devido à dificuldade de obtenção de imagens dos locais ocupados pelo Estado Islâmico (Isakhan, 2018).

No caso da destruição de Palmira, para além dos impactos para os povos locais e expressados pelos monumentos, objetos e locais, existe também o lado científico, pois é um lugar importante para o estudo dos povos antigos através da arqueologia. A cidade abriga muitos monumentos históricos e marcos de grandes civilizações. Ao mesmo tempo que as imagens da destruição perpetradas pelo EI podem ter ajudado no recrutamento de mais apoiadores, gerou reações na comunidade internacional, especialmente as imagens de Palmira que ganharam bastante espaço na mídia.

3.3. O processo de securitização do patrimônio cultural

A destruição dos patrimônios culturais de Palmira gerou inúmeras repercussões, dentre elas, um processo de securitização moldado por discursos que associam patrimônio cultural e segurança e que culminou em alguns documentos e ferramentas de segurança. Diferentemente da maior parte dos casos de securitização, esse fenômeno para os patrimônios culturais “(...) foi iniciado e consolidado em ambientes multilaterais (organizações internacionais e regionais)”, o que impacta no envolvimento material dos atores e na legitimação no âmbito internacional (Russo e Giusti, 2017, p. 1). Assim como para Russo e Giusti (2017), o presente trabalho parte de suposições não muito rígidas para poder tratar de um processo de securitização que foi iniciado em diferentes locais à

nível internacional, o qual tem como audiência um público especializado, composto por funcionários, profissionais e especialistas da área.

Portanto, nesta seção não serão analisados somente pronunciamentos, comunicados e documentos oficiais, mas também a produção científica acerca do tema. Os principais discursos serão aqueles proferidos por pessoas que ocupam cargos de destaque em Organizações Internacionais que tratam dos assuntos patrimoniais, como Irina Bokova, ex-diretora-geral da UNESCO, e chefes de Estado, bem como representantes de Estados-membros dentro das organizações. Estes são entendidos como atores securitizadores desse processo, que falam com uma audiência global e também especializada. Nesta seção será feita uma análise de palavras e expressões que remetam ao campo da segurança, como “guerra”, “medo”, “ameaça”, “sobrevivência”, “terror” e suas variantes, e outras que revelem um senso de urgência, como “urgente”, “imediato”, “intenso”, dentre outras.

A destruição dos patrimônios culturais pelo Estado Islâmico, incluindo os danos causados em Palmira, chamaram atenção do mundo, conforme já apontado. Essas ações chegaram até Organizações Internacionais, como a UNESCO, que ao longo dos anos falou sobre esse assunto, principalmente, através da então diretora geral, Irina Bokova. Os discursos construídos por ela, por figuras políticas relevantes e pela mídia contribuíram para um processo de securitização do patrimônio cultural, que culminou no desenvolvimento da Resolução 2347 (2017) do CSNU, intitulada “Manutenção da Paz e Segurança”, o primeiro documento do órgão voltado exclusivamente para os patrimônios culturais e que considera sua destruição um crime de guerra.

Russo e Giusti (2019) chamam atenção para a Declaração sobre a Destruição Intencional do patrimônio cultural, um dos primeiros documentos da UNESCO que consideram a possibilidade de destruição patrimonial para além do quadro convencional dos conflitos. Porém o ponto inicial para o processo de securitização teria sido dado quando Irina Bokova passou a utilizar “limpeza cultural” e outros termos e expressões, entre 2014 e 2015, para se referir às ações terroristas, pois isso chama atenção de quadros de segurança, como o CSNU (Luck, 2018 *apud* Higgins, 2020; Russo e Giusti, 2017). Em março de 2015, um pouco antes da conquista de Palmira pelo Estado Islâmico, Irina Bokova apelou ao CSNU e ao TPI para solicitar apoio e ajuda internacional na condenação da destruição dos patrimônios culturais (Russo e Giusti, 2017). Outros atores, como os Estados Unidos, através de diversas agências, a Rússia e alguns Estados árabes e europeus

também se envolveram na questão da destruição que estava em andamento na Síria (Russo e Giusti, 2017).

Ainda em 2007, Nemeth (2007) já chamava atenção para o crescente elo entre a proteção das propriedades culturais, incluindo patrimônios, e a segurança internacional, principalmente por causa da evolução das tecnologias militares, que criam a necessidade de maior responsabilidade sobre essas propriedades. O autor também chama atenção para o fato de esses espaços se tornarem escudos militares. Porém, também reforça a necessidade de proteção através de documentos, como Convenções, entretanto ele mesmo chama atenção para o fato de que os terroristas “(...) não são convidados a aderir às convenções e, residindo em nações ricas em bens culturais, grupos terroristas dificultam o cumprimento das convenções.” (Nemeth, 2007, p. 30). Nemeth (2007) também já chamava atenção para o uso da destruição em forma de roubo para financiamento de grupos terroristas.

Antes do início desse processo de securitização, os danos ao patrimônio estavam sob o escopo da diplomacia, sendo a UNESCO o centro dessas dinâmicas (Russo e Giusti, 2017). Porém, o CSNU foi estabelecendo, paulatinamente, uma estrutura de proteção à propriedade cultural, considerando que sua destruição era uma ameaça à manutenção da paz e da segurança internacional (Urbani, 2020). Então, apesar da literatura abordar a securitização, principalmente, a partir da destruição de Palmira, outras Resoluções do CSNU já citavam os patrimônios culturais de alguma forma. Um dos primeiros movimentos que saiu do escopo da diplomacia cultural foi a Resolução 2139, de 2014, que condenava a destruição perpetuada pela al-Qaeda e afiliados, exigindo o fim da violência na Guerra da Síria (Urbani, 2020). A Resolução pede que os Estados-membros ajudem a salvar o mosaico cultural da Síria e tomem as medidas necessárias para tal (Conselho de Segurança das Nações Unidas, 2014).

Em 2013, um ano antes dessa resolução, Irina Bokova associava a proteção dos patrimônios e a proteção das populações considerando-as inesperáveis, porque o patrimônio cultural faz parte da identidade de um povo (UNESCO, 2013). A ex-diretora geral da UNESCO se expressou dessa forma para condenar os danos causados à cidade de Aleppo, na Síria, em um evento que reunia especialistas sobre patrimônio, incluindo instituições internacionais e pretendia voltar esforços no sentido da conscientização sobre a importância desses elementos histórico-culturais e religiosos.

Já em fevereiro 2015, foi adotada a Resolução 2199, que condenava a destruição pelos grupos terroristas (Russo e Giusti, 2017; Urbani, 2020). A Resolução trata do terrorismo e condena os atos contra os patrimônios culturais no Iraque e na Síria (Conselho de Segurança das Nações Unidas, 2015a). Dessa forma, o documento expressa o posicionamento do patrimônio cultural nos esforços de contraterrorismo, ao apontar para o uso da venda ilegal de objetos culturais para financiamento de grupos como o EI (Puskás, 2019). Nesse sentido,

“A mudança do ambiente institucional (Conselho de Segurança da ONU) e a associação explícita de artefatos culturais roubados e contrabandeados ao financiamento do terrorismo contribuíram para mover o patrimônio cultural para o domínio da segurança.” (Russo e Giusti, 2017, 6).

Em abril do mesmo ano, Iria Bokova e a então secretária-geral da Interpol, Jürgen Stock, falaram ao CSNU sobre o combate à destruição e venda ilegal de patrimônios culturais. O presidente do CSNU naquele momento, François Delattre, afirmou que essa era uma luta existencial e Bokova declarou, com base na MINUSMA, que a proteção patrimonial deveria estar nos mandatos das missões de paz, pois esses elementos seriam essenciais para reconstrução da dignidade e confiança dos povos (UNESCO, 2015a).

Pouco antes do Estado Islâmico tomar Palmira, em maio de 2015, Irina Bokova expressou preocupação com a cidade, destacando que é Patrimônio Mundial, e pediu que os combates fossem cessados imediatamente e envolvimento de todas as partes do conflito para sua proteção, pois a região já havia sofrido com saques de “um tesouro insubstituível para o povo da síria e para o mundo” (UNESCO, 2015b). Meses depois, em julho, Bokova voltou à público para condenar a destruição da al-Lat, o Leão de Atena, afirmando que esse tipo de ato mostra o desrespeito do Estado Islâmico ao povo sírio (UNESCO, 2015c). No mesmo comunicado, a ex-diretora geral da UNESCO também falou sobre a destruição de bustos funerários, que não só possuem um valor simbólico de respeito aos mortos, mas também são material importante para estudos sobre a história do povo sírio. Ao afirmar que apela

“(…) a todos os Estados-membros, ao mercado da arte e aos especialistas para que unam forças para conter o tráfico ilícito de bens culturais. Apelo a todos os pesquisadores, artistas e fotógrafos para que continuem a cooperar e unir forças com a UNESCO para documentar e compartilhar a riqueza da população mesopotâmica.” (UNESCO, 2015c).

Assim, Bokova deixa claro quem é sua principal audiência, muito marcada por especialistas.

Na ocasião da destruição do Mosteiro de São Eliano, na Síria, a ex-diretora geral da UNESCO afirmou que a “limpeza cultural” perpetrada pelo Estado Islâmico deveria parar, em agosto de 2015 (UNESCO, 2015d). Dias depois, Irina Bokova se refere a esses casos como crimes de guerra e limpeza cultural e convocou a comunidade internacional para se unir contra a destruição do patrimônio, pois Palmira seria um símbolo da complexidade histórica da Síria (UNESCO, 2015e). Mais uma vez, em outubro do mesmo ano, quando o Arco do Triunfo de Palmira foi danificado, Bokova afirmou que os extremistas tinham medo da diversidade e diálogo cultural expressos pelos patrimônios da Síria e se referiu a situação como limpeza cultural novamente falando para um público global, citando jornalistas, especialistas e cidadãos (UNESCO, 2015f).

Em novembro de 2015, a Resolução 2249 foi aprovada e segue o mesmo padrão de condenação (Higgins, 2020). Porém, esse documento, diferentemente dos outros, utiliza, pela primeira vez, o termo “ameaça” ao dizer que a destruição do patrimônio cultural ameaça a paz e segurança mundiais (Conselho de Segurança das Nações Unidas, 2015b). Já em dezembro de 2015, o CSNU aprovou a Resolução 2253, que também é relevante na menção aos patrimônios (La Ragione, Luongo e Balzano, 2020). O documento, que discorre sobre sanções ao Estado Islâmico e al-Qaeda, condena os ataques aos patrimônios culturais da Síria e do Iraque, em particular a destruição de lugares e objetos religiosos, e lembra aos Estados-membros que devem adotar medidas para impedir o comércio de bens culturais, para que possam retornar de forma segura ao povo sírio e iraquiano (Conselho de Segurança das Nações Unidas, 2015c).

Outro elemento importante desse processo é a Estratégia para o Reforço das Ações da UNESCO para a Proteção da cultural e Promoção do Pluralismo cultural em Evento de Conflito Armado, aprovada na 38ª Conferência Geral da UNESCO, em 2015, que propõe a incorporação da proteção da cultura, incluindo o patrimônio, nas estratégias de segurança e processos de construção da paz (Puskás, 2019; Urbani, 2020). O documento possui dois objetivos, fortalecer a capacidade dos assinantes de prevenir, mitigar e recuperar a perda de um patrimônio e incorporar a proteção cultural no âmbito da ação humanitária, estratégias de segurança e construção da paz (Urbani, 2020). No mesmo ano, na reunião do Comitê do Patrimônio Mundial debateu os ataques aos patrimônios, a ministra de

Estado e das Relações Exteriores da Alemanha, Maria Böhmer e a chanceler alemã, Angela Merkel, chamaram atenção para o que ocorria na Síria e tiveram um discurso no sentido do patrimônio ser a base da coesão e identidade social, ressaltando seu papel na construção da paz (UNESCO, 2015g).

Além disso, conforme apontado por Foradori, Giusti e Lamonica (2018), também em 2015, o então ministro italiano do Patrimônio Cultural e Atividades, Dario Franceschini, afirmou que os ataques do Estado Islâmico eram uma questão humanitária e de segurança global. No mesmo ano, ainda de acordo com os autores, o ex-presidente francês, François Hollande, convocou o mundo para pegar em armas contra quem tentava apagar o passado e afirmou que estavam em guerra contra o jihadismo. No mesmo sentido, ainda de acordo com os autores, Ban Ki-moon, em 2014, contribuiu para o discurso securitizador ao apelar “(...) à comunidade internacional de Estado para ativar medidas excepcionais para enfrentar a ameaça (...)” (Foradori, Giusti e Lamonica, 2018, p. 87). Nesses discursos, observa-se a associação da questão do patrimônio a vocábulos específicos, como “segurança global”, “armas”, “guerra” e ativação de medidas excepcionais.

Em 2016, durante uma conferência europeia, Irina Bokova afirmou que a destruição do patrimônio deveria ser considerada mais do que uma questão cultural, mas sim humanitária e de segurança e se referiu aos casos, mais uma vez como limpeza cultural e crime de guerra, ressaltando a necessidade da adoção de medidas de *hard power* em combinação com medidas legislativas e educacionais (UNESCO, 2015h). Na mesma ocasião, a ex-diretora geral da UNESCO listou as ações da organização que colocam o patrimônio no centro de operações de paz, como um acordo assinado com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), outro acordo com a Itália para o estabelecimento de uma Força-Tarefa no âmbito da campanha #United4Heritage que reuniria militares e especialistas da cultura. Citou ainda a coalização com a ICOMOS, *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of cultural Property* (ICCROM), a Organização Mundial das Alfândegas (WCO) e com o *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC) para o desenvolvimento de novas leis, por fim mencionou a Resolução 2199 o CSNU.

Esse processo foi acelerado pela espetacularização causada pelo EI, o que fez com que a mídia internacional desse espaço para conteúdos sobre o assunto, assim “(...) a circulação de imagens e representações visuais do sítio em ruínas facilitou a difusão de um discurso de ameaça, perigo e emergência (...)” (Russo e Giusti, 2017). Por isso, Russo

e Giusti (2017) se referem ao processo de securitização do patrimônio como “palmirização”, que alcançou o uso de instrumentos de segurança, por meio militar. O produto desse processo tem sido a difusão da ideia de que a proteção do patrimônio pode ser alcançada com a implementação de instrumentos de segurança, ou seja, inclusive militares (Russo e Giusti, 2019).

Apesar de os documentos mencionados citarem o patrimônio cultural, a Resolução mais significativa nesse sentido é a 2347, que foi adotada na 7907^a cimeira do CSNU, no dia 23 de março de 2017. Todos esses processos discursivos e seus desdobramentos culminaram na adoção da Resolução 2347. Esse documento surge a partir de uma proposta conjunta da UNESCO, da França e da Itália e foi um marco para a proteção patrimonial (Urbani, 2020). O Representante Permanente Adjunto do Reino Unido na ONU, Peter Wilson, afirmou que o documento permite que a destruição cultural seja respondida com o mesmo propósito, intensidade e unidade do que qualquer outra ameaça à paz e à segurança (Higgins, 2020; Urbani, 2020). Nessa declaração, pode-se observar mais uma vez a comparação entre a destruição do patrimônio e outras ameaças, igualando a forma de resposta. Por outro lado, Wilson afirmou também que a proteção do patrimônio não era somente uma luta contra o financiamento do terrorismo, mas também uma forma de proteger o patrimônio como símbolo de respeito pela diversidade (Higgins, 2020).

A Resolução 2347 leva em consideração a Estratégia da UNESCO aprovada na 38^a Conferência Geral da UNESCO para elaboração de um plano de ação e outros documentos, como a Convenção de Haia, bem como eventos, a exemplo da Conferência de Abu Dhabi, em 2016 e os documentos anteriores, como a Convenção de Haia. O documento também cita como exemplo positivo a condenação, pelo TPI, da destruição de Timbuktu, no Mali. Essa Resolução, a única dedicada inteiramente aos patrimônios culturais, afirma que o terrorismo é a mais séria ameaça à paz e a à segurança e considera os atos destrutivos perpetrados por terroristas como uma tentativa de negação da história e da diversidade, que pode intensificar conflitos armados (Conselho de Segurança das Nações Unidas, 2017). A partir desse momento, percebe-se o destaque dado à destruição especificamente pelos terroristas. O documento também cita diretamente o Estado Islâmico para expressar preocupação com a destruição do patrimônio o tráfico de bens culturais (Conselho de Segurança das Nações Unidas, 2017)

Especificamente sobre o tráfico, a Resolução se refere ao uso atividade ilegal para o financiamento dos grupos terroristas, como o EI, e o possível envolvimento destes com organizações criminosas (Conselho de Segurança das Nações Unidas, 2017). Além disso, o documento pede que os Estados-membros tomem providências para combater e prevenir o comércio ilícito dos bens culturais. As medidas recomendadas pela Resolução 2347 são, de modo geral, a implementação de inventários nacionais sobre os patrimônios e bancos de dados para mapeamento de atividades criminosas, a regulamentação sobre importação e exportação de bens culturais e outras medidas de controle para prevenir e combater o tráfico, a criação de programas de educação patrimonial, dentre outras. Outro ponto relevante é a menção sobre possibilidade de inclusão de um mandato cultural para operações de *peacekeeping*, quando determinado pelo Conselho, conforme foi feito no Mali, em 2013. Por fim, a Resolução considera a destruição dos patrimônios culturais um crime de guerra. Essa é a principal novidade e foi o que chamou atenção da academia e comunidade internacional.

O termo crime de guerra foi adotado pela Resolução 2347 e, ainda de acordo com as autoras, foi utilizado pelo então Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon e expresso no processo do TPI contra Ahmad Al Faqi Al Mahdi, pela destruição de Patrimônio Mundiais no Mali. O mesmo termo foi utilizado pela então Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança, Federica Mogherini (Russo e Giusti, 2017). Uma crítica apontada por La Ragione, Luongo e Balzano (2020) é que considerar a destruição como crime de guerra, significa que esses atos só seriam punidos na presença de um conflito comprovado.

Observa-se na Resolução 2347 que o discurso sobre a importância do patrimônio para a humanidade não se reflete inteira e diretamente nessa faceta do processo de securitização, visto que o ponto com maior destaque no documento é a destruição para comercialização ilegal e conseqüente financiamento de grupos terroristas. Essa parece ser a maior preocupação do CSNU em relação à destruição do patrimônio cultural e não os danos causados às comunidades locais e à humanidade. O elemento mais relevante da Resolução 2347 seria o fato de considerar a destruição patrimonial como crime de guerra, mas foi igualmente significativo igualar as ações de destruição ao tráfico ilegal, algo que cria uma dimensão única no âmbito jurídico (La Ragione, Luongo e Balzano, 2020).

Haulser (2018 *apud* Higgins, 2020) argumenta que com a Resolução 2347, pela primeira vez, os patrimônios culturais foram tratados dentro de um documento

específico, bem como armas de destruição em massa, ou tráfico de armas. Isso é mais uma evidência de como o assunto foi securitizado, na medida em que é tratado da mesma forma do que assuntos tradicionalmente da segurança. Além disso, Urbani (2020) considera que com a Resolução 2347 parece haver uma ligação entre a destruição dos patrimônios e violações dos direitos humanos, quando considera que a destruição dos patrimônios afeta o desenvolvimento social, econômico e cultural dos Estados, enfatizando que os danos propositais são uma tentativa de negar as raízes históricas de determinado povo e a diversidade cultural. Porém, apesar de mencionar isso, o documento não aprofunda esse debate da mesma forma que se aprofunda no combate ao tráfico.

La Ragione, Luongo e Balzano (2020) chamam atenção para como o nível internacional da proteção do patrimônio acabou ganhando destaque. Isso pode ser considerado ao mesmo tempo causa e consequência desse processo de securitização, porque acontece com um maior número de atores envolvidos, mas também demanda um maior engajamento da comunidade internacional, algo que fica claro na Resolução 2347. Nesse sentido, Urbani (2020) argumenta que as medidas adotadas pelo CSNU para lidar com os patrimônios culturais e sua destruição buscam canalizar as ações dos Estados-membros, gerando uma unanimidade.

A Resolução 2347, que foi influenciada por discursos e documentos também tem crédito no desenvolvimento de outros mecanismos, como a Declaração de Florença, de 2017, assinada pelos Ministros da Cultura do G7⁸, os quais pediram à ONU que incluíssem a proteção do patrimônio cultural nas missões de *peacekeeping* (Foradori, Giusti e Lamonica, 2018; Higgins, 2020; Urbani, 2020). O documento condena a destruição de ambientes e objetos relacionados à cultura e convida a comunidade internacional a intensificar sua luta contra o tráfico ilegal de bens culturais, responsabilizando-a de proteger esses ambientes em tempos de guerra (Italian G7 Presidency, 2017). De acordo com Urbani (2020), os mesmos compromissos foram aprovados, em 2017, pelos líderes do G20⁹, na Declaração sobre o combate ao terrorismo. A mesma Resolução influenciou a União Europeia no compromisso de lutar contra a destruição do patrimônio em conflitos armados e contra o terrorismo, expressa em um evento chamado Protegendo o

⁸ Fórum que reúne alguns dos países mais industrializados do mundo, Itália, Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, França, Canadá e Japão.

⁹ Fórum de cooperação internacional que reúne as principais economias do mundo.

Patrimônio Cultural do Terrorismo e das Atrocidades em Massa: Links e Responsabilidades Comuns, em 2017 (Urbani, 2020).

Em nota, no ano de 2017, o então presidente do CSNU, Olof Skoog, afirmou que os membros do Conselho estavam alarmados com os relatos e imagens de destruição do patrimônio e de execuções e, por isso, estavam preocupados com a população da cidade, com o Patrimônio Mundial de Palmira e condenavam os atos do EI (United Nations, 2017). Além disso, no mesmo comunicado, o CSNU afirma que se preocupa com o fato de os grupos terroristas, como o EI estarem se financiando através da venda ilegal de artefatos culturais. A Resolução 2347 aponta para a mesma questão.

Bokova (2017) é quem carrega um discurso mais voltado à questão humanitária e à visão cosmopolita do patrimônio cultural. Segundo ela, terroristas não escolhem vidas ou patrimônios, pois destroem os dois, por isso a comunidade internacional não deve escolher qual proteger. Assim, a ex-diretora geral da UNESCO coloca os dois tipos de perda no mesmo patamar, dando um sentido de urgência para a proteção dos patrimônios culturais, o mesmo que se tem para proteger vidas. No Mali, Bokova (2017) explica que a UNESCO organizou uma ação de proteção tendo como base uma abordagem compreensiva, relacionando dimensões culturais, como a campanha #Unite4Heritage, judiciais, com o apoio da Interpol, e militares, que ganharam “Passaporte Patrimoniais” para compartilhar a localização de lugares a serem protegidos durante operações, além de um treinamento dado pela UNESCO para proteção do patrimônio. Nesse sentido, observa-se o processo de securitização na componente militar e no sentido de urgência. Além disso, Bokova (2017) afirma que proteger o patrimônio com operações de *peacekeeping* mostra a importância da cultura para restauração do tecido social e reconciliação e diálogo. Mais uma vez, ela afirma que a proteção do patrimônio não é só uma questão cultural, mas também de segurança e um “imperativo humanitário”, de novo em alinhamento com o processo de securitização.

A Conferência Internacional sobre Proteção do Patrimônio Cultural em Perigo, organizada pela França e pelos Emirados Árabes Unidos, que teve lugar em Abu Dhabi, teve dois objetivos principais, a criação de um fundo internacional para a proteção patrimonial em tempos de conflito e o estabelecimento de uma rede internacional de refúgio para artefatos culturais, patrimônios móveis (Puskás, 2019). Um dos resultados dessa conferência foi a *Alliance Internationale pour la Protection du Patrimoine dans les Zones de Conflit* (ALIPH), criada em 2017 para financiar instrumentos relativos à

segurança dos patrimônios e, na ocasião, François Hollande, então presidente francês, afirmou que não seria possível distinguir ataques a monumentos de ataques contra os povos, porque teriam o mesmo objetivo de destruir a diversidade humana e cultural (Puskás, 2019). Tanto a Conferência, quanto o discurso de Hollande são também parte do processo de securitização, enfatizando a relação intrínseca entre o ser humano e seu patrimônio.

Um resultado da securitização é processo de associação entre os patrimônios culturais e a doutrina da Responsabilidade de Proteger (R2P)¹⁰, que começou a acontecer em 2015, quando a UNESCO reuniu especialistas para debaterem o tema e recomendaram o uso de *safe havens* e zonas culturais protegidas (zonas desmilitarizadas) (Russo e Giusti, 2017). Os *safe havens*, que seriam os refúgios para os patrimônios, ou seja, uma medida emergencial para casos de ameaça, algo que foi mencionado na Convenção de Abu Dhabi. Porém, deve algum limite e Urbani (2020) afirma que a Resolução 2347 impõe esse limite, pois dá ao Estado a responsabilidade pelo seu patrimônio, apesar de pedir pela cooperação internacional. As propostas de *safe havens* foram criticadas por serem considerados uma apropriação imperialista dos recursos do Sul global, também uma forma de dizer que os Estados do Oriente Médio não são capazes de defender sua cultura, gerando protetorados culturais, além disso o deslocamento de objetos poderia gerar mais riscos (Russo e Giusti, 2017). Ademais, essa moderação em relação aos refúgios faz sentido, pois se o objetivo é proteger uma população, quando se está protegendo um patrimônio, não se deve afastar o elemento cultural do humano.

Uma outra consequência da securitização seria a militarização desses espaços patrimoniais. Foradori e Rosa (2017 *apud* Higgins, 2020) apontam para o fato de que muitos patrimônios estão localizados em terrenos que geram certa vantagem militar e torna-os alvos, o que exige forças fortemente armadas para sua proteção. Quando o regime sírio e seus aliados (Hezbollah, Guardas Revolucionários Iranianos e Rússia) retomaram Palmira, eles conseguiram algum prestígio e possibilitou que o governo russo “(...) reformulasse o país em torno de um tema – a proteção do patrimônio cultural – que não pode gerar nenhuma culpa internacional, apenas prestígio e aplausos.” (Russo e

¹⁰ “Nos parágrafos 138 e 139 do Documento de Resultados da Cúpula Mundial de 2005 (A/RES/60/1), os Chefes de Estado e de Governo afirmaram sua responsabilidade de proteger suas próprias populações contra genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade e aceitaram uma responsabilidade coletiva de encorajar e ajudar uns aos outros a manter esse compromisso. Eles também declararam sua preparação para tomar medidas oportunas e decisivas, de acordo com a Carta das Nações Unidas e em cooperação com organizações regionais relevantes, quando as autoridades nacionais manifestamente não protegem suas populações.” (United Nations Office on Genocide Prevention and the Responsibility to Protect).

Giusti, 2017, p. 6). Russo e Giusti (2017; 2019) apontam para as suspeitas de construção de uma base militar russa em Palmira depois da retomada da cidade (2017). Assim, a Rússia teria começado a desenvolver uma militarização do local, colocando os sítios arqueológicos ainda mais sob os holofotes, como lugares simbólicos, aumentando seu potencial de campo de batalha e sua exposição novamente ao Estão Islâmico (Russo e Giusti, 2017). Porém, em 2016, o Ministério da Defesa russo desmentiu a hipótese, que foi apontada por uma organização estadunidense de defesa do patrimônio cultural, afirmando que estavam retirando minas terrestres (Sputnik News, 2016). Atualmente, a cidade tem bases do Estado Islâmico e em abril de 2021 sofreu bombardeios por parte da Rússia (R7, 2021).

Pode-se observar outro desdobramento e elemento do processo de securitização dos patrimônios culturais na OTAN (North Atlantic Treaty Organization, 2021). A organização afirma que considera que a proteção de propriedades culturais é parte essencial do meio militar e faz parte de suas considerações táticas, operacionais e estratégicas, contribuindo para a estabilização pós-conflito e fortalecimento da relação de confiança com a população local. A OTAN afirma que considera que considera a proteção patrimonial essencial para coesão das comunidades onde atua. Nesse sentido, em 2017, a organização lançou o relatório intitulado Melhores Práticas para Proteção de Propriedade cultural em Operações Militares lideradas pela OTAN. No mesmo sentido, desenvolveram a Diretiva sobre a Implementação da Proteção da Propriedade cultural em Operações e Missões da OTAN, incluindo essa dimensão na sua abordagem de segurança humana para missões de paz. Além disso, a OTAN incluiu a proteção do patrimônio em suas missões no Kosovo, no Afeganistão e na Líbia. A inclusão da dimensão cultural no escopo da OTAN é um indicativo do processo de securitização, pois é uma organização voltada para a segurança e o motivo da proteção patrimonial mostra a instrumentalização das heranças.

Russo e Giusti (2017) argumentam que a associação da R2P com a proteção dos patrimônios e proteção dos civis “(...) estão sendo manipuladas para conseguir a penetração militar em territórios complexos.” (Russo e Giusti, 2017, p. 12). Assim, para além dos mecanismos tradicionais de proteção do patrimônio “(...) (oficinas, estrutura de formação e coordenação para arqueólogas, historiadores de arte e curadores de museus). (Russo e Giusti, 2017, p. 12), a implementação de instrumentos de força tem sido considerada. De acordo com Russo e Giusti (2017), a securitização resultou em justificativas para o intervencionismo militar e formas inovadores de humanitarismo. Mas

também, abriu espaço para a reafirmação do controle estatal sobre territórios e fronteiras, sendo o caso de Palmira um exemplo (Russo e Giusti, 2017). Se o Estado falha na proteção do patrimônio, de acordo com o discurso construído, abre espaço para intervenção externa e pode se tornar uma oportunidade de controlar e ocupar um território estratégico na Síria, por exemplo (Russo e Giusti, 2017). A presença militar Rússia na Síria foi um exemplo disso e chamou atenção de alguns funcionários da UNESCO e arqueólogos sírios (Russo e Giusti, 2017).

Higgins (2020) reforça que mandatos com dimensão cultural seriam mais politicamente aceitos pela comunidade internacional e também pelos povos locais, por conquistar sua confiança e criar boa vontade, contribuindo para seu sucesso, pois possuem um objetivo nobre e lutam contra um inimigo que perpetua tais atos sem motivo. Esse seria um motivo com um interesse específico na boa imagem da missão e não, necessariamente, no impacto positivo para o patrimônio. Porém, o discurso contribui para a já citada instrumentalização do patrimônio cultural para intervenções, mesmo que essas intervenções tenham que ser aceitas pelos Estados. Além disso, Higgins (2020) afirma que uma missão como essa poderia gerar um choque de civilizações e a visão de que os *peacekeepers* são neocolonizadores, podendo agravar conflitos como o da Síria, pois os terroristas do Estado Islâmico poderiam manipular o cenário nesse sentido.

Em contraponto à essa instrumentalização do patrimônio, existe um processo de aproximação da população local aos seus bens culturais. Burns (2017) afirma que a DGAM tem voltado esforços para garantir que os patrimônios e bens culturais não sejam alvos e tenta mostrar aos cidadãos que aqueles monumentos não são apenas elementos bonitos, mas também um investimento para seu futuro. Essa é uma tática que, de acordo com Burns (2017) tem funcionado, mas não recebe a devida atenção da mídia e da comunidade internacional. Projetos nesse sentido podem ser uma alternativa aos esforços militares e securitários provenientes do processo de securitização.

Para além dos atores securitizadores à nível das instituições internacionais, também existem movimentos de securitização que contam com o protagonismo dos Estados. Foradori, Giusti e Lamonica (2018) mostram que a França relaciona a proteção do patrimônio cultural com a segurança internacional e o combate ao terrorismo em seus posicionamentos à nível da ONU e que na Conferência de Abu Dhabi o país aproveitou para fortalecer parcerias econômicas e militares com os países da região, apresentando uma estratégia multinível com o uso da cultura para alcançar objetivos mais amplos. Sob

um outro ponto de vista, Puskás (2019) afirma que através das iniciativas que tem tomado em relação ao patrimônio busca um status de liderança na proteção do patrimônio à nível mundial, como uma forma de *soft power*.

Já a Itália, segundo Foradori, Giusti e Lamonica (2018), também contribuiu para o processo de securitização e tem um posicionamento ativo na promoção de medidas que aumentam o leque de instrumentos para a proteção patrimonial. O país tem um comando de sua *Carabinieri* voltado especificamente para a proteção das heranças, desde 1969. Puskás (2019) afirma que a Itália sempre foi reconhecida como superpotência cultural e tem a diplomacia cultural como uma de suas prioridades e sua contribuição para a mobilização de forças para proteção patrimonial ganhou força com a Resolução 2347, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Enzo Amendola, afirmou que relacionar assuntos de patrimônio e prevenção e resolução de conflitos é uma obrigação política e securitária. Mais uma vez, fica claro o papel desse tipo de fala para endossar o processo de securitização.

De acordo com os autores, o Reino Unido, por outro lado, apesar de ser outro ator estatal relevante nesse sentido, possui uma postura *low profile* para evitar acusações de neocolonialismo, entretanto envolve o setor militar na proteção dos patrimônios e apresenta estratégias transnacionais, como a digitalização de monumentos. Foradori, Giusti e Lamonica (2018) concluem que o patrimônio cultural passa a ter a possibilidade de ser instrumentalizado para atingir objetivos em outros setores, pois "(...) a proteção do patrimônio cultural foi elevada da esfera tradicional da diplomacia cultural (...) para a de uma articulação *sui generis* (moderada) da política externa" (Foradori, Giusti e Lamonica, 2018, p. 98), estando assim, cada vez mais ligado às questões de *hard power*.

Um outro argumento que salienta esse processo de securitização é o de Burns (2017), ao afirmar que o patrimônio nem sempre foi tão destruído quanto parecia, porque os locais em Palmira, por exemplo, já tinham o desgaste do tempo. Isso mostra como o discurso é construído na direção de uma destruição total, uma aniquilação, a qual justifica o tratamento do assunto no âmbito da segurança. Burns (2017) também chama atenção para uma questão pouco pontuada, que é o fato de que os Estados financiavam, direta ou indiretamente, grupos que eram responsáveis pela destruição que eles mesmos condenavam.

Elcheikh (2019) questiona sobre a pertença desse patrimônio cultural e quem decide seu futuro e sublinha a importância das vozes locais nesse contexto, que

geralmente são postas de lado por um entendimento de que especialistas e políticos, especialmente ocidentais, entendem mais sobre o assunto. Assim, o autor argumenta que nesse caminho, Palmira terá sempre em uma história de poder, ego e guerra. A resposta da UNESCO e do CSNU para a destruição dos patrimônios é nesse sentido, pois se sentiram ameaçados pelo discurso e pelo desafio posto pelo Estado Islâmico, não somente pela destruição em si, mas pelo desafio e confronto à sua visão de mundo.

Puskás (2019) identifica que o processo de securitização dos patrimônios culturais segue dois caminhos: o primeiro seria a partir da condenação do tráfico ilegal de bens culturais, que financia o terrorismo e contribui para a sustentação dos conflitos, o segundo seria a associação entre a destruição do patrimônio cultural e o ataque à minorias étnicas e religiosas e à humanidade no sentido de apagamento de memórias, impedimento da convivência diversa e provocação aos valores ocidentais. Esses dois caminhos ficam claros nas falas e documentos analisados e, nem sempre, estarão dissociados, pois muitas vezes os mesmos discursos condenam os atos utilizando esses dois argumentos, inclusive um dos últimos elementos do processo de securitização, a Resolução 2347, combina esses dois elementos.

Russo e Giusti (2019) concluem que,

“A construção discursiva do patrimônio cultural em termos securitários já produziu resultados na forma de práticas e tecnologias de segurança (mobilização de pessoal e equipamentos militares, estabelecimento de agências especiais) que surgem paralelamente aos discursos de securitização e funcionam para materializá-los e rotinizá-los. discursos” (Russo e Giusti, 2019, p. 853).

Um resumo dos resultados da securitização apontados por Russo e Giusti (2017) são a implantação de militares equipamentos e o estabelecimento de agências especiais, que por meio de discursos securitizadores são materializados e rotinizados.

Interessante notar que boa parte dos documentos oficiais citados sobre proteção do patrimônio em caso de conflito são de a partir de 2015, bem como os comunicados e discursos de figuras políticas e Irina Bokova. Em 2000, um ano antes dos danos causados aos Budas de Bamiã, o site da UNESCO apresenta 6 artigos que incluem os termos “destruição” e “patrimônio, dois anos depois foram 12 artigos. Em 2010 foram 109 textos que abordavam o assunto. Já em 2015, foram disponibilizados 198 artigos que utilizam a palavra e, nos anos seguinte, o número se manteve em torno de 160. Isso mostra o

crescente número de casos de destruição, ou, pelo menos a crescente atenção que recebeu, principalmente em 2015, quando o EI invadiu Palmira.

Portanto, ao longo dos discursos apresentados em suas diferentes formas, percebe-se que se constrói um processo de securitização, principalmente, em torno das retóricas da destruição como limpeza étnico-cultural e forma de financiamento de grupos terroristas. Esse discurso, conforme apontado, é performado para uma audiência ampla, que inclui especialistas, Estados, imprensa, cidadãos e entidades do âmbito da segurança, como o CSNU. A destruição do patrimônio foi paulatinamente associada ao discurso da segurança, o que se intensificou no contexto de ascensão do Estado Islâmico adoção pelo grupo desses atos em sua doutrina e divulgá-los através de vídeos que circularam as diferentes mídias para chocar o mundo, recrutar novos membros, dentre outros motivos apontados.

A emergência do Estado Islâmico está inserida na questão da Guerra da Síria, que tem raízes em sua história politicamente complexa e, ao mesmo tempo, culturalmente rica e diversa. Porém, o conflito financiado por Estados ocidentais criou o ambiente necessário para a proliferação de grupos como o EI, que possui em sua base a luta pela pureza de sua interpretação do islã e conseqüente exclusão do que é diferente. Portanto, um projeto que em sua essência busca destruir o diferente, uma ameaça que não foi construída através de narrativas, uma ameaça brutal, como denomina Balzacq (2010; 2011).

Dentro dessa conjuntura, Irina Bokova guiou um discurso securitizador que condena os atos de destruição, aproximando-os de ataques às pessoas e suas identidades, instigando um sentido de urgência. Esse processo teve como resultado e, ao mesmo tempo, foi avolumado pela Resolução 2347, que, por sua vez, também gerou suas repercussões. Uma delas foi a militarização dos espaços patrimoniais e um possível silenciamento das vozes locais sobre o patrimônio, por mais que a Irina Bokova e documentos da UNESCO tentassem sublinhar sua importância.

Conclusão

A partir da teoria construtivistas na Relações Internacionais, como disciplina, passou-se a refletir sobre a construção social da realidade através de interações intersubjetivas entre os indivíduos, não só mais a partir das relações materiais. Além disso, os objetos de estudo saem da esfera tradicional do Estado e alcançam outros

campos. O mesmo pode ser compreendido no âmbito da segurança através da teoria da securitização desenvolvida na Escola de Copenhagen, que, desde a década de 1980, mostrou-se uma importante ferramenta para o estudo das dinâmicas de segurança que envolvem objetos não tradicionais dentro dos estudos da segurança internacional.

Essa teoria busca analisar o processo no qual um ator securitizador constrói, através de um ato de fala, uma atmosfera de ameaça existencial a um objeto referente, o que exige a tomada de medidas emergenciais, ou seja, fora da normalidade para lidar com a problemática apontada. Em sua concepção inicial, o processo de securitização envolvia, principalmente, reflexões sobre um objeto referente, o ator securitizador, a ameaça e atores funcionais, que não agiam diretamente sobre o assunto, mas poderiam exercer algum tipo de influência junto ao ator securitizador.

Porém, as reflexões dos teóricos de Copenhagen podem ser consideradas limitadoras, porque, apesar de mencionarem a audiência e o contexto, não valorizam esses dois elementos, como aponta Balzacq (2010, 2011). Audiência e contexto são relevantes pois, os discursos sobre segurança não são proferidos em um vácuo político e social e não possuem efeito sem a interação de um público, ou seja, atos de fala não seriam o suficiente para determinar a securitização de um objeto. Portanto, torna-se interessante analisar, para além dos objetos tradicionais dessa teoria, o contexto no qual ocorre o processo de securitização e para que audiência esses atores falam, bem como sua reação para que, assim, se compreenda a dinâmica em sua completude.

A partir disso, a presente dissertação propôs uma análise sobre processo de securitização em curso para o patrimônio cultural. Cultura é tudo aquilo que diferencia o ser humano da natureza, o que se produz a partir das experiências sociais que o indivíduo vivencia no seu cotidiano formando suas identidades e, ao mesmo tempo sendo construída por elas. Esses são dois elementos centrais para a noção de patrimônio cultural.

Essas heranças são registros sobre a cultura individual, de um grupo ou da humanidade que existe em diversos formatos, ou seja, podem ser objetos, monumentos lugares ou valores, que conectam em torno de si, o passado, o presente e o futuro. O patrimônio cultural é considerado pelos estudiosos e pelas instituições que tratam sobre a cultura, por exemplo a UNESCO, como algo essencial para a identidade humana e também para a coesão do tecido social dos diferentes grupos pelo mundo. Existem

diversas discussões acadêmicas sobre o patrimônio cultural, mas o presente trabalho focou nos debates sobre sua relevância para a comunidade internacional.

O entendimento sobre o valor intrínseco ou atribuído ao patrimônio é central para que se compreenda as abordagens a nível internacional sobre sua proteção. Pôde-se observar que o raciocínio que guia o quadro legal sobre o patrimônio é sobre um valor intrínseco do patrimônio, ou seja, que sua importância é essencial, inseparável. Isso pode ser visto no sentido em que os dispositivos legais defendem que o patrimônio cultural deve ser protegido por si só, pois esse valor inerente é o que impulsiona sua proteção e cria essa necessidade de cuidar dessa herança.

Alguns dos principais documentos sobre a proteção do patrimônio cultural são a Convenção de Haia de 1954 e seu Protocolo de 1999. A primeira propõe o respeito aos bens culturais em territórios e países adversários e a proteção dos seus próprios bens e pretende minimizar os danos aos patrimônios culturais em caso de conflitos armados. Além disso, os Estados signatários também devem conduzir análises de risco e planos de emergência para responder a ameaças. O Segundo Protocolo, celebrado em 1999, introduz a ideia de “proteção reforçada”, a qual diz que um bem poderá ser objeto de proteção reforçada se for um patrimônio cultural de grande importância para a humanidade, protegido por medidas domésticas que reconheçam seu valor excepcional. Além disso, o documento diz que as partes não devem incidir ataques contra e nem usar esses bens como apoio militar. No capítulo quatro há uma série de previsões acerca da criminalização e da responsabilidade penal de ofensas ao patrimônio e do estabelecimento de uma cooperação jurídica para investigações criminais.

Por outro lado, parte da literatura sobre patrimônio cultural chama atenção para o valor concedido dessas heranças por elites locais e globais atendendo às suas necessidades narrativas. A presente dissertação buscou apontar na direção de uma terceira via argumentativa. O patrimônio cultural possui um valor intrínseco seja ele para a construção de identidades, ou mesmo no sentido científico para a história. Ao mesmo tempo, essas heranças passam por um processo de valorização ou não, de acordo com os interesses a nível nacional ou internacional de quem as define. Um exemplo disso é que o patrimônio é utilizado para criação de identidades nacionais e esse processo, muitas vezes, foram guiados por elites.

Para os objetivos do presente trabalho, o que se extrai desse debate é que a comunidade internacional, principalmente as Organizações Internacionais, fazem uso da

compreensão do valor intrínseco para construir a narrativa da importância universal do patrimônio cultural. Dessa forma, a despeito da sua importância para comunidade locais ou regionais, o patrimônio cultural será um elemento essencial para toda a identidade humana, para sua coesão, pois faz parte da construção da história compartilhada por todos. Por causa dessa relevância a nível internacional, o patrimônio cultural deve ser protegido e cuidado por todos, pois é um bem comum, essencial para a paz. Essa abordagem é uma das bases para a securitização, ou seja, onde o discurso securitizador de atores como UNESCO, através de Irina Bokova e representantes governamentais, como o Representante Permanente Adjunto do Reino Unido na ONU, Peter Wilson, dentre outros, os quais reafirmam a relevância universal do patrimônio cultural como promotor da paz e da segurança.

Dessa forma, Irina Bokova e outros atores chamam atenção para a destruição do patrimônio cultural nos conflitos armados, especialmente no Iraque e na Síria, onde Palmira e outros Patrimônios Mundiais foram atacados por grupos terroristas, principalmente a al-Qaeda e o Estado Islâmico. A Síria, berço de civilizações e morada de diferentes impérios herdou inúmeras ruínas, artefatos e templos religiosos que são representações de diferentes épocas e povos.

A destruição nesse contexto é relevante pela forma como é conduzida. O EI é um grupo terrorista que tem suas raízes no Iraque, por causa do ambiente frágil causado pela guerra e sua ascensão na atmosfera caótica presente na guerra da Síria. Ao longo desses anos, o grupo se aproveitou do financiamento de grupos armados por parte de potências regionais, como a Arábia Saudita e ocidentais, como os Estados Unidos e cresceu em termos de apoiantes e intensidade de atuação. O Estado Islâmico tem o objetivo de construir um Califado, no qual impere sua interpretação conservadora e extremista da religião islâmica, para o qual o patrimônio cultural é um obstáculo, pois faz referências à grupos que não estão incluídos em sua narrativa sobre o mundo. Por isso, o EI busca apagar qualquer traço de diversidade religiosa ou étnica e o faz através da violência contra pessoas e o patrimônio.

Portanto, a destruição das heranças culturais passa a fazer parte da agenda do grupo e também da sua estratégia que utiliza as redes sociais e mídias tradicionais para a propagação de sua mensagem com objetivo de recrutar apoiantes, gerar medo e provocar o Ocidente. Para isso, o Estado Islâmico divulgou diversos vídeos que mostravam os atos de destruição, bem como seus resultados. Alguns dos vídeos que tiveram maior

divulgação e chocaram o mundo foram gravados na cidade de Palmira, um lugar potente em termos de história, cultura e religião. A cidade, ao longo de milhares de anos, por ter sido casa para diferentes civilizações, foi uma rota comercial e assim, tornou-se uma encruzilhada cultural. Portanto, sabendo dessa relevância, da diversidade e da valorização por parte do Ocidente, o Estado Islâmico causou danos a diversos monumentos em Palmira.

Os atos destrutivos contra o patrimônio cultural, em si, são impulsionadores do processo de securitização desse elemento. As imagens dos danos causados e a violência utilizada para isso geram uma preocupação com os monumentos e locais, bem como com as comunidades que vivenciam os valores daquela herança em suas práticas culturais e religiosas em seu cotidiano. Os discursos de Irina Bokova e os documentos das Organizações Internacionais apresentadas no último capítulo apontam para a diligência em relação a integridade do patrimônio cultural, especialmente o sírio que sofria ataques por parte do EI. Esse é um dos argumentos no qual o processo de securitização de apoia.

A destruição do patrimônio cultural, conforme já apontado, foi matéria de documentos internacionais para a proteção dessas heranças. Além disso, as condenações aos danos causados aos bens por parte de grupos terroristas também já haviam aparecido em resoluções do CSNU e em comunicados da UNESCO. Porém, nota-se a partir da leitura dos documentos apresentados no último capítulo, que a abordagem ao tema é intensificada com a ascensão do Estado Islâmico, em 2014, especialmente, a partir da tomada de Palmira, em 2015.

Os motivos da destruição são mais uma das bases para o processo de securitização, especialmente quando se trata de uma provocação por parte do grupo terrorista. A conquista de Palmira, a destruição de locais e artefatos culturais e religiosos são compreendidos como uma ação para atingir, desafiar e ofender o Ocidente, pois aqueles são símbolos de seus valores universais para a humanidade. Portanto, como resposta a esse objetivo terrorista, trata-se o assunto dentro do escopo, com vocabulário e ferramentas securitárias.

A ameaça dessa destruição não é discursivamente construída, pois conforme aponta Balzacq (2010; 2011) existem ameaças brutais, que de fato atingem os objetos referentes. Porém, a forma que se expõe essa ameaça é discursivamente construída. Esse não foi o primeiro caso de destruição deliberada por parte de um grupo terrorista, o Talibã, em 2001, destruiu os Budas de Bamiã, no Afeganistão. Porém, os ataques gerados

pelo Estados Islâmico apresentam a componente da midiaticização, o que gera uma espetacularização dos atos de violência contra o patrimônio cultural e impulsionam respostas por parte da comunidade internacional.

Nesse sentido, Irina Bokova, a então diretora-geral da UNESCO, pode ser vista como a principal precursora da associação entre o patrimônio e sua destruição e o campo da segurança, principalmente, por associar repetidamente a proteção dessas heranças como algo essencial para a manutenção da paz e da segurança internacional. Através de comunicados, notas, declarações em eventos e reuniões, Bokova mobilizou a comunidade internacional, como um todo, e direcionou discursos para uma audiência mais específica de especialistas em cultura e segurança, outras instituições e governantes para unirem esforços na direção da proteção do patrimônio. Esse movimento foi expresso em diversas situações através de palavras e expressões como “crime de guerra”, “limpeza cultural”, “segurança” e associações entre a destruição do patrimônio e os impactos para os grupos locais e a humanidade, colocados em tom de urgência.

Dessa forma, o CSNU, aos poucos, mencionava a destruição do patrimônio cultural em seus documentos, principalmente, naqueles relacionados às condenações das atividades terroristas. Porém, em 2017, o CSNU lançou a Resolução 2347, inteiramente voltada para a proteção dos patrimônios culturais em situação de conflito, a qual afirmava que os atos de destruição poderiam ser considerados crimes de guerra. Essa Resolução foi importante por ser a primeira dedicada totalmente ao patrimônio cultural e também por citar a destruição como crime de guerra. O presente trabalho argumenta que esse documento pode ser entendido como consequência do processo de securitização e, ao mesmo tempo, motor dele, pois influencia outras ferramentas de associação entre patrimônio e segurança.

As resoluções do CSNU evidenciam um outro motor para a securitização, que é a guerra travada pelo Ocidente contra toda forma de terrorismo. Ao longo dos documentos, especialmente da Resolução 2347, o órgão sublinha e reforça a destruição por parte de grupos terroristas condenando esses atos e alertando para o perigo do financiamento de grupos terroristas através do tráfico ilegal dos bens culturais. Nesse sentido, a reflexão feita parece deixar em segundo plano os argumentos do valor intrínseco e universal do patrimônio cultural para sua proteção. Assim, quando o assunto é tratado no campo da segurança destaca-se a necessidade de proteger o patrimônio cultural para que os grupos terroristas não cresçam em termos de poder político e econômico.

Além disso, esse tipo de documento acaba por reforçar o papel do CSNU como "salvador", pois seria um dos maiores símbolos da democracia-liberal salvando o Oriente dos terroristas, já que todo esse aparato foi montado depois da destruição passar a ser perpetuada por terroristas. A crítica recai então, não sobre a condenação aos atos, mas em como, quando e quem tem a voz e o protagonismo dessa condenação, ou seja, a quais interesses está servindo e o que isso implica na prática.

Portanto, a partir do exposto ao longo dos capítulos e desta conclusão, pode-se compreender, como proposto na pergunta que guia a presente investigação, como se desenvolveu um processo de securitização do patrimônio cultural a partir da observação do contexto, da identificação dos atores securitizadores, e do papel da audiência. O processo se desenrola a partir da intensificação da destruição do patrimônio cultural, protagonizada pelo Estado Islâmico ao longo da guerra da Síria. O auge dos danos à essa herança acontece com a tomada e destruição da cidade de Palmira, Patrimônio Mundial da UNESCO, em 2015.

A partir disso, atores do campo da cultura, como a UNESCO e quem representava a organização na época, nomeadamente, Irina Bokova, passam a fortalecer a construção discursiva da urgência dessa problemática, bem como seu caráter ameaçador não só para o patrimônio cultural em si, sendo ele o principal objeto referente desse processo, mas também para a existência e resistência dos povos que tem como um dos pilares das suas identidades individuais e coletivas o patrimônio cultural. Essa esfera ameaçadora direcionada para esses bens desperta as mesmas reflexões em outros atores, alcançando o campo da segurança dentro do CSNU e de outras instituições, como a NATO. A partir disso, o assunto entra em um ambiente de emergência securitária sendo matéria de documentos e comunicados que tornam-se resultado desse processo inicial e também mais um motor. Porém, quando passa a ser assunto de segurança, a destruição do patrimônio cultural tem como foco os perpetradores dos danos, não mais as consequências e perdas humanas.

A audiência de todo esse processo pode ser compreendida de forma ampla, desde especialistas da área da cultura e do patrimônio, passando pelos diferentes povos, até representantes de governos e instituições que podem adotar medidas mais práticas sobre a proteção do patrimônio cultural durante os conflitos armados. Essa audiência, de modo geral, consente com o discurso proposto pelos atores securitizadores. Isso pode ser visto através de documentos e acordos assinados, como a Declaração de Abu Dhabi, os quais,

dentre outras questões, propõe o deslocamento do patrimônio cultural para protegê-lo, ou o treinamento de soldados no sentido da defesa dos espaços patrimoniais. Porém, parte da literatura aponta para o fato de que as ações tomam um sentido mais militarizado, o que poderia prejudicar ainda mais os monumentos, lugares e objetos patrimoniais, bem como a população que vivencia esse patrimônio no seu dia-a-dia.

A presente dissertação, desse modo, conseguiu cumprir os objetivos propostos de explorar a teoria da securitização e identificar os pontos mais relevantes para a compreensão do processo de securitização, especificamente no caso do patrimônio cultural. Além disso também consegue refletir sobre o conceito do patrimônio cultural e o quadro legislativo de proteção em que se apoia para os desenvolvimentos futuros do processo de securitização. Por fim, a presente investigação pôde analisar os discursos sobre a destruição do patrimônio cultural e a partir disso identificar os principais elementos desse processo: contexto, ator securitizador e audiência, já elencados acima.

Portanto, pode-se refletir que enquanto a comunidade internacional, incluindo a UNESCO, CSNU e os Estados continuarem levando em consideração somente os motores étnico-religiosos e de financiamento da destruição perpetrada pelo Estado Islâmico e outros grupos terroristas contra o patrimônio cultural, os esforços não serão suficientes, pois existem outras motivações, como a propaganda e até mesmo a provocação ao Ocidente e à sua visão cosmopolita da cultura. Nesse sentido, o processo de securitização gerou consequências que podem expor ainda mais o patrimônio cultural sírio e instrumentalizou essas heranças para atingir fins de intervenções securitárias.

A partir do exposto, observa-se que existem outros caminhos de estudo a serem seguidos dentro da relação entre patrimônio cultural e securitização, os quais foram pontuados ao longo da presente pesquisa, especialmente no último capítulo, mas não foram aprofundados. Uma dessas questões é a relação entre o terrorismo, a mídia e a destruição do patrimônio cultural. Nesse sentido, por mais que já tenha sido brevemente apontado neste estudo, a compreensão sobre o papel específico que as imagens cumprem nesse processo de securitização é interessante para a abordagem desse processo a partir de um outro ponto de vista.

Investigações futuras também podem explorar a rotinização das dinâmicas de segurança envolvendo o patrimônio cultural, ou seja, de que modo, as medidas adotadas a partir desse processo de securitização tornam-se práticas dentro das instituições nacionais e internacionais. Além disso, outros pontos a serem trabalhados podem ser as

consequências do processo de securitização para as comunidades que convivem com essas heranças, ou seja, para os povos que vivenciam, em seu cotidiano, os significados do patrimônio cultural para sua vida social, política, econômica, cultural e religiosa. Por fim, outra questão que também recebeu breve atenção é a adoção de mandatos culturais dentro de operações de *peacekeeping*, que parece ser um campo de estudo proeminente.

O patrimônio cultural possui grande relevância local e justamente essa faceta é essencial para a compreensão da sua importância para a humanidade. Através deles os povos existem e resistem e, por causa dele, torna-se mais fácil os diálogos entre todos, algo considerado essencial para a paz. Sua destruição afeta não somente o local, mas também o global, independentemente da abordagem que se tem sobre o patrimônio. Porém, essa compreensão do seu valor para todos não pode guiar a construção de documentos e medidas que priorizem as necessidades e interesses das agendas políticas ocidentais, quando esses patrimônios ocupam outros espaços no globo. Ao longo do processo de securitização do patrimônio cultural abordado na presente dissertação, pode-se perceber esse tipo de dinâmica e, por isso, é importante que existam outras abordagens à destruição do patrimônio cultural.

Portanto, percebe-se o discurso securitizador apoia-se em diferentes questões relacionadas ao patrimônio cultural e sua destruição. Uma delas é a visão cosmopolita que considera o valor intrínseco do patrimônio e sua importância para a humanidade é um dos principais motores do discurso securitizador, especialmente de Irina Bokova e do CSNU. Além disso, observa-se através do que foi apresentado ao longo do último capítulo que o discurso também tem como base duas das principais motivações do Estado Islâmico para a destruição: o apagamento da diversidade na região e o financiamento do grupo. O discurso securitizador se constrói, então, através da associação direta entre a destruição do patrimônio cultural e os atos terroristas para propaganda e limpeza étnico-cultural em prol do seu financiamento.

Referências Bibliográficas

Adler, Emanuel. 1999. "O construtivismo no estudo das relações internacionais." *Lua Nova: revista de cultura e política*, no. 47: 201-246. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451999000200011>.

Ahmad, Yahaya. 2006. "The scope and definitions of heritage: from tangible to intangible." *International Journal of Heritage Studies* 12, no. 3 (agosto): 292-300. <https://doi.org/10.1080/13527250600604639>.

Alves, Elder Patrick Maia. 2010. "Diversidade cultural, patrimônio cultural material e cultura popular: a Unesco e a construção de um universalismo global." *Sociedade e Estado*, 25, no. 3 (setembro/dezembro): 539-560. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922010000300007>.

Balzacq, Thierry. 2010. "Constructivism and securitization studies". In. *The Routledge Handbook of Security Studies*, 56-72. 1ª ed. Nova York: Routledge.

Balzacq, Thierry. 2011. *Securitization Theory: How security problems emerge and dissolve*. 1ª ed. Nova York: Routledge.

Bilgin, Pinar. 2004. "Whose 'Middle East'? Geopolitical inventions and practices of security." *International Relations*, 18, no. 1 (março): 25-41. <https://doi.org/10.1177/0047117804041739>.

Blake, Janet. 2015. *International cultural Heritage Law*. 1ª ed. Oxford: Oxford University Press.

Bokova, Irina. 2017. "UNESCO's Role in Emergency Situations: What Difference Can Soft Power Make in Times of Crisis?". *Journal of International Affairs*, 70, no. 2 (verão): 59-68. <https://www.jstor.org/stable/90012620>.

Brancoli, Fernando Luz. 2017. "Síria e narrativas de guerra por procuração: o caso dos curdos." *Revista da Escola de Guerra Naval*, 23, no. 3: 589-611. <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/595/pdf>.

Brant, Leonardo. 2009. *O Poder da Cultura*. 1ª ed. São Paulo: Peirópolis.

Burns, Ross. 2017. "Weaponizing monuments." *International Review of the Red Cross*, 99, no. 906: 937-957. <https://doi.org/10.1017/S1816383118000462>.

Buzan, Barry, e Lene Hansen. 2009. *The Evolution of International Security Studies*. 1ª ed. Cambridge: Cambridge University Press.

Buzan, Barry, Ole Waever, e Jaap de Wilde. 1998. *Security: a new framework for analysis* Lynne Rienner Publishers. 1ª ed. Londres: Lynne Rienner Publishers, Inc.

Campos, Thiago Lima Rocha. 2015. "Atos de fala; Dimensão da linguagem na construção da política internacional." *Revista de Iniciação Científica de Relações Internacionais*, 3, no. 5: 60-72. <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ricri/article/view/25945/14670>.

Cardoso, André Filipe da Silva. 2017. "Estado Islâmico" e destruição de património: um discurso da imprensa "ocidental." Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra.

Cardoso, André, e Joana Brites. 2017. "Heritage, Identity and Destruction: "Islamic State's" Actions and Its Interpretation by the International Press." *Heritage & Society*, 10, no. 3: 259-282. <https://doi.org/10.1080/2159032X.2019.1586398>.

Cockburn, Patrick. 2015. *A Origem do Estado Islâmico: O Fracasso da "Guerra ao Terror" e a ascensão jihadista*. 1ª ed. São Paulo: Autonomia Literária.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. 2014. "Resolution 2139". <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N14/243/39/PDF/N1424339.pdf?OpenElement>.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. 2015a. "Resolution 2199". <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N15/040/28/PDF/N1504028.pdf?OpenElement>.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. 2015b. "Resolution 2249". <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N15/384/13/PDF/N1538413.pdf?OpenElement>.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. 2015c. "Resolution 2253". <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N15/437/45/PDF/N1543745.pdf?OpenElement>.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. 2017. "Resolution 2347". <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N17/079/04/PDF/N1707904.pdf?OpenElement>.

Cuche, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. 1ª ed. Bauru: EDUSC.

Danti, Michael D. 2015. "Ground-based observations of cultural heritage incidents in Syria and Iraq." *Near Eastern Archaeology*, 78, no. 3: 132-141. <https://www.jstor.org/stable/10.5615/neareastarch.78.issue-3>.

Dungen, Peter van den. 2017. "The Importance of Peace Museums for the Development of a Culture of Peace". In. *Heritage and Peacebuilding*, 7-16. 1ª ed. Nova York: Boydell & Brewer.

Duque, Marina Guedes. 2018. "A teoria de securitização e o processo decisório da estratégia militar dos Estados Unidos na Guerra do Iraque". Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília.

Elcheikh, Zeina. 2019. "Palmyra: a story of ruins, struggle (s) and beyond." *Chronos*, 39: 105-123. 10.31377/chr.v39i0.597.

Foradori, Paolo, Serena Giusti, e Alessandro Giovanni Lamonica. 2018. "Reshaping cultural Heritage Protection Policies at a Time of Securitisation: France, Italy, and the United Kingdom." *The International Spectator*, 53, no. 3: 86-101. <https://doi.org/10.1080/03932729.2018.1467161>.

Frizzera, Guilherme. 2013. "Análise de discurso como ferramenta fundamental dos estudos de Segurança—Uma abordagem Construtivista." *Conjuntura Global* 2, no. 2 (julho): 59-63.

G1. 2021. "Por que a guerra da Síria continua após 10 anos?" <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/03/15/por-que-a-guerra-da-siria-continua-apos-10-anos.ghtml>.

Gnecco, Cristóbal. "Heritage in multicultural times." 2015. In. *The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research*, 263-280. London: Palgrave Macmillan.

González Zarandona, José Antonio, César Albarrán-Torres, and Benjamin Isakhan. 2018. "Digitally Mediated Iconoclasm: the Islamic State and the war on cultural heritage." *International Journal of Heritage Studies*, 24, no. 6: 649-671. <https://doi.org/10.1080/13527258.2017.1413675>.

Hall, Stuart. 2011. *Identidade cultural na Pós-modernidade*. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A.

Halliday, Fred. 2005. *The Middle East in international relations: power, politics and ideology*. Vol. 4. Cambridge: Cambridge University Press.

Hammami, Feras, e Daniel Laven. 2017. "Rethinking heritage from peace: reflections from the Palestinian-Israeli context." In. *Heritage and Peacebuilding*, 137-148. 1ª ed. Nova York: Boydell & Brewer.

Hampson, Fes Osler. 2008. "Human Security". In. *Security Studies – An Introduction*, 229-243. 1ª ed. Nova York: Routledge.

Hansen, Lene. 2011. "Theorizing the image for security studies: Visual securitization and the Muhammad cartoon crisis." *European journal of international relations*, 17, no. 1: 51-74. <https://doi.org/10.1177/1354066110388593>.

Harmanşah, Ömür. 2015. "ISIS, Heritage, and the Spectacles of Destruction in the Global Media." *Near Eastern Archaeology*, 78, no. 3: 170-177.

Harrison, Rodney, e Lotte Hughes. 2010. "Heritage, colonialism and postcolonialism." *Understanding the Politics of Heritage*, 234-269. 3ª ed. Manchester: Manchester University Press.

Harrison, Rodney. 2010. "What is heritage?" In. *Understanding the Politics of Heritage*, 5-42. 3ª ed. Manchester: Manchester University Press.

Hayashi, Nao. 2015. "Heritage and Conflict Situations: The Role of the International Heritage Community and National Agents." *Museum International*, 67, no. 1-4: 55-63. <https://doi.org/10.1111/muse.12088>.

Higgins, Noelle. *The Protection of cultural Heritage During Armed Conflict: The Changing Paradigms*. Routledge, 2020.

Holtorf, Cornelius. 2011. "The changing contribution of cultural heritage to society." *Museum International*, 63, no. 1-2: 8-16. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0033.2012.01758.x>.

Howlett-Martin, Patrick. 2017. *Art, nationalism and cultural heritage*. 1ª ed. Carolina do Sul: CreateSpace Independent Publishing Platform.

Isakhan, Benjamin, José Antonio González Zarandona e Taghreed Jamal Al-Deen. 2019. "cultural cleansing and iconoclasm under the Islamic State: Attacks on Yezidis and Christians and their Heritage." In. *Sites of Pluralism*, 181-194. Oxford: Oxford University Press.

Isakhan, Benjamin. 2018. "How to interpret ISIS's heritage destruction." *Current history*, 117, no. 803: 344-349.

Italian G7 Presidency 2017. 2017. "The G7 Ministers of Culture signed "The Florence Declaration". <http://www.g7italy.it/en/news/g7-ministers-culture-signed-florence-declaration/index.html>.

La Ragione, Colomba, Giuliano Luongo, e Marika Balzano. "The threat of religious terrorism on cultural heritage: summarizing international intervention." Analytical Dossier 23/2020, International Institute for Global Analyses. https://www.vision-gt.eu/wp-content/uploads/2020/10/AD_23_2020.pdf.

Laraia, Roque de Barros. 2008. *Cultura: um conceito antropológico*. 22ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Leander, Anna. 2005. "The power to construct international security: On the significance of private military companies." *Millennium*, 33, no. 3: 803-825. <https://doi.org/10.1177/03058298050330030601>.

Lynch, Marc. 2016. *The New Arab Wars*. 1ª ed. Nova York: PublicAffairs.

Martins, Guilherme d'Oliveira. 2009. *Património, Herança e Memória: a cultura como criação*. 1ª ed. Lisboa: Gradiva Publicações, S. A.

Mcdonald, Matt. 2008. "Constructivism". In. *Security Studies – An Introduction*, 59-72. 1ª ed. Nova York: Routledge.

Molina, René Alonso Guerra. 2019. "El papel del patrimonio cultural en el escenario de posconflicto en Colombia: paisaje, patrimonio cultural inmaterial y memoria para la construcción de paz." *Memorias: revista digital de historia y arqueología desde el Caribe*, 39: 116-141. <https://doi.org/10.14482/memor.39.303.66>.

Möller, Frank. 2007. "Photographic interventions in post-9/11 security policy." *Security Dialogue* 38, no. 2: 179-196. <https://www.jstor.org/stable/26299651>.

Nasser, Reginaldo. 2015. "Apresentação: Uma serpente entre as pedras". In. *A Origem do Estado Islâmico: O Fracasso da "Guerra ao Terror" e a ascensão jihadista*, 10-28. 1ª ed. São Paulo: Autonomia Literária.

NATO. 2021. "cultural property protection". https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_166114.htm.

Nemeth, Erik. 2007. "cultural security: The evolving role of art in international security." *Terrorism and political violence* 19, no. 1: 19-42. <https://doi.org/10.1080/09546550601054550>.

Nogueira, João Pontes, e Nizar Messari. 2005. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. 19ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier.

Oliveira, Daniela Zapata de. 2017. "A Revolução Baath no Iraque e na Síria: o que mudou?". *Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional*, 10, no. 18: 85-99. <https://seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/article/view/80176/47838>.

Onuf, Nicholas. 2013. *Making sense, making worlds: Constructivism in social theory and international relations*. 1ª ed. Nova York: Routledge.

Pfaeffinger, Jonas. "Destruction or Preservation of cultural Heritage by Islamic Fundamentalist Groups." *Destruction or Preservation of cultural Heritage by Islamic Fundamentalist Groups*, 2021.

Phillips, Christopher. 2016. *The Battle for Syria*. 1ª ed. New Haven: Yale University Press.

Puskás, Anna. 2019. "The securitization of cultural heritage protection in international political discussion through the example of attacks of isil/daesh." *Security & Future* 3, no. 3: 97-101.

R7. 2021. "Rússia diz ter matado 'cerca de 200 combatentes' em ataque na Síria". <https://noticias.r7.com/internacional/russia-diz-ter-matado-cerca-de-200-combatentes-em-ataque-na-siria-19042021>.

Rocha, Décio, e Bruno Deusdará. 2005. "Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória." *Alea: estudos neolatinos* 7: 305-322. <https://doi.org/10.1590/S1517-106X2005000200010>.

Russo, Alessandra, e Serena Giusti. 2017. "Monuments under attack: From protection to securitisation." *Robert Schuman Centre for Advanced Studies Research Paper No. RSCAS 32*.

Russo, Alessandra, and Serena Giusti. 2019. "The securitisation of cultural heritage." *International Journal of cultural Policy* 25, no. 7: 843-857. <https://doi.org/10.1080/10286632.2018.1518979>.

Soares, Anauene Dias, e Luiz Guilherme de Souza Piagentini. 2017. "O desafio das políticas internacionais de preservação do patrimônio cultural: a proposta da Declaração de Abu Dhabi (2016) diante dos conflitos no Oriente Médio." In. *Direito Internacional em Expansão*. 1ª ed. Belo Horizonte: Arraes.

Sputnik News. 2016. "Defesa russa desmente criação de base em Palmira". <https://br.sputniknews.com/mundo/201605174638528-Defesa-russa-desmente-construcao-base-Palmira/>.

Tanno, Grace. 2003. "A contribuição da escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional." *Contexto Internacional* 25, no. 1: 47-80. <https://www.scielo.br/j/cint/a/cmMZVcmhLFZdMgVzB9k6dNw/?lang=pt&format=pdf>.

Termos, Mouhamed Hassan. 2019. "O Governo Sírio do Al-Assad: Entre Glorificação e Condenação." Monografia de Bacharelado, Unila.

UNESCO. 2012. *Património cultural nas mãos dos jovens: conhecer, estimar e atuar*. Lisboa: Comissão Nacional da UNESCO.

UNESCO. 2013. "'Stop the destruction!' urges UNESCO Director-General". <http://www.unesco.org/new/en/media-services/in-focus-articles/stop-the-destruction-urges-unesco-director-general/>.

UNESCO. 2015a. "'Culture stands on the front-line of conflict - it should be at the front-line of peace building,' Director-General states to UN Security Council". <https://whc.unesco.org/en/news/1269>.

UNESCO. 2015b. "'We must save Palmyra' says UNESCO Director-General Irina Bokova". http://www.unesco.org/new/en/media-services/single-view/news/we_must_save_palmyra_says_unesco_director_general_irina/.

UNESCO. 2015c. "Irina Bokova condemns latest destruction of cultural property from the site of Palmyra in Syria". <https://whc.unesco.org/en/news/1313/>.

UNESCO. 2015d. "Director-General Irina Bokova condemns the destruction of the Mar Elian monastery in Syria". <https://whc.unesco.org/en/news/1338>.

UNESCO. 2015e. "Director-General of UNESCO Irina Bokova firmly condemns the destruction of Palmyra's ancient temple of Baalshamin, Syria". <https://whc.unesco.org/en/news/1339>.

UNESCO. 2015f. "UNESCO Director-General condemns the destruction of the Arch of Triumph in Palmyra - 'Extremists are terrified of history'". <https://whc.unesco.org/en/news/1351>.

UNESCO. 2015g. "UNESCO Director-General addresses the Europe Lecture 2016 on heritage protection as a security issue". <https://whc.unesco.org/en/news/1511>.

UNESCO. 2015h. "World Heritage Committee opens with an appeal to protect cultural heritages sites targeted for destruction". <https://whc.unesco.org/en/news/1302>.

United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. 1998. "Universal Declaration of Human Rights". <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>.

United Nations Office on Genocide Prevention and the Responsibility to Protect. "Responsibility to Protect". <https://www.un.org/en/genocideprevention/about-responsibility-to-protect.shtml>.

United Nations. 2017. "Security Council Press Statement on Destruction of cultural Heritage, Executions in Palmyra". <https://www.un.org/press/en/2017/sc12690.doc.htm>.

Urbani, Carlotta. 2021. "cultural heritage and mass atrocities." Dissertação de Mestrado, Luiss.

van Dam, Nikolaos. 2017. *Destroying a Nation: the civil war in Syria*. 1ª ed. Londres: I.B.Tauris & Co. Ltd.

Vieira, Mariella Pitombo. 2009. Reinventando Sentido para a Cultura: uma leitura do papel normativo da UNESCO através da análise da Convenção para a Promoção e a Proteção para a Diversidade das Expressões Culturais. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia.

Viejo-Rose, Dacia, e Marie Louise Stig Sørensen. 2015. "cultural heritage and armed conflict: New questions for an old relationship." In. *The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research*, 281-296. London: Palgrave Macmillan.

Vuori, Juha A. "Speech act theory." 2013. In. *Research Methods in Critical Security Studies: An Introduction*, 133-137. 1ª ed. Nova York: Routledge.

Walter, Diana, Daniel Laven e Peter Davis. 2017. "Introduction". In. *Heritage and Peacebuilding*, 1-4. 1ª ed. Nova York: Boydell & Brewer.

Weiss, Thomas G., e Nina Connelly. 2020. *cultural Cleansing and Mass Atrocities: Protecting cultural Heritage in Armed Conflict Zones*. 2ª ed. Los Angeles: J. Paul Getty Trust.

Wu, Zongjie, e Song Hou. 2015. "Heritage and discourse." In. *The Palgrave handbook of contemporary heritage research*, 37-51. Londres: Palgrave Macmillan.

Zahreddine, Danny. 2013. "A crise na Síria (2011-2013): uma análise multifatorial." *Conjuntura Austral* 4, no. 20: 6-23.

Zeybek, O., and M. Arslan. 2017. "Examining cultural heritages harmed by religious fanaticism: sample of the Palmyra Ancient City." *Bartın Orman Fakültesi Dergisi* 19, no. 2: 1-10. 10.24011/barofd.322903.